



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VLADIMIR SA**

**O ENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU NA QUESTÃO DE  
TIMOR-LESTE (1974-2002): UM ESTUDO SOBRE A DIPLOMACIA DA  
LIBERTAÇÃO A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO DO CIDAC**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

**VLADIMIR SA**

**O ENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU NA QUESTÃO DE  
TIMOR-LESTE (1974-2002): UM ESTUDO SOBRE A DIPLOMACIA DA  
LIBERTAÇÃO A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO DO CIDAC**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Instituto de Humanidade e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, como requisito necessário para obtenção do título de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Lucca Reis Costa.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

S115e

Sa, Vladimir.

O envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau na questão de Timor-Leste (1974-2002) : um estudo sobre a diplomacia da libertação a partir da documentação do CIDAC / Vladimir Sa. - 2021.

90 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Lucca Reis Costa.

1. Diplomacia. 2. Guiné-Bissau - Relações exteriores. 3. Moçambique - Relações exteriores. 4. Timor-Leste - Relações exteriores. I. Centro de Intervenção e Documentação Amílcar Cabral - História - Fontes. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.20960

**VLADIMIR SA**

**O ENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU NA QUESTÃO DE  
TIMOR-LESTE (1974-2002): UM ESTUDO SOBRE A DIPLOMACIA DA  
LIBERTAÇÃO A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO DO CIDAC**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Instituto de Humanidade e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, como requisito necessário para obtenção do título de Bacharelado em Relações Internacionais.

Aprovado em 13/04/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

**Orientador: Professor Doutor: Daniel De Lucca Reis Costa**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Professor Doutor: Ercílio Neves Brandão Langa**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Professora Doutoranda: Camila Tribess**

Universidade Federal da Bahia - UFBA

*Dedico este trabalho à memória de Rui Djassi, do meu pai Obilari Sá e da minha sobrinha Mãe, descansem em paz!!! Vocês merecem esta lembrança eterna no meu coração porque as vossas brilhantes atitudes são os frutos do eu sou hoje.*

## AGRADECIMENTOS

Às vezes, os nossos sucessos não dependem de nós, mas sim, partem das nossas iniciativas. Refiro-me às pessoas que nos suportam na tomada das nossas decisões, escolher o que queremos ser ou seguir. No entanto, digo simplesmente que esta conquista foi uma chegada ao princípio de todas as caminhadas académicas e sucessos que virão! Foram anos de luta árdua, batalhando dias e noites com serenidade, além da perda de sono. Hoje, finalmente tracei um marco importante na minha vida e de familiares. Também é um momento de expressar minhas alegrias, todavia, é importante salientar que esta conquista foi construída coletivamente, foi um percurso de longa data!

Inicialmente, quero agradecer aos meus pais: Ncar Djú, Obilari Sá e Paulozinho Nanque, de tantos esforços de me proteger por muitos anos. As palavras são insuficientes para exprimir minha gratidão, porque não pude imaginar vossos sacrifícios, portanto peço a Deus que vos iluminem. Em seguida, ao meu orientador, o professor Dr. Daniel De Lucca Reis Costa que me auxiliou durante este período e, é bom destacar sua colaboração dada no projeto de pesquisa dele em que sou bolsista remunerado, alcancemos resultados brilhantes, os mesmos transformamos-os nesta monografia. De igual modo, agradecer PIBIC-UNILAB pelas oportunidades de bolsas que me concedeu, isso abriu-me as portas para o campo acadêmicos, além disso, proporcionou-me visão mais ampla sobre a pesquisa acadêmica.

Aos meus professores/as da UNILAB das quais tive oportunidade de aprender com eles/as, além disso, pelos incentivos dados durante este período. Particularmente, a professora doutoranda, Camila Tribess, com quem tive ocasião de conhecer no momento da sua visita à UNILAB e, professor Langa pelo contributo que tem dado e continua a dar na UNILAB. Ao mesmo tempo, agradecer o professor Dr. Paulo Sergio Proença, ele será a pessoa inesquecível na minha vida, por tudo que tem feito por mim e para demais estudantes dos Malês. De maneira similar, agradecer aos colegas da luta e comunidade unilabiana em geral pelo apoio.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar o envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau na luta de libertação de Timor-Leste a partir da literatura especializada e dos documentos disponíveis no acervo "Timor online" do Centro de Intervenção e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC). Situado no campo da história das relações internacionais, o trabalho utiliza a noção de "diplomacia da libertação" para compreender as articulações estabelecidas entre três ex-colônias portuguesas localizadas em diferentes regiões do Sul Global: Sudeste Asiático, África Austral e África Ocidental. Após introduzir o tema, o primeiro capítulo contextualiza geopolítica e historicamente os três territórios, considerando o cenário internacional no período tardo-colonial português (1945-1974), os esforços diplomáticos na luta pela libertação encabeçados pelo PAIGC e pela FRELIMO, e o papel da FRETILIN face ao processo de internacionalização da questão de Timor-Leste. O segundo e o terceiro capítulos apresentam uma análise das fontes primárias encontradas no CIDAC, destacando, respectivamente, os envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau registrados na documentação. Por fim, propõe-se levantar eixos de contraste e contraponto no envolvimento dos dois países africanos, tentando sintetizar uma perspectiva comparada a partir dos achados da pesquisa. As considerações também apontam para os desdobramentos destas relações internacionais após a independência de Timor-Leste, chamando atenção para a solidariedade timorense face aos desafios contemporâneos vividos na Guiné-Bissau e Moçambique.

**Palavras-chaves:** Centro de Intervenção e Documentação Amílcar Cabral - História - Fontes. Diplomacia. Guiné-Bissau - Relações exteriores. Moçambique - Relações exteriores. Timor-Leste - Relações exteriores.

## ABSTRACT

This work aims to examine the involvement of Mozambique and Guinea-Bissau in the struggle for the liberation of Timor-Leste from the specialized literature and documents available in the "Timor online" collection of the Amílcar Cabral Intervention and Documentation Center (CIDAC). Situated in the field of the history of international relations, the work uses the notion of "liberation diplomacy" to understand the articulations between three former Portuguese colonies, compensating in different regions of the Global South: Southeast Asia, Southern Africa and West Africa. After introducing the theme, the first chapter contextualizes geopolitically and historically the three territories, considering the international scenario in the late Portuguese colonial period (1945-1974), the diplomatic efforts in the struggle for liberation led by PAIGC and FRELIMO, and the role of FRETILIN in the face of the internationalization process of the Timor-Leste issue. The second and third chapters present an analysis of the primary sources found in CIDAC, highlighting, respectively, the involvement of Mozambique and Guinea-Bissau recorded in the documentation. Finally, it is proposed to raise axes of contrast and counterpoint in the involvement of the two African countries, trying to synthesize a comparative perspective from the research findings. The considerations also point to the unfolding of these international relations after the independence of Timor-Leste, drawing attention to the Timorese solidarity in the face of the contemporary challenges experienced in Guinea-Bissau and Mozambique.

**Keywords:** Amílcar Cabral Intervention and Documentation Center - History - Sources. Diplomacy. Guinea-Bissau - Foreign affairs. Mozambique - Foreign affairs. Timor-Leste - Foreign affairs.

## RÉSUMÉ

Cet article vise à examiner l'implication du Mozambique et de la Guinée-Bissau dans la lutte pour la libération du Timor-Leste à partir de la littérature spécialisée et des documents disponibles dans la collection «Timor online» du Centre d'intervention et de documentation Amílcar Cabral (CIDAC). Situé dans le champ de l'histoire des relations internationales, l'ouvrage utilise la notion de «diplomatie de libération» pour comprendre les liens entre trois anciennes colonies portugaises, compensant dans différentes régions du Sud global: Asie du Sud-Est, Afrique australe et Afrique de l'Ouest. Après avoir introduit le thème, le premier chapitre contextualise géopolitiquement et historiquement les trois territoires, en considérant le scénario international de la fin de la période coloniale portugaise (1945-1974), les efforts diplomatiques dans la lutte pour la libération menée par le PAIGC et le FRELIMO, et le rôle de FRETILIN face au processus d'internationalisation de la question du Timor-Leste. Les deuxième et troisième chapitres présentent une analyse des sources primaires trouvées dans la CIDAC, mettant en évidence, respectivement, l'implication du Mozambique et de la Guinée-Bissau enregistrée dans la documentation. Enfin, il est proposé de relever des axes de contraste et de contrepoint dans l'implication des deux pays africains, en essayant de synthétiser une perspective comparative à partir des résultats de la recherche. Les considérations indiquent également le déroulement de ces relations internationales après l'indépendance du Timor-Leste, attirant l'attention sur la solidarité timoraise face aux défis contemporains rencontrés en Guinée-Bissau et au Mozambique.

**Mots clés:** Centre D'intervention et de Documentation Amílcar Cabral - Histoire - Sources. Diplomatie. Guinée-Bissau - Affaires étrangères. Mozambique - Affaires étrangères. Timor-Leste - Affaires étrangères.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Mapas político da Guiné-Bissau -----	30
<b>Figura 2:</b> Mapas político da Guiné-Bissau -----	30
<b>Figura 3:</b> A imagem dos líderes revolucionários dos PALOP na primeira reunião da CONCP em Casablanca, Marrocos -----	32
<b>Figura 4:</b> Mapa em destaque aos territórios em luta da libertação -----	33
<b>Figura 5:</b> Mapa político da África Austral, Moçambique nas margens do Oceano Índico ----	34
<b>Figura 6:</b> Mapas de Moçambique e suas fronteiras geopolíticas -----	35
<b>Figura 7:</b> Mapa político do Sudeste Asiático, Timor-Leste ao sul, na fronteira com a Indonésia e Austrália -----	38
<b>Figura 8:</b> Mapa de Timor-Leste e suas limitações geopolíticas -----	39
<b>Figura 9:</b> Mapa do Oceano Índico, as relações políticas e diplomáticas entre Sudeste Asiática e Sudeste Africanas -----	49
<b>Figura 10:</b> A imagem da delegação timorense e moçambicana em Maputo -----	52
<b>Figura 11:</b> A foto da ajuda financeira de Moçambique na produção de materiais impressos, de denúncia e divulgação internacional a respeito da situação de Timor-Leste -----	55
<b>Figura 12:</b> A foto de apoio político-diplomático moçambicano nas Assembleias Gerais da ONU, a carta de denúncia enviada para o Conselho de Segurança da ONU -----	56
<b>Figura 13:</b> Imagem da carta grupo de solidariedade internacional para questão de Timor-Leste em Moçambique -----	60
<b>Figura 14:</b> Imagem da carta que a FRETILIN apresentou para Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e outros Estados africanos de expressão portuguesa que outorga legitimidade de atuar nas organizações regionais em defesa da questão do povo maubere -----	67
<b>Figura 15:</b> Imagem da oferta de kits de recenseamento biométrico do governo timorense para as eleições de 2014 na Guiné-Bissau -----	77
<b>Figura 16:</b> Imagem do processo de recenseamento em curso na Guiné-Bissau -----	78
<b>Figura 17:</b> Imagem da tragédia ambiental o Ciclone Idai em Moçambique -----	79
<b>Figura 18:</b> Imagem de solidariedade internacional da sociedade civil timorense AMAMOTIL para Moçambique no Ciclone Idai -----	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC** - Agência Brasileira de Cooperação
- ACCV** - Associação Cultural da Casa Velha
- AI** - Amnistia Internacional
- AJI** - Associação de Juristas Indonésio
- ANC** - Congresso Nacional Africano
- AMAMOTIL** - Associação de Moçambicanos e de Amigos de Moçambique em Timor-Leste
- APODETI** - Associação Popular Democrática Timorense
- ASDT** - Associação Social Democratas Timorense
- ASEAN** - Associação de Nações do Sudeste Asiático
- BAD** - Banco Africano para o Desenvolvimento
- BBC** - British Broadcasting Corporation
- BM** - Banco Mundial
- CCM** - Conselhos Cristã de Moçambique
- CEA** - Centro do Estudo da África
- CEDEAO** - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CEI** - Casa dos Estudantes do Império
- CIM** - Comunidade Islâmica Moçambicana
- CIDAC** - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
- CNRT** - Conselho Nacional da Resistência Timorense
- COMECON** - Conselho de Assistência Económica Mútua
- CONCP** - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
- CPLP** - Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
- CS** - Conselho da Segurança
- EUA** - Estados Unidos da América
- FLING** - Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- FRETILIN** - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
- FRELIMO** - Frente de Libertação de Moçambique
- GTAPE** - Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral
- HRIs** - História das Relações Internacionais
- IAL** - Instituto de Ajuda Legal
- IFI** - Instituições Financeiras Internacionais

**IILP** - Instituto Internacional da Língua Portuguesa

**IOR-ARC** - Associação dos Países da Orla do Oceano Índico para a Cooperação Regional

**MANU** - Mozambique African National Union

**MAPEGB** - Missão de Apoio ao Processo Eleitoral na Guiné-Bissau

**MLSTP** - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

**MLG** - Movimento para Libertação da Guiné

**MING** - Movimento para Independência Nacional da Guiné

**MNA** - Movimento Não Alinhado

**MPLA** - Movimento Popular de Libertação de Angola

**OLP** - Organização para Libertação da Palestina

**OIC** - Organização da Conferência Islâmica

**OIF** - Organização Internacional Financeira

**ONGD** - Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**OPEP** - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte

**OUA** - Organização da Unidade Africana

**PAI** - Partido Africano para a Independência

**PAIGC** - Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-verde

**PALOP** - Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa

**PCP** - Partido Comunista Português

**PE** - Política Externa

**PF** - Frente Polisário do Saara Ocidental

**PIDE** - Polícia Internacional para a Defesa do Estado

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**RDTL** - República Democrática de Timor-Leste

**RENAMO** - Resistencia Nacional Moçambicana

**RI** - Relações Internacionais

**SADCC** - Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral

**SADC** - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

**SACU** - União Aduaneira da África Austral

**SC** - Sociedade Civil

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE

**SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI

**SI** - Sistema Internacional

**SG** - Sul Global

**TPP** - Tribunal Permanente do Povo

**UA** - União Africana

**UDT** - União Democrática Timorense

**UDENAMO** - União Democrática Nacional de Moçambique

**UE** - União Europeia

**UEMOA** - União Econômica Monetária Oeste Africana

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência

**UNAMI** - União Nacional Africana de Moçambique Independente

**UNITA** - União Nacional para a Independência Total de Angola

**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UNC** - União Nacional de Camponeses

**UDT** (União Democrática Timorense)

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1. Problema de pesquisa	15
1.2. A pesquisa no arquivo do CIDAC	16
1.3. Diplomacia e Libertação nas Relações Internacionais	19
1.4. Organização dos conteúdos	21
<b>2. CAPITULO - 1</b>	<b>22</b>
<b>2. Geopolíticas da descolonização: diplomacia e libertação em Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste</b>	<b>22</b>
2.1. Colonialismo português tardio	22
2.2. Formação de elites e circuitos intelectuais transnacionais	25
2.3. A diplomacia do PAIGC na luta de libertação	29
2.4. A diplomacia da FRELIMO na luta de libertação	34
2.5. A diplomacia da FRETILIN na luta de libertação	38
2.6. A internacionalização da questão de Timor-Leste	41
<b>3. CAPITULO - 2</b>	<b>46</b>
<b>3. O envolvimento de Moçambique na questão de Timor-Leste</b>	<b>46</b>
3.1. Política Externa Moçambicana	46
3.2. Aproximações entre Moçambique e Timor-Leste	49
3.3. A diplomacia moçambicana e a questão de Timor-Leste	52
3.4. Timor-Leste nas manifestações da sociedade civil moçambicana	58
<b>4. CAPITULO - 3</b>	<b>62</b>
<b>4. O envolvimento de Guiné-Bissau na questão de Timor-Leste</b>	<b>62</b>
4.1. Política Externa Guineense	62
4.2. Aproximações entre Guiné-Bissau e Timor-Leste	64
4.3. A diplomacia guineense e a questão de Timor-Leste	66
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>71</b>
5.1. O envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau em perspectiva comparada	71
5.2. O envolvimento de Timor-Leste nas questões de Moçambique e Guiné-Bissau	75
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>83</b>

## 1. Introdução

### 1.1. Problema de pesquisa

O presente trabalho de conclusão do curso tem como objetivo analisar o envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau na luta de libertação de Timor-Leste, entre os anos de 1974 e 2002. O trabalho insere-se no campo da história das relações internacionais e dos estudos de geopolítica internacional dos países africanos de expressão portuguesa, e busca analisar os diferentes níveis e modos de envolvimento destes dois países africanos na formação de uma agenda internacional voltada ao direito de autodeterminação dos povos. O mesmo busca-se então, estudar a política externa, diplomacia e as formas de solidariedade internacional praticadas por Moçambique e Guiné-Bissau e que colaboraram com a diplomacia da libertação timorense. E neste processo um conjunto de perguntas nortearam o andamento da pesquisa. Como Moçambique e Guiné-Bissau se envolveram com a questão de Timor-Leste? O que estes países ofereceram em termos de recursos e possibilidades para os timorenses? Como qualificar a solidariedade internacional destes países na luta de libertação de Timor-Leste? E em nome de quê essa solidariedade acontecia?

Este estudo também possui uma dimensão geopolítica na medida em que trata da aproximação e das relações traçadas entre três países que viviam contextos sócio-políticos muito diferentes e estavam muito distantes entre si: a Guiné-Bissau localizado na África Ocidental, Moçambique na África Austral e Timor-Leste no Sudeste Asiático. São territórios apartados e posicionados na periferia do sistema internacional, que estabeleceram formas de aproximação e cooperação na convergência de interesses comuns (SEMEDO 2005 e BANCO MUNDIAL<sup>1</sup> 2019). A análise propriamente geopolítica está na articulação das várias escalas consideradas, tanto aquela da grande política internacional, quanto aquelas dinâmicas próprias às escalas regionais e também nacionais. A articulação política entre estas três ex-colônias portuguesas, bem como as conexões e transformações da diplomacia da libertação revelam faces inéditas de uma solidariedade afro-asiática, anticolonial e em língua portuguesa.

Ao longo da nossa pesquisa foi verificado uma ausência de estudos acadêmicos e publicações que tratam das relações dos países africanos com Timor-Leste. Entre o material disponível, encontramos apenas três produções acadêmicas que tematizaram o assunto. Um pequeno capítulo de António Barbedo Magalhães (2007) em seu livro *Timor-Leste: interesses internacionais e atores locais*; a tese de João Solano Carneiro da Cunha (2001) sobre *A questão*

---

<sup>1</sup> <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>. 2. Idem. Informações atualizadas em 2019 pelo Banco Mundial. Confira aqui nesse link: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>.

*de Timor-Leste*, que oferece alguma atenção ao envolvimento dos países da CPLP na questão; e os estudos desenvolvidos pelo orientador desta pesquisa, professor Daniel De Lucca (2018), voltados mais especificamente para o envolvimento de Moçambique. Estes trabalhos trazem suportes significativos para entender as relações afro-timorenses e sugerem caminhos importantes trilhados por esta pesquisa.

Situado principalmente no campo da História das Relações Internacionais, esta pesquisa desenvolve investigação de arquivo, trabalhando diretamente sobre fontes primárias. A história das Relações Internacionais é considerada uma superação da tradicional "história diplomática", justamente porque elabora de maneira diferente seus problemas, distanciando-se de uma visão estreita e presa unicamente ao arquivo diplomático e das chancelarias. É um tipo de estudo histórico que não se limita às atuações dos Estados e das Organizações Internacionais, incorporando outras dimensões dos contatos entre as nações e os povos, tais como a mobilidade humana e as migrações internacionais, ideias políticas e visões de mundo, também a opinião pública e as diferentes organizações da sociedade civil nos vários países (GONÇALVES, 2007).

Este estudo se voltará para análise de documentos oficiais e não oficiais: cartas de correspondências, acordos, memorando de entendimento, tratados, registros de intervenções em congressos, matérias de jornais, entre outros. O maior desafio foi localizar e examinar estes materiais, selecioná-los e apresentá-los numa estrutura explicativa e narrativa adequada e pertinente. Vale ressaltar que o trabalho também está amparado numa perspectiva comparativa, querendo identificar semelhanças e diferenças na história destes países e suas relações mútuas. Para tal, o estudo propõe analisar de modo detalhado alguns dos documentos encontrados na plataforma do Centro de Intervenção e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC 2004), focalizando o acervo "Timor online".

## **1.2. A pesquisa no arquivo do CIDAC**

O CIDAC possui um dos poucos acervos onde se pode encontrar os documentos relativos a esta solidariedade afro-timorense no período aqui estudado. A aproximação com este arquivo começou com uma pesquisa PIBIC, sob orientação do prof. Daniel De Lucca, que teve início em outubro de 2019 e durou 12 meses. O projeto de pesquisa chamava-se *Moçambique e a luta de libertação de Timor-Leste (1974-2002): a solidariedade internacional na documentação disponível online* e voltava-se exclusivamente para o estudo da documentação relativa à Moçambique. Resolveu-se aplicar o mesmo método e ampliar a pesquisa, incorporando achados relativos à Guiné-Bissau como tema do presente Trabalho de Conclusão do Curso-TCC. Ali foram encontrados materiais diversos: documentos diplomáticos, recortes

de periódicos, atas de reuniões de chefes de Estados dos PALOP e cartas oficiais dos governos guineense, moçambicano e de representantes da resistência diplomática timorense.

O Centro de Intervenção e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) oferece hoje um arquivo online de utilidade pública. O Centro foi criado oficialmente em maio de 1974, em Lisboa, no período em que o colonialismo português desmoronava e o único Estado africano independente naquele momento era Guiné-Bissau. Inicialmente o CIDAC funcionava como uma organização clandestina de informações e, depois da Revolução dos Cravos, tornou-se uma associação sem fins lucrativos. Em 1989 a associação foi reconhecida pela sua utilidade pública, ampliando a sua legitimidade e direito de trabalhar em função de informar a sociedade civil sobre os temas da justiça social, Direitos Humanos, democracia e relações internacionais. No mesmo ano a associação ganhou o estatuto de uma Organização Não-Governamental de Desenvolvimento (ONGD) em Portugal, mas antes disso o Centro funcionou como associação por mais de catorze anos<sup>2</sup>.

Durante o período da sua existência houve sucessivas alterações dos significados da sigla por três vezes. No primeiro momento da sua criação de 1974-1976, a sigla de CIDAC significava Centro de Informação e Documentação Anticolonial. Segundo alteração aconteceu dois anos depois de 1977-2003, o CIDAC passou a significar de Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral; a terceira e última mudança ocorreu em Fevereiro de 2004 até presente momento, a sigla do centro ganhou novo significado Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral<sup>3</sup>.

Atualmente o CIDAC não se limita na conscientização da sociedade, mas sim, faz a intervenção social por meios de projetos cujas temáticas como: educação, desenvolvimento e comércio como forma de estimular a participação política e empreendedorismo da população. Por outro lado, o centro desenvolve suas atividades nos quatro países: Guiné-Bissau, Portugal e Timor-Leste, e Cabo-Verde tendo como focos nos temas “educação para o desenvolvimento, comércio e desenvolvimento” para incutir no seio da população os valores educativos e consciência civilizatória que possa conduzir o desenvolvimento. O CIDAC esteve presente em todos os países da CPLP desenvolvendo projetos de capacitação social e desenvolvimento sustentável. Projetos esses que possuem diferentes dimensões e atuam em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e, mais recentemente, Timor-Leste<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Este parágrafo tem como base teórico no site do CIDAC, para mais informações segue o link: <https://www.cidac.pt/index.php/quem-somos/>. <sup>3</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem

Até o ano de 2002, o CIDAC coletou documentos relativos à questão de Timor-Leste e assim explicou a formação do acervo "Timor online" disponível no seu site.

O CIDAC apoiou Timor-Leste durante toda a sua luta pela independência, desde o final de 1974. Em 1981, com a participação ativa do CIDAC, foi constituída a CDPM - Comissão para os Direitos do Povo Maubere. Em 1982, com a viagem do Papa a Portugal, formou-se a APPTL - A Paz é Possível em Timor-Leste.

Após o reconhecimento da independência de Timor Leste, a 20 de maio de 2002, os arquivos da CDPM e da APPTL foram confiados ao CIDAC que, através do projeto *Timor online*, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, digitalizou uma parte significativa deste espólio.

Os documentos agora acessíveis (mais de 10.000, com cerca de 60.000 páginas) têm origens variadas - timorenses, incluindo a Resistência armada e clandestina e a Igreja católica; indonésias, incluindo militares e igrejas; organismos internacionais, a ONU, governos e parlamentos / parlamentares; grupos e movimentos de solidariedade de todo o mundo<sup>4</sup>.

Esta pesquisa concentrou-se no acervo “Timor online”, buscando documentos que testemunharam o envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau com a questão de Timor-Leste. Na utilização do referido acervo foram buscados documentos com as seguintes palavras de entrada: “Moçambique”, “Maputo”, “Samora Machel” e “Joaquim Chissano”. Num segundo momento buscou-se documentos com as seguintes palavras de entrada: “Guiné-Bissau”, “Bissau”, “Luís Cabral” e “Nino Vieira”. Na primeira etapa de busca no acervo foram identificados trinta e nove (39) documentos associados à Moçambique. Na segunda etapa da busca encontramos vinte (20) documentos relacionados à Guiné-Bissau. Organizou-se duas tabelas em ordem cronológica, localizando data, autoria e recepção, além de uma sinopse com o resumo das principais informações encontradas em cada um dos documentos, visando contribuir para outros estudos futuros.

A documentação encontrada apresenta materiais de naturezas diversas: são discursos públicos, memorandos diplomáticos e cartas, também publicações e obras culturais produzidas no contexto da diáspora timorense. A multiplicidade das línguas dos documentos escritos e o necessário esforço de tradução, também a baixa conectividade digital presente no campus dos Malês e mesmo na cidade de São Francisco do Conde (onde o pesquisador residia), tornaram a pesquisa virtual mais lenta e difícil. Tudo isso para dizer que este TCC resulta de um trabalho árduo e que sempre tentou se pautar por atividades planejadas e sistematizadas. Seria necessário investigar outros arquivos e outras fontes para aprofundar com a pesquisa e fortalecer os argumentos em tela, mas o presente trabalho acredita apresentar uma contribuição significativa neste campo.

---

<sup>4</sup> CIDAC, acervo "Timor online" Link: <https://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/centro-derecursos/documentacao/timor-online>

### 1.3. Diplomacia e Libertação nas Relações Internacionais

A problematização da diplomacia é um tema central desde a formação das Relações Internacionais como um saber científico e acadêmico. Considera-se que as atividades diplomáticas são exercidas através dos agentes especializados, altamente qualificados, considerados como funcionários do alto escalão de um Estados e que foram formados e recrutados para exercer importantes funções de representação nos exteriores (Pinheiro e Vedoveli, 2012 e Mazzuoli, 2015). O trabalho das representações diplomáticas de uma nação também são expressões de sua influência no mundo, as formas e os meios pelos quais ela estabelece negociações, acordos e busca obter informações qualificadas sobre uma realidade estrangeira.

A origem da palavra diplomacia remete à Grécia antiga, significando documento dobrado, o diploma, associado ao verbo grego *diploun*, "dobrar" (GONÇALVES 2007 e BUENO, FREIRE e OLIVEIRA 2017). Os mesmos autores argumentam que o diploma é um documento valioso e oficial, útil a nível internacional como um artefato especial que outorga ao portador privilégios únicos e poderes de porta-voz. O termo também serviu para qualificar as pessoas letradas, justamente os intelectuais e "diplomados" responsáveis pela burocracia dos Estados e dos impérios, que deveriam redigir, interpretar e traduzir os documentos, as cartas ou as mensagens oficiais utilizadas na relação e comunicação com as autoridades estrangeiras.

Na atualidade, o termo ganhou novos significados, sendo utilizado não só para as atividades diplomáticas tradicionais, nas chancelarias, embaixadas e consulados. (BUENO, FREIRE e OLIVEIRA 2017). De modo a evidenciar outras formas e sentidos atribuídos à atuação diplomática, a literatura acadêmica mobilizou noções diversas, tais como "diplomacia informal", "diplomacia cultural", também "diplomacia presidencial", ou até mesmo "diplomacia financeira" ou "dos bancos" (MARQUES 2008). Estas categorias querem destacar formas de relacionamento entre as nações que não passam pelos canais usuais da burocracia estatal (GONÇALVES 2007).

Durante a pesquisa não encontramos muitas referências teóricas e acadêmicas relacionadas à noção de "diplomacia da libertação". No entanto, a ausência de tratamento conceitual e teórico não retira sua força e sentido. A noção parece ter ganhado força com a emergência do Terceiro Mundo no contexto da Guerra Fria. Amplamente mobilizada por movimentos anticoloniais e emancipatórios, a ideia de "diplomacia da libertação" pode não ter sido objeto de atenção acadêmica, mas constituiu uma estratégia fundamental entre vários atores internacionais que não representavam seus respectivos Estados e que, com frequência, queriam desenvolver um tipo de política externa contrária a estes. Assim, o termo remete a um tipo de

diplomacia subalterna, com objetivos emancipatórios, desprovida de instituições e aparelhos estatais formais, e que tem grandes dificuldades em ser reconhecida nas organizações e nos fóruns internacionais, desenvolvendo para tal, estratégias alternativas e inusitadas.

Por isso sua colocação no título deste trabalho. A diplomacia da libertação é uma categoria amplamente utilizada pelos atores históricos desta pesquisa para explicar sua ação no ambiente internacional ao representarem grupos, povos e nações que se encontram sob domínio e buscam conquistar seu direito de autodeterminação. Isto é visível tanto nos movimentos libertacionistas africanos que combatiam o colonialismo português quanto no movimento nacionalista timorense que resistia contra a ocupação indonésia. Este trabalho quer mostrar que há uma circulação de conhecimentos no que se refere às estratégias diplomáticas adotadas por estes movimentos de libertação, tanto entre os africanos quanto entre estes e o movimento timorense. Por isso, quando falarmos de política externa de Moçambique e Guiné-Bissau estaremos considerando também os aspectos informais desta, assim como as interações entre os ambientes domésticos e exteriores de cada país (DE SOUZA 2005).

Neste sentido, o presente trabalho se aproxima de abordagens teóricas alternativas das Relações Internacionais, tais como a teoria construtivista e crítica. Esta primeira linhagem surgiu como uma resposta aos debates das teorias neorrealistas e neoliberalistas, e procura entender o porquê das coisas e como elas acontecem. Segundo Sarfati (2014) o construtivismo busca compreender as relações a partir de discursos, narrativas e identidades sociais no qual os Estados e as nações estabelecem visões mútuas e cooperam entre si. Esta abordagem entende que as relações internacionais passam necessariamente pela dinâmica da cultura. Já a teoria crítica incorpora o projeto emancipatório no estudo das relações internacionais e volta-se "para a eliminação das mais diversas formas de dominação que existem na humanidade, não só em termos de classe, como também raciais, étnicas, sexuais etc." (SARFATI 2014, p. 251). Estas duas abordagens também dão especial atenção às dinâmicas que ocorrem na periferia do sistema mundial e estabelecem interessantes aproximações com os estudos pós-coloniais (JUBRAN, LEÃES e VALDEZ 2015).

Tais abordagens teóricas se relacionam com o presente trabalho em várias dimensões. Além de valorizar uma compreensão mais aberta da "diplomacia da libertação", eles também ajudam no tratamento mais acurado voltado às relações intercontinentais de países que fomentam a solidariedade Sul-Sul, contrapondo-se às tradicionais relações Norte-Sul, que foram historicamente marcadas pelos laços entre metrópole-colônia.

#### **1.4. Organização dos conteúdos**

O trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo pretende contextualizar geopolítica e historicamente os três territórios em questão, considerando a política internacional no período tardo-colonial português (1945-1974) e os esforços diplomáticos na luta pela libertação das então colônias portuguesas em África. O cenário global da Guerra Fria é determinante neste contexto, marcado pelo conflito mundial entre o bloco capitalista encabeçado por Washington e o bloco socialista comandado por Moscou. A Revolução de Cravos, que derrubou o regime ditatorial e colonial português, foi importante na reconfiguração deste conflito, promovendo modificações no tabuleiro geopolítico das antigas colônias, na África Subsaariana e também no Sudeste Asiático. Com a saída de Portugal destas áreas, outros agentes internacionais passaram a ali intervir e agir, estabelecendo novas tensões e confrontos com as elites nacionalistas locais que, engajadas na construção de seus respectivos Estados, elaboravam suas próprias visões e ideias sobre autodeterminação, soberania e política externa.

O segundo e terceiro capítulos resultam do esforço de seleção e análise das fontes primárias encontradas no arquivo. Estes capítulos buscam analisar, respectivamente, os envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau no problema de Timor-Leste a partir da documentação encontrada no acervo "Timor online" do CIDAC. Ali se pretende dispor parte das informações contidas nesta documentação em ordem cronológica, destacando os eventos internacionais mais relevantes para a luta de libertação de Timor-Leste em conjunção com a história política de cada um destes países e suas relações internacionais.

Nas considerações finais propõe-se levantar pontos de contraste no envolvimento dos dois países africanos, tentando sintetizar uma perspectiva comparada a partir dos achados da pesquisa. Ali também se reflete sobre uma história mais alongada das relações internacionais, considerando os desdobramentos destas relações após a independência de Timor-Leste e o desenvolvimento de sua política externa para África Lusófona, destacando seu envolvimento nas questões de Guiné-Bissau e Moçambique.

## **Capítulo I**

### **2. Geopolíticas da descolonização: diplomacia e libertação em Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste**

Após a criação das Nações Unidas e o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos pela Organização, as políticas de descolonização entraram na agenda internacional. Contudo, Portugal permaneceu resistente ao abandono do império (DA SILVA 2011). Seu desmonte ocorreria de modo brusco, apenas em 1974, com a Revolução dos Cravos, consequência direta dos 13 anos de guerra colonial em África e também da própria insatisfação do povo português com o regime ditatorial (GORJÃO 2005). Este capítulo busca contextualizar a situação geopolítica de Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste, nos anos que precederam a Revolução dos Cravos e a proclamação da independência destes países, considerando as mudanças do cenário internacional e dando especial atenção à diplomacia levada a cabo pelos movimentos de libertação destes três países (SILVA 2006 e CASSAMÁ 2014).

#### **2.1. Colonialismo português tardio**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as elites letradas nas colônias asiáticas, africanas e caribenhas deram maior liberdade à imaginação nacionalista e à busca da independência. Ainda que centrado na ideia de "libertação nacional", os esforços políticos das elites nativas educadas nas colônias articulavam-se em redes transnacionais e alianças anticoloniais que atravessavam territórios. Assim, a segunda metade do século XX foi um período de grande mudança na política mundial, com o surgimento de movimentos próliberdade e democracia tanto na Europa quanto nas Américas, proporcionando novos debates em torno da questão da descolonização e a emergência do então "Terceiro Mundo". Era o momento de consolidação da Guerra Fria, marcada pela bipolaridade mundial e a disputa entre duas superpotências, EUA e URSS (SILVA 2006 e CASSAMÁ 2014). Neste contexto, o desenvolvimento da política mundial passou a girar, cada vez mais, em torno das perspectivas colocadas por estes dois blocos (CARNEIRO 2008 e VISENTINI 2011). Tanto o capitalismo norte-americano quanto o socialismo soviético disputavam zonas de influência em quase todas as regiões do mundo, sobretudo nos espaços pós-coloniais.

Aliado dos EUA e um dos membros fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte-OTAN<sup>5</sup>, o Estado português gradativamente passou a receber maiores críticas e sofrer pressões internacionais para a descolonização, o país, ao buscar tornar-se membro da ONU,

---

<sup>5</sup> Link: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/otan.htm>.

teve o seu pedido negado em 1946 e apenas nove anos depois, em 1955, foi aceito (GORJÃO, 2005; p. 20). Após sua difícil inserção na ONU, as críticas aumentaram, oriundas de países de Terceiro Mundo e movimentos da sociedade civil, que reclamavam contra a manutenção do poder colonial em territórios africanos e asiáticos. Neste contexto, a diplomacia portuguesa desempenhou papel fundamental nas Nações Unidas, buscando travar o encaminhamento das pautas que poderiam levar a maiores pressões e sanções internacionais. A substituição do termo "império" por "províncias ultramarinas", e a afirmação de "Portugal uno, do Minho ao Timor" foram estratégias de modificação da legislação e da propaganda nacional com o objetivo de apaziguar reclamos internacionais. Salazar afirmava que Portugal era, assim, uma nação "pluricontinental e multirracial" (CASSAMÁ 2014). A própria incorporação, no discurso oficial do Estado salazarista, do "lusotropicalismo" de Gilberto Freyre também era uma forma de propagandear, para dentro e fora dos territórios portugueses, que o projeto lusitano não era racista, mas "assimilacionista", e buscava atrair os povos nativos para o mundo da civilização e da lusitana (FRANCO 2009, p. 74-75).

A concessão de bolsas de estudos para os "assimilados" das colônias era uma estratégia política importante neste sentido. Portugal começou a receber estudantes vindos do ultramar com o intuito de integrá-los no aparelho administrativo do Estado, melhorar a imagem do país no exterior e nas colônias. Esta imigração estudantil fez originar a fundação da Casa dos Estudantes do Império - (CEI) que, posteriormente, tornou-se espaço vital na conscientização dos intelectuais e líderes independentistas africanos (CASSAMÁ 2014). Gradativamente Portugal foi perdendo legitimidade internacional, sendo duramente criticado na ONU por sua "recusa de reconhecer autonomia para as províncias ultramarinas" (SILVA 2006, p. 10). A diplomacia portuguesa tentou convencer o mundo que não tinha colônia, mas as justificativas não foram convincentes. E na década de 1960 a situação iria se agravar.

A ONU votou uma resolução que considera os territórios sob o domínio português como não autônomos, e exigia que Portugal fornecesse informações frequentes sobre suas colônias ao secretário geral. Em 1963, as Nações Unidas reforçaram sua condenação ao colonialismo português com outra resolução, mais impactante que a primeira, dando aos movimentos de libertação uma maior legitimidade (DA SILVA 2011, p. 4).

As queixas apresentadas pelos movimentos de libertação africanos destacam, não só a violação do direito de autodeterminação dos povos, mas chamava a atenção para os crimes que

estavam sendo praticados pelo regime de Salazar<sup>6</sup>. A posição de Lisboa era de que o país não possuía colônias, mas províncias, algumas fora da Europa, e afirmava que qualquer ação da ONU sobre estas províncias representaria uma violação da soberania portuguesa (GORJÃO 2005).

O gradativo deterioramento da imagem internacional de Portugal chegou ao ponto mais alto em 1961, com o início da guerra em Angola e a perda dos territórios coloniais de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, então governada por Jawarhalal Nehru. A diplomacia de Lisboa buscou novos arranjos políticos para atender às pressões da comunidade internacional, em particular da ONU. O apoio dos EUA a Portugal foi fundamental na manutenção da posição portuguesa. Ambos países haviam firmado acordo que permitia o uso dos Açores como base de exercícios militares estadunidenses, e da OTAN, em função da Guerra Fria (DAVILLA 2010). À época, os EUA também viviam seus próprios dilemas domésticos, vinculados à luta pelos direitos civis e à emergência do movimento negro norte-americano que questionava a cumplicidade de seu governo com o colonialismo português em África. Mas com a chegada de Kennedy à Casa Branca, Washington começou a ter posição contrária aos interesses de Portugal, e o apoio americano à ditadura colonial salazarista começou a desmoronar (GORJÃO 2005; VISENTINI 2011; DAVILLA 2010). A intensificação e multiplicação do conflito armado em África, agora ocorrendo em três diferentes teatros de guerra - Angola, Guiné-Bissau e Moçambique - complicou ainda mais a situação, levando a uma gradativa descredibilidade portuguesa, interna e externa, cujo ápice foi a Revolução dos Cravos.

---

<sup>6</sup> António de Oliveira Salazar, conhecido apenas pelo último nome, foi o primeiro ministro de Portugal durante 36 anos (1933 até 1968). Salazar nasceu em Vimieiro no dia 28 de abril de 1889. O político era filho de um feitor (António de Oliveira) responsável por uma propriedade no pequeno povoado Vimieiro, situado no concelho de Santa Comba Dão. A mãe do estadista chamava-se Maria do Resgate Salazar. O casal teve três filhos: António e mais duas irmãs. Salazar ingressou em outubro de 1900 no seminário de Viseu onde permaneceu por oito anos. Quando saiu do seminário, começou a dar aulas em uma escola de Viseu e atuou também como professor particular. Se formou em direito em 1914 pela Universidade de Coimbra. É em Coimbra, aliás, que Salazar ingressa na vida política tendo liderado o Centro Acadêmico de Democracia Cristã. Tornou-se professor da mesma instituição em 1917 ocupando a disciplina de Ciências Econômicas, após ter se especializado em Economia. Salazar foi um dos responsáveis pela fundação do Partido Centro Católico (1921). Após a derrubada do governo parlamentar - em maio de 1926 - recebeu um convite para assumir o posto de ministro das finanças, mas não obteve a autonomia que desejava. À frente do ministério, conseguiu inverter o problema do déficit público e transformou-o em superávit. Com o saldo positivo, pode ajudar a desenvolver o país. No dia 5 de julho de 1932, Salazar foi nomeado primeiro ministro por Carmona. O período em que esteve no poder foi marcado pelo conservadorismo, pelo autoritarismo, pelo nacionalismo e pela influência de um pensamento católico. Em setembro de 1968, Salazar teve um derrame que o impediu de continuar atuando politicamente. No dia 25 de setembro de 1968, abandonou o cargo de Presidente do Conselho devido à frágil saúde e seguindo orientação do então Presidente da República. O político veio a ser substituído por Marcello Caetano. Salazar faleceu em 27 de julho de 1970. Seus restos mortais foram transportados de Lisboa para Santa Comba Dão, sua terra natal. Segue o link. [https://www.ebiografia.com/antonio\\_de\\_oliveira\\_salazar/](https://www.ebiografia.com/antonio_de_oliveira_salazar/).

## 2.2. Formação de elites e circuitos intelectuais transnacionais

Como já dito, apenas após a Segunda Guerra e o estabelecimento de uma agenda internacional contrária à colonização, é que Portugal passa a se preocupar mais com a educação e a formação de uma elite assimilada em suas colônias. De acordo com autores como: Silva (2006), Cassamá (2014), Cipriano (2010) e Fernandes (2017), as composições dessas elites faziam parte da estratégia do império que buscava envolver setores da população colonizada na gestão dos problemas do ultramar. Esta estratégia implicou tanto no maior investimento em escolas, professores e materiais didáticos (eurocêntricos) nas colônias, mas também no envio de estudantes para a metrópole por meio do financiamento de bolsas. Nos territórios portugueses da África continental e de Timor, historicamente os poderes coloniais haviam se estabelecido graças às guerras contra os poderes locais, mas também graças às alianças tecidas com os "régulos" e outras autoridades locais (reis, chefes, *sobas* ou *liurais*). Mas foi só a partir da segunda metade do século XX que esta elite local tornou-se em objeto da educação colonial com vistas à inserção formal na estrutura administrativa do Estado, quase sempre em cargos inferiores. Os intelectuais integrantes destas elites letradas tiveram papel fundamental na organização da luta independentista e no desenvolvimento da imaginação nacional, inicialmente por meio de textos literários e da imprensa, também nos cantos e outras formas expressivas. Apresento a seguir três breves percursos de intelectuais e líderes políticos formados no período tardo-colonial português.

Personagem exemplar é Amílcar Cabral<sup>7</sup>, nascido em 1924, em Bafatá, na então "Guiné Portuguesa". Aos oito anos de idade completou o ensino primário e mudou-se para Cabo-Verde onde terminou o liceu, equivalente ao ensino médio. Ali Cabral trabalhou na imprensa local de Cabo-Verde, onde teve maior contato com o debate público do mundo letrado, ampliando sua visão para questões sociais e políticas da situação colonial em que vivia. Em 1945, conseguiu uma bolsa de estudo ingressando no instituto de agronomia em Lisboa (CASSAMÁ 2014). Amílcar Cabral foi um dos poucos guineenses que conseguiu ingressar no ensino superior. Sua passagem por Portugal “não se limitou somente ao curso de Agronomia, foi no país do colonizador que ele e vários outros estudantes vindos da colônia sofreram influências, que contribuíram para a sua formação cultural e política” (CASSAMÁ 2014; p. 38).

Autores como Franco (2009) e Cassamá (2014) argumentam que Cabral teve uma formação social e política muito sólida em Portugal, ingressando nas organizações políticas e nos movimentos estudantis que apresentavam perspectivas contrárias à colonização, como a

---

<sup>7</sup> Pagina oficial do PAIGC. <https://www.paigc.net/amilcar.html>.

própria Casa de Estudantes do Império (CEI), o Partido Comunista Português - (PCP) e o Centro de Estudos Africanos (CEA), onde teve contato com o pensamento pan-africanista. A atitude mais importante de Cabral é que ao término da graduação, ele regressa à Guiné-Bissau como funcionário do Estado português, onde ocupou cargos como o de Secretário da Direção de Seção das Ilhas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé<sup>8</sup>. Esta inserção possibilitou-lhe uma visão mais ampla não apenas de uma específica colônia, mas dos problemas relativos à política colonial portuguesa e também dos problemas vividos pelas populações do interior. Este seu contato com a realidade da política colonial deu início à mobilização para a luta de libertação, participando da fundação, em 1959, do Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, o PAIGC (SILVA 2006; FRANCO 2009). Amílcar Cabral foi assassinado em 1973, em Conacri. Após sua morte a luta armada se intensifica e a independência de Guiné-Bissau é proclamada, unilateralmente, em 24 de setembro de 1973.

Um segundo percurso a ser destacado aqui é o de Eduardo Chivambo Mondlane, nascido em 1920 na aldeia de Nwadjahane, província de Gaza, ao sul de filho de um chefe local, Mondlane fez parte das elites tradicionais, o que lhe proporcionou oportunidades educacionais e religiosas Moçambique (DA SILVA 2008 e FRELIMO, 2009, s. p.). Cursou ensino fundamental numa missão presbiteriana em Moçambique e ganhou a bolsa para estudar na África do Sul, pela mesma congregação religiosa onde concluiu o ensino médio. Devido da situação do regime do *apartheid* e em virtudes de suas ideias políticas foi obrigado abandonar o país, seguindo para Portugal, onde se juntou a outros estudantes das colônias. Poucos anos depois foi para os EUA, lá cursando mestrado e doutorado em antropologia e sociologia. Lívio Sansone (2018) afirma que a trajetória acadêmica de Mondlane foi excelente e um caso atípico, pois para obter título de doutor nos anos 1950-1960, sobretudo tendo em conta as questões raciais nos Estados Unidos e a conjuntura política interna da época. Após concluir o doutoramento, foi contratado pela ONU, exercendo cargo na “assistência profissional no departamento de territórios não autogovernados: Tanganyika, Camarões e Sudoeste Africano” (FRELIMO 2009 e SANSONE 2018). Eduardo Mondlane voltou para Moçambique e depois instalou-se em Dar Es Salaam, Tanzânia, onde participou da fundação da Frente de Libertação de Moçambique, a FRELIMO, em 1962 (DA SILVA 2009 e CIPRIANO 2010). Eduardo Mondlane foi assassinado em 1969, ao abrir uma encomenda que continha uma bomba, na casa de uma ex-secretária sua. Suspeita-se que a encomenda tenha sido preparada em Lourenço Marques pela PIDE, a polícia secreta portuguesa.

---

<sup>8</sup> Idem. <https://www.paigc.net/amilcar.html>.

Outro intelectual que se formou no período tardo-colonial português e ganhou destaque no movimento de libertação de seu país, foi José Ramos-Horta. Nascido em 1949, filho de mãe timorense e pai português exilado na colônia, Ramos-Horta foi educado na missão católica de Soibada e depois se formou no liceu de Díli, o ápice do sistema escolar naquele território (DA SILVEIRA 2017). Devido a suas ideias anticoloniais e seus escritos em um periódico local, é denunciado pela PIDE (Polícia de Internacional de Defesa do Estado) e deportado para Moçambique, entre os anos de 1970 e 1972. Ali teve contato com novas ideias políticas e com a guerra colonial em curso. Em seu livro de memórias afirma que regressou para Timor por “medo de ser recrutado para o exército colonial e ir morrer nas matas do Norte” e que não guarda “grata recordação da Lourenço Marques colonial. Cidade influenciada pelo *apartheid*, sobrevivia graças ao *apartheid* e à rebelde colônia britânica da Rodésia”. (Ramos Horta, 1994, p. 60. Apud. DE LUCCA, 2016). Quando jovem José Ramos-Horta desempenhou papel importante na imprensa local timorense e, além de Moçambique, também viajou para a Austrália e estabeleceu contatos com pesquisadores e jornalistas estrangeiros (CIDAC 2004 e DE LUCCA 2018). Em 1974, no contexto da Revolução dos Cravos, Ramos-Horta funda com seus colegas timorenses, o primeiro partido independentista do país, a Associação Social-Democrata Timorense (ASDT), que logo depois se assumiria um tom mais radical, transformando-se na Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, a FRETILIN.

O breve percurso destes três personagens evidencia como a formação das lideranças políticas dos partidos independentistas de Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste desenrolou-se num espaço transnacional intercontinental, onde era possível escapar da censura e do controle político estabelecido pela PIDE. Estes jovens intelectuais integraram parte da elite local nas colônias portuguesas e puderam compreender o valor de sua terra natal no desterro. Longe de casa passaram a apreender melhor sua situação colonial e puderam imaginar politicamente o império português num quadro mais ampliado de forças geopolíticas e projetos nacionalistas. Isso ocorria no período tardo-colonial, contexto em que já havia uma maior circulação de ideias e pessoas entre o então chamado “Oriente Português” e a “África Portuguesa” (DE LUCCA, 2018).

Com a maior circulação, para dentro e fora do império, de pessoas e ideias, permitiu a formação de uma elite letrada, oriunda das colônias portuguesas, cuja consciência política devia muito às redes transnacionais dos movimentos pan-africanistas<sup>9</sup> e do internacionalismo

---

<sup>9</sup> Pan-africanismo: o conceito que mudou a história do negro no mundo contemporâneo. A ideologia Panafricanista surgiu de um sentimento de solidariedade e consciência de uma origem comum entre os negros do Caribe e dos Estados Unidos. Ambos estavam envolvidos numa luta semelhante contra a violenta segregação racial. Essa

socialista (PEIXOTO e MENESES 2013). Escritos pan-africanistas tiveram impacto na formação dos estudantes das colônias portuguesas, sobretudo aqueles que conseguiram sair de seus territórios para estudar fora (CIPRIANO, 2010). O pensamento revolucionário africano, além de abrir um caminho poderoso para a crítica ao racismo imposto pelo jugo colonial, também contribuiu para o entendimento a respeito da revolução e a importância de se desenvolver uma identidade nacional própria, africanizada e livre, ou pelo menos distinta do Ocidente (PINTO 2008). Em Timor, além da influência do pensamento africano, sobretudo de autores como Frantz Fanon e Aimé Césaire, Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane, que eram lidos e apreciados entre muitos integrantes da ASDT/FRETILIN, estes também se interessaram e discutiram as ideias políticas de grandes lideranças nacionalistas asiáticas, como Sukarno e Mao Tsé Tung, o primeiro, um nome central da independência indonésia, e o segundo, "timoneiro" da revolução chinesa (DE LUCCA, 2016).

É de salientar o estreitamento das relações políticas e ideológicas entre os movimentos libertacionistas ao longo do desenvolvimento da luta armada em África. Conforme argumentam Cardoso (2002), Franco (2009) e também Cassamá (2014), os líderes independentistas das colônias portuguesas estabeleceram ligações em seus percursos estudantis, na Europa e fora dela. A Casa dos Estudantes do Império (CEI) por exemplo permitiu-lhes resguardar aproximações muito fortes no sentido de construir um projeto compartilhado que buscava a descolonização. Desta feita, os três principais partidos africanos das colônias portuguesas - FRELIMO, PAIGC e MPLA - construíram formas de apoio mútuo, trocando experiências e informações pertinentes à luta pela independência. O conjunto das estratégias desta luta, no plano internacional, implicou no desenvolvimento de uma "diplomacia da libertação", agenciada não por representantes de Estados, como na diplomacia tradicional, mas mobilizada por representantes de movimentos independentistas que buscavam erigir seus próprios Estados soberanos, e articulavam diferentes formas de sensibilização, cooperação e aliança transnacional, envolvendo atores estatais e não-estatais, com vistas à descolonização e à emancipação nacional (MAGALHÃES 2007). Como veremos, este conhecimento a respeito de

---

solidariedade que marcou a segunda metade do séc. 19 propôs a união de todos os povos da África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional. Do Palmares O termo Pan-africanismo foi cunhado pela primeira vez por Sylvester Willians, advogado negro de Trinidad, por ocasião de uma conferência de intelectuais negros realizada em Londres, em 1900. Willians levantava sua voz contra a expropriação das terras dos negros sul-africanos pelos europeus e conclamava o direito dos negros à sua própria personalidade. Essa reivindicação propiciou o surgimento de uma consciência africana que começou a se expressar a partir do I Congresso Pan-africano, organizado em Paris, em 1919, sob a liderança de Du Bois. [https://www.geledes.org.br/tag/pan-africanismo/?gclid=Cj0KCQjw0rr4BRCTARIsAB0\\_48OM1QUx9Jj3IAErNDGYjSoZ11sxad6xdqsDanD6K1veX6kHqAB7aE0aAi1KEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/tag/pan-africanismo/?gclid=Cj0KCQjw0rr4BRCTARIsAB0_48OM1QUx9Jj3IAErNDGYjSoZ11sxad6xdqsDanD6K1veX6kHqAB7aE0aAi1KEALw_wcB).

um repertório de ações diplomáticas e estratégias internacionais voltadas à libertação, seria posteriormente compartilhado pelos partidos africanos com os integrantes da FRETILIN - o último partido independentista criado no ultramar português.

### **2.3. A diplomacia do PAIGC na luta de libertação**

Guiné-Bissau está localizada na costa Ocidental de África, faz fronteira com países que foram colônias francesas. Ao Norte encontra-se Senegal e a Leste e Sul faz fronteira com a Guiné Conacri. Em Guiné-Bissau, outros movimentos independentistas antecederam o PAIGC, tais como o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) e a Frente da Luta para a Independência da Guiné (FLING) (SILVA 2006). Não obstante, o mesmo autor assegura que os projetos políticos desses movimentos eram diferentes, enquanto a FLING buscava conquistar a independência pela via pacífica o MLG não. O Massacre de *pindjiguiti*<sup>10</sup> e o tratamento desumano rotineiro voltado à população foram condicionantes importantes para a emergência de um espírito nacionalista em Guiné-Bissau (Silva, 2006; Da Silva, 2011 e Cassamá, 2014).

---

<sup>10</sup> Sopra um vento de morte no cais de Pindjiguiti. i A 3 de Agosto de 1959, os trabalhadores do porto de Pindjiguiti ii , em Bissau, organizaram uma greve reivindicando um aumento de salários. Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas, particularmente aqueles que trabalhavam para a Casa Gouveia, um monopólio comercial intermediário do grupo CUF (Companhia União Fabril), foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos. Esta não foi a primeira greve dos trabalhadores do porto de Bissau. Já em 6 de Março de 1956 tinham existido confrontos entre a polícia e os trabalhadores, os quais, pelos mesmos motivos, organizavam então uma greve. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/3-de-agosto-de-1959-massacre-de-pindjiguitibissau/63784>. Acesso em: 21/11/2020.



repercutiu e conquistou confiança dos demais movimentos e, logo após a independência, o PAIGC tornou-se partido-Estado, permitindo um controle total sobre qualquer ou eventuais insurreições internas.

Assim, o PAIGC surgiu como um partido conciliador de movimentos políticos pré-existentes no território guineense. Como explica Cassamá (2014), inicialmente em 1956, Cabral e seus companheiros fundaram o Partido Africano para a Independência (PAI) com objetivo de desenvolver atividades política e diplomática, o movimento propôs negociar a independência do país, não obstante o partido não teve sucesso na negociação. Em "Outubro de 1960 realizou-se em Dakar, Senegal, uma reunião de dirigentes, intitulada Conferência de Quadros das

Organizações Nacionalistas e o partido passou a adotar a sigla PAIGC" (SILVA 2006 e CASSAMÁ 2014; p. 69). Nesta conferência o PAIGC saiu como única força política responsável para organizar a luta armada em seu país. O PAIGC tentou várias vezes estabelecer negociações com vistas à independência, contudo nunca obteve sucesso, porque o regime português não oferecia espaço para o diálogo e como a tentativa não surtiu efeito, declarar guerra a Portugal era o último recurso necessário para alcançar a independência. O país proclamou sua independência em 1973, sendo o meio-irmão de Amílcar Cabral nomeado o primeiro presidente do país. Entretanto, Portugal reconheceria a independência de Guiné-Bissau apenas em setembro de 1974, após o 25 de abril (VISENTINI 2018).

Durante sua luta de libertação nacional o PAIGC procurou estreitar suas relações políticas e diplomáticas com os países socialistas e que orbitavam na esfera de influência da antiga União Soviética, aproximando-os com os países de Leste europeu, Cuba, Rússia, entre outros (ÁFRICA 2016, CARVALHO 2016 e VISENTINI 2018). O partido também se aproximou de países do chamado Terceiro Mundo, sobretudo por meio da Conferência Tricontinental, que teve lugar em Havana, em 1966, e que compartilhava princípios e adeptos do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA). Nestas relações internacionais, o PAIGC buscava apoio intelectual, político, econômico e militar para o melhor desempenho na luta contra o colonialismo.

Neste período a diplomacia regional do PAIGC foi muito tímida, e como Silva (2006) e Da Silva (2011) argumentam, o partido aproximou-se mais do vizinho Sul, Guiné-Conacri, do que o do Norte, Senegal. Guiné-Conacri era um país importante no desenvolvimento da política externa guineense em construção, porque o país abrigava à frente externa da luta de libertação do PAIGC. Muito diferente de Senegal, que nunca concordou com a posição fundamental de Amílcar Cabral, de lutar pela independência por meio das armas.

Em 18 de abril 1961 foi fundada a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), em Casablanca, Marrocos. A conferência, interpretada hoje como uma espécie de "embrião dos PALOP", foi um organismo de concertação e coordenação internacional dos líderes revolucionários e independentistas das colônias portuguesas de África e Índia (Goa, Damão e Diu), na partilha de informações e planos estratégicos para derrubar o colonialismo português. Os encontros da CONCP englobaram o PAIGC, em representação de Guiné e Cabo-Verde, o MPLA, por Angola, a UDENAMO, mais tarde substituída pela FRELIMO, de Moçambique, o MLSTP, por São Tomé e Príncipe, e contou com uma significativa delegação de nacionalistas indianos de Goa. Mas além das lideranças independentistas das colônias portuguesas, a CONCP também estabeleceu relações com outros representantes políticos e de movimentos sociais internacionais, proporcionando uma maior troca e aproximação entre as frentes revolucionárias, promovendo um maior alinhamento político e diplomático entre eles após a independência<sup>11</sup>.

**Figura 3:** A imagem da primeira reunião para a criação da CONCP na Casablanca, Marrocos em 1961.



Fonte: Fonte: Página oficial da CONCP. Disponível em:

[http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concpa-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h3018h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt](http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concpa-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h3018h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt). Acesso em: 02/04/2021.

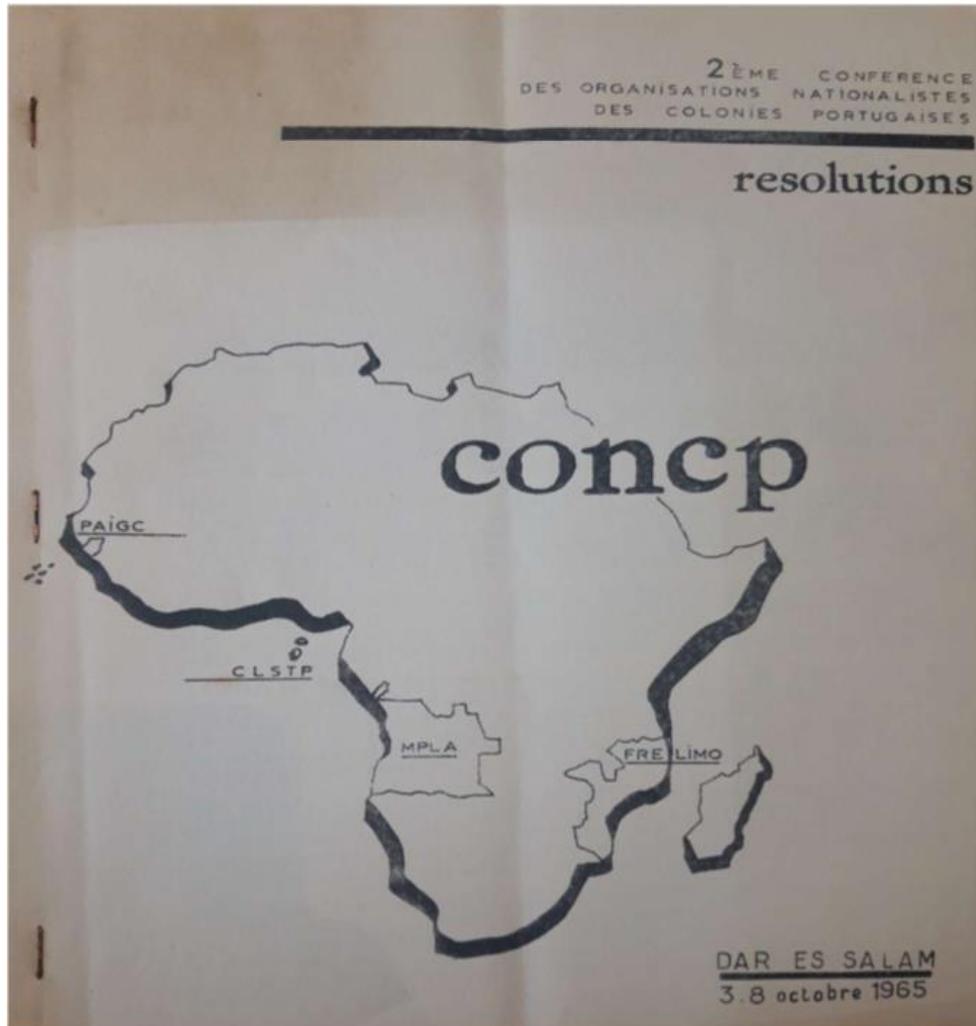
A imagem que registrou a primeira reunião dos líderes anticolonialistas e independentistas africanos na Casablanca, Marrocos, em 1961, nessa conferência foi conhecida

---

<sup>11</sup> Este paragrafo foi retirado no site oficial da CONCP que pode ser consultado através deste link: [http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concpa-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h3018h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt](http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concpa-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h3018h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt).

como o embrião do PALOP; neste encontro faz presença de todos os representantes dos movimentos revolucionários da África e em particular os de PALOP como: Agostinho Neto, MPLA-Angola; Amílcar Cabral, PAIGC-Guiné e Cabo verde; Eduardo Mondlane, UDEMO/FRELIMO-Moçambique entre outros líderes ali presentes.

**Figura 4:** Mapa da África destacando os territórios em luta, na capa das resoluções do Segundo Congresso das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP).



Fonte: FERRETTI (2020).

Nos anos posteriores e imediatos à independência da Guiné-Bissau, a política externa do país acompanhou os passos da diplomacia adotada nos anos da luta libertacionista (Carvalho, 2016). E na ONU, o PAIGC se colocava entre os representantes dos movimentos antiimperialistas e antirracistas, apoiando todas as decisões que propunham discutir a questão da autodeterminação dos povos, particularmente a questão de Timor-Leste (CUNHA 2001).

## 2.4. A diplomacia da FRELIMO na luta de libertação

Moçambique<sup>12</sup> encontra-se na costa oriental da África Austral e possui fronteiras com seis países da região, ao norte limita-se com a república da Tanzânia, ao sul com a África do Sul e Suazilândia, a noroeste com a república de Malawi, a oeste com a república da Zâmbia e da Zimbábue, além disso o país possuiu zona costeira gigantesca, pouco mais de 2.4701 km, onde é banhado pelo Oceano Índico. A situação geográfica de Moçambique não favoreceu a estabilidade no território, que sofreu com as tensões raciais e os conflitos armados que se espalharam na região, sobretudo entre os anos 1960 até o início da década de 1990 (SILVA, 2017). Moçambique encontra-se no meio de ex-colônias britânicas, com especial destaque para a Rodésia (posteriormente Zimbábue) e África do Sul, dois países que, nos anos 1970, viviam regimes racistas e eram governados por minorias brancas que reprimiram violentamente a oposição e suprimiram os direitos da maioria da população negra (MACEDO 2008 e MINTER 1998).

**Figura 5:** Mapa político da África Austral, Moçambique nas margens do Índico.



Fonte: Disponível em: [https://pt.m.wikivoyage.org/wiki/Ficheiro:Southern\\_Africa\\_new\\_map.png](https://pt.m.wikivoyage.org/wiki/Ficheiro:Southern_Africa_new_map.png). Acesso em: 02/04/2021.

<sup>12</sup> Moçambique é um país da costa oriental da África Austral que tem como limites: a norte, a Tanzânia; a noroeste, o Malawi e a Zâmbia; a oeste, o Zimbábue, a África do Sul e a Suazilândia; a sul, a África do Sul; a leste, a secção do Oceano Índico designada por Canal de Moçambique. No Canal de Moçambique, os vizinhos são Madagáscar e as Comores (incluindo a possessão francesa de Mayotte). No Oceano Índico, para leste da grande ilha de Madagáscar, situam-se as dependências de Reunião, Juan de Nova e Ilha Europa. No Canal de Moçambique, sensivelmente a meia distância entre o continente e Madagáscar, o atol de Bassas da Índia, igualmente possessão francesa. A capital de Moçambique é Maputo (foi chamada por Lourenço Marques durante a dominação portuguesa). A metade norte (a norte do rio Zambeze) é um grande planalto, com uma pequena planície costeira bordejada de recifes de coral, limitando no interior com maciços montanhosos pertencentes ao sistema do Grande Vale do Rift. A metade sul é caracterizada por uma larga planície costeira de aluvião, coberta por savanas e cortada pelos vales de vários rios, o mais importante dos quais é o rio Limpopo. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Geografia-de-Mocambique>. Acesso em: 12/08/2020.

**Figura 6:** Mapa de Moçambique e suas fronteiras geopolíticas.



Fonte: Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=mapa+de+mo%C3%A7ambique&rlz=1C1FCXM\\_pt-PTBR944BR944&sxsrf=ALeKk009V3o4G\\_Zls32UJVJiOjhtgRBJ1w:1617600066293&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjE6tvqrebvAhWmD7kGHeOICvAQ\\_AUoAnoECAEQBA&biw=1396&bih=605#imgrc=7uXyff6\\_EurzM](https://www.google.com/search?q=mapa+de+mo%C3%A7ambique&rlz=1C1FCXM_pt-PTBR944BR944&sxsrf=ALeKk009V3o4G_Zls32UJVJiOjhtgRBJ1w:1617600066293&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjE6tvqrebvAhWmD7kGHeOICvAQ_AUoAnoECAEQBA&biw=1396&bih=605#imgrc=7uXyff6_EurzM). Acesso em: 05/04/2021.

A FRELIMO foi criada logo após o retorno de Mondlane a Moçambique e seu estabelecimento na Tanzânia. A formação da FRELIMO datada em "25 de Junho de 1962, oriunda da reunião da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), realizada em Dar es Salam" como representante oficial de Moçambique durante a luta de libertação nacional (CIPRIANO, 2010; p. 24). A formação da FRELIMO é resultado da junção e articulação de outras forças políticas existentes em Moçambique e que buscavam lutar contra o regime colonial português. A história da fundação do partido demonstra capacidade de articulação de Eduardo Mondlane para unir diferentes movimentos e conduzi-los a um único objetivo. Entre eles estão: "a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI)" (PEIXOTO e MENEZES 2013; p.89).

Em Moçambique, o Massacre de Mueda<sup>13</sup> é tido como um evento crítico que, somado a outras violências, ordinárias e extraordinárias, vividas pelo povo moçambicano, permitiram a emergência do sentimento nacionalista naquele país. Peixoto e Meneses (2013) apontam também para a dimensão regional da política externa moçambicana como um fator de intensificação e radicalização do conflito armado em Moçambique:

A violência que atingiu a África Austral ao longo da segunda metade do século XX é inseparável do choque ideológico entre os blocos capitalista e socialista e seus respectivos projetos expansionistas (...) na década de 1960, os governos de minoria branca instituídos na África Austral acreditavam que a região, dada a sua crescente importância estratégica mundial, estaria sob a ameaça do comunismo global” (PEIXOTO e MENEZES 2013; p. 98).

As tensões raciais regionais e sua inserção estratégica no contexto da Guerra Fria contribuíram para a generalização dos conflitos na região, antes e depois da independência de Moçambique (LIBERATTI 2001, MACEDO 2008, CARDOSO 2016 e SHUBIN 2016).

Após a criação da FRELIMO, é realizado o seu primeiro congresso, em Setembro de 1962, em que Eduardo Mondlane foi eleito como o presidente da Frente. Nesse momento, também foram definidas três linhas de orientação para a sua Frente externa, designada desde então como "diplomacia da libertação" e que estaria assentada nos seguintes princípios: reconhecimento internacional do direito inalienável do povo moçambicano; reconhecimento da FRELIMO como o único e legítimo representante em nível internacional para a libertação de Moçambique; e a mobilização de apoios e de solidariedade internacional para com a luta do povo moçambicano para a conquista de sua independência (CIPRIANO 2010 e DA SILVA 2009).

No início do processo da luta armada moçambicana o movimento revolucionário de Moçambique buscava sistematizar ou mapear espaços de atuação das suas relações políticas e diplomáticas na região, considerando a situação de instabilidade política regional (ÁFRICA 2016 e SILVA 2017). Diferentemente da Guiné-Bissau, localizada na África Ocidental, a situação regional de Moçambique era menos estável, devido à evolução dos regimes racistas e autoritários vizinhos que escalaram o conflito na África Austral (MINTER 1998 e MASSANGAIE 2017). Entre os anos 1960 e 1990 a geopolítica regional foi marcada por tensões raciais e conflitos políticos, além do poder colonial português na região, havia países

---

<sup>13</sup> O massacre de Mueda registou mortos de dezenas do povo moçambicano durante o período da ocupação ilegal do império portuguesa e que reforçou o sentimento nacionalista e resistência moçambicana contra o anticolonialismo. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-em-16-de-junho-de-1960-ocorria-o-massacre-de-mueda-mocambique.phtml>. Acesso em: 02/04/2021.

africanos independentes governados por minorias brancas que implantaram políticas racistas e segregacionistas, como a África do Sul e a Rodésia. Perante a esta situação a FRELIMO traçou planos das suas atividades políticas-diplomáticas a nível regional, aproximando-se da vizinha Tanzânia. De fato, a única opção viável de apoio à luta de libertação naquele contexto, a Tanzânia é uma referência importante na história da FRELIMO, a criação do partido teve lugar na capital daquele país que foi o único da região a acolher a base da frente externa da FRELIMO durante o período da luta armada (CIPRIANO 2010).

A FRELIMO também estabeleceu relações com a URSS e outros países socialistas, com destaque para Cuba, China e República Democrática Alemã, buscando apoios materiais, políticos e ideológicos (ÁFRICA 2016, VISENTINI 2018). Cuba, por exemplo, teve um papel relevante no desenvolvimento da política externa do FRELIMO durante o período da luta de libertação. Havana apoiava Moçambique nas burocracias internacionais e na formação de novos quadros em diversas áreas de conhecimento, desde o campo estratégico ao artístico (ÁFRICA 2016).

Com dificuldades no estabelecimento das relações regionais, a FRELIMO buscou se aproximar das organizações internacionais que tinham como propósito apoiar as lutas de libertação dos povos. Além de buscar representações nos fóruns da ONU, a FRELIMO também investiu na já citada Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), além do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA).

Depois da independência de Moçambique, e com Samora Machel na presidência, a nova política externa do país deu continuidade às linhas diplomáticas estabelecidas durante a luta de libertação. Tal fenômeno contribuiu seriamente para a intensificação dos conflitos domésticos e regionais, com a RENAMO e no espaço austral africano, integrando a guerra civil vivida em Angola e Moçambique com os conflitos em curso na Rodésia, na Namíbia e na África do Sul (SILVA, 2017). Nesta região, os movimentos contra revolucionários, também chamados de “Contra”, recebiam suporte econômico e militar do regime racista sul africano e dos EUA, a exemplo da guerra civil moçambicana no qual a RENAMO buscava desestabilizar o governo da FRELIMO em Maputo (MINTER, 1998; SILVA, 2017; MASSANGAIE, 2017).

Moçambique viveu sucessivos momentos de crise durante e depois da luta de libertação, sobretudo devido à hostilidade dos países vizinhos, África do Sul e Rodésia, então governados por uma minoria branca aliada dos antigos colonos portugueses brancos que deixaram o território com a independência (VISENTINE 2018). Muitos dos desafios da instabilidade interna moçambicana, no campo político e econômico, se devem ao próprio contexto de guerra e conflito generalizado estabelecido na África Austral destes anos (MINTER 1998). Assim,

Moçambique pós-colonial enfrenta sérias crises domésticas e internacionais, e com a morte de Samora Machel, em 1986, o país se vê obrigado a mudar sua visão estratégica no desenvolvimento da política externa à nível regional (SILVA, 2017).

## 2.5. A diplomacia da FRETILIN na luta de libertação

Timor-Leste<sup>14</sup> é hoje o único país de língua oficial portuguesa no continente asiático. Seu território encontra-se situado na passagem do Sudeste Asiático para a Oceania e desfruta da única fronteira terrestre com a Indonésia, na parte oeste da ilha de Timor, dispondo, ao Sul, de uma fronteira marítima com a Austrália (WALDMAN 2003).

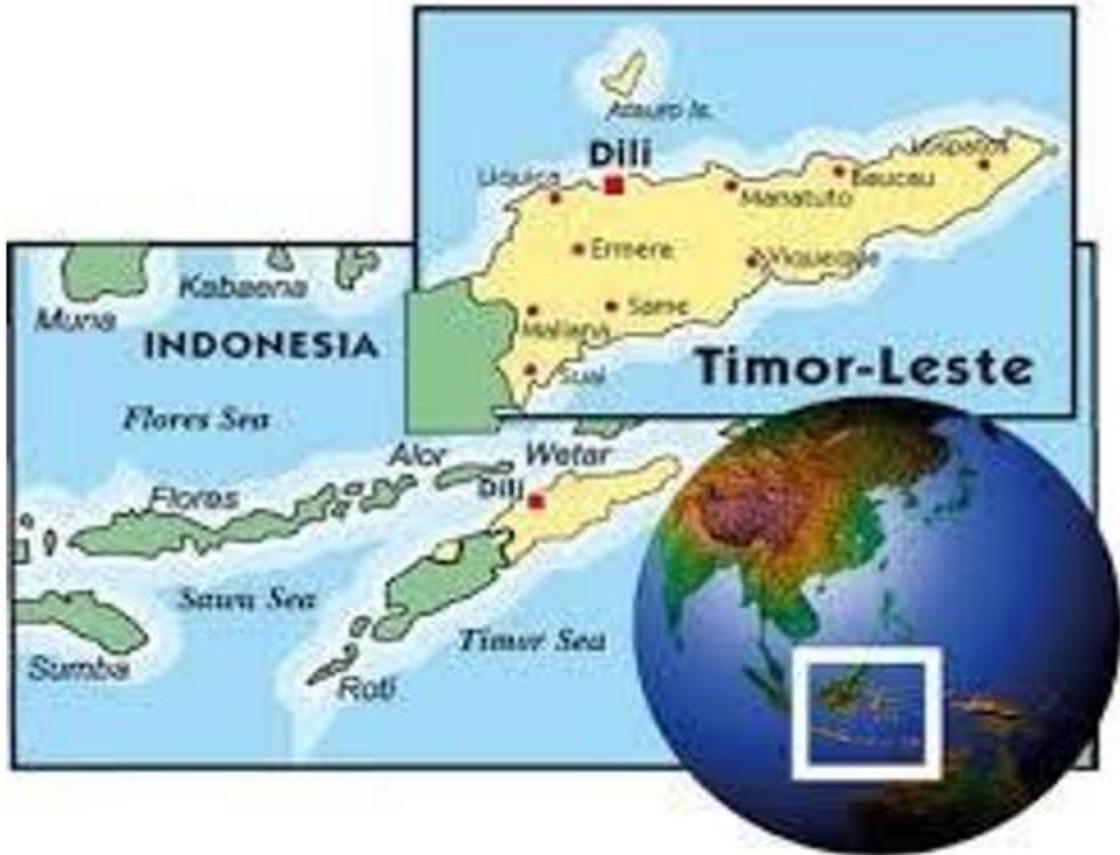
**Figura 7:** Mapa político do Sudeste Asiático, Timor-Leste ao Sul, na fronteira com Indonésia e Austrália.



Fonte: Disponível em: [https://wikitravel.org/pt/Sudeste\\_Asiático](https://wikitravel.org/pt/Sudeste_Asiático). Acesso em: 04/04/2021.

<sup>14</sup> Pouco se sabe da **história** antiga de **Timor**. Os portugueses se estabeleceram na ilha em 1520. Os holandeses tentaram tomar a parte oeste em 1613, e os dois países lutaram pelo domínio da ilha durante muitos anos. Entretanto, apenas um ano depois (1976), a Indonésia o invadiu e transformou **Timor-Leste** em sua província. A nação timorense está quase encurralada pelo Oceanos, somente na parte oeste que o país possui fronteira terrestre com a Indonésia, o norte país está cercado pelo Mar Da Banda e do leste ao sul pelo Mar De Mar De Timor. As razões que motivaram para que o território de Timor – Leste seja o que ele é hoje, são desconhecidas. No entanto, os fatores climáticos podem ser um dos elementos condicionantes, como exemplo a explosão vulcânica da placa tectônica que de certa maneira pode movimentar o pedaço da terra do jeito que ela é hoje. Para mais informações consulte este site: 1 <https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/timor-leste>. 2 <https://escola.britannica.com.br/artigo/Timor-Leste/481190#:~:text=Pouco%20se%20sabe%20da%20hist%C3%B3ria,da%20ilha%20durante%20muitos%20anos.&text=Entretanto%2C%20apenas%20um%20ano%20depois,Timor%2DLeste%20em%20sua%20prov%C3%ADncia>.

**Figura 8:** Mapa de Timor-Leste



Fonte: [https://www.google.com/search?q=mapa+de+Timor-Leste&rlz=1C1FCXM\\_pt-PTBR944BR944&sxsrf=ALeKk01wwthRaAyI0HVEWPHWcrZ5NKHPWQ:1617625265205&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwilnr\\_aifvAhUUIbkGHWs3BBgQ\\_AUoAnoECAEQBA&biw=1396&bih=657#imgrc=UOoD4AZZ6xK\\_QM](https://www.google.com/search?q=mapa+de+Timor-Leste&rlz=1C1FCXM_pt-PTBR944BR944&sxsrf=ALeKk01wwthRaAyI0HVEWPHWcrZ5NKHPWQ:1617625265205&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwilnr_aifvAhUUIbkGHWs3BBgQ_AUoAnoECAEQBA&biw=1396&bih=657#imgrc=UOoD4AZZ6xK_QM). Acesso em: 05/04/2021.

Diferentemente dos partidos independentistas africanos, criados entre os anos de 1950 e 1960, a criação dos partidos políticos em Timor-Leste ocorreria apenas com a Revolução dos Cravos. Antes disso não se sabe da existência de organizações políticas anticoloniais no território. Esta organização tardia, se comparada à experiência africana, se deve não só ao caráter insular, isolado e distante daquele território, mas também pelo fato de que as primeiras bolsas de estudo para timorenses ocorreram na passagem para a década de 1970, muito tempo depois do percurso estabelecido pelos estudantes africanos que constituíram parte da elite dirigente dos futuros Estados pós-coloniais africanos (CUNHA 2001, CIDAC 2004 e DE LUCCA 2018).

O este hiato temporal entre a formação universitária de uma elite nativa nas colônias africanas e uma elite nativa no então "Timor Português", fez os movimentos e partidos de libertação africanos figurarem como experiências exemplares e exitosas aos olhos dos líderes

nacionalistas timorenses. Esta formação universitária timorense tardia, se comparada à trajetória experimentada nas colônias africanas, também contribuiu para o baixo debate sobre a situação colonial de Timor e o horizonte da descolonização. É apenas no início dos anos 1970 que estes temas aparecem na colônia do Sudeste Asiático e um sentimento nacionalista começa, gradativamente, a germinar. Restrita à elite letrada e urbana de Díli, a imaginação nacional e política timorense será mais difundida no interior montanhoso da ilha, sobretudo durante a longa luta contra a ocupação indonésia, que tomará a capital em dezembro de 1975, apenas dez dias depois da proclamação da independência da República Democrática de Timor-Leste.

Com a revolução dos Cravos, foram criadas em Timor-Leste três principais partidos políticos que buscavam definir o destino do território frente às turbulências vividas na metrópole: a ASDT/FRETILIN que defendia a independência do país; a UDT (União Democrática Timorense) que propunha a manutenção da relação com Portugal por meio de uma estrutura federativa, na qual Timor tivesse mais autonomia; e a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense que defendia a integração indonésia e que era financiada pela própria potência vizinha (GOMES, 2010). As divergências e os conflitos entre os partidos sobre o futuro político do território produziram desestabilidade e levaram a uma guerra civil de três semanas, entre FRETILIN e UDT, facilitando a ação militar indonésia e a anexação da parte leste da ilha (CUNHA 2001).

A proclamação da independência, feita pela FRETILIN, foi imediatamente reconhecida por todos os países africanos de língua oficial portuguesa, mas não por Portugal nem Brasil, tampouco pelos dois países gigantes que cercam o território timorense, Indonésia e Austrália (GORJÃO, 2005; GOMES, 2010; DE LUCCA, 2018). À época, os EUA haviam acabado de sair derrotados da guerra no Vietnã, a “ameaça do comunismo” na região era tratada pelas potências ocidentais como um fato grave e não seria tolerada a criação de uma “segunda Cuba” em frente ao continente Austral, principal aliado norte-americano na região (WALDMAN 2003 e DE LUCCA, 2018). A ocupação de Timor-Leste pela Indonésia aconteceu cerca de dez dias depois da FRETILIN ter declarado de forma unilateral a independência da República Democrática de Timor-Leste em novembro de 1975 (GOMES 2010). Assim, poucos dias depois da declaração da FRETILIN houve a invasão das tropas indonésias ao território maubere num contexto em que a ex-metrópole, ou seja, Portugal encontrava-se em revolução “dos Cravos”, e as potências regionais eram completamente hostis à Timor-Leste independente. Com isso, a FRETILIN estabeleceu com os PALOP uma oportunidade única no reforço político e diplomático à sua luta de libertação.

No início da ocupação indonésia, a FRETILIN organizou duas frentes da resistência timorense, uma interna, voltada à luta armada e ao apoio à população apossada, e outra externa, voltada para o estabelecimento de relações diplomáticas e a sensibilização da comunidade internacional (CIDAC, 1982, TL 2403). Nomes de relevância nesta frente diplomática são Mari Alkatiri, estabelecido em Maputo e chefe da Delegação Externa da FRETILIN, José Ramos Horta, estabelecido em Nova York e principal representante na ONU, e Abílio Araújo, estabelecido em Lisboa e principal articulador das conexões europeias (CIDAC 1982, TL: 2403). Esta frente ficaria responsável por mobilizar apoio internacional, ganhando voz na Assembleia Geral da ONU e no Movimento dos Não-Alinhados, trabalhando pela aproximação com outros países asiáticos, africanos e da América Latina.

## 2.6. A internacionalização da questão de Timor-Leste

A ocupação do território de Timor-Leste pela Indonésia incrementou o debate no cenário internacional nas décadas de setenta, oitenta e noventa, atravessando assim o fim da Guerra Fria e suas transformações internacionais. No âmbito da ONU e demais organizações internacionais, os países africanos, principalmente os de língua oficial portuguesa, desde o início mantiveram seus posicionamentos em defesa da autodeterminação de Timor-Leste (CUNHA 2001, MAGALHÃES 2007 e OLIVEIRA, RUMÃO e DE ALMEIDA 2016). Este apoio foi justificado pela experiência traumática da violência colonial portuguesa compartilhada entre os mesmos e também por compartilharem ideias políticas, anticoloniais e revolucionárias, gestadas no período tardo-colonial português (CIPRIANO, 2010 e DE LUCCA, 2018). É de salientar que os PALOP, ao defenderem os direitos do povo maubere<sup>15</sup>, eram Estados recém-independentes, ainda em processo de formação e construção de sua soberania, e ainda frágeis em termos econômicos e institucionais. As ex-colônias portuguesas integravam o grupo dos

---

<sup>15</sup> A palavra Maubere é da origem mambae, hoje o maior grupo etnolinguístico do país, a palavra maubere foi difundida no território inicialmente através do próprio aparato colonial português. Por vezes escrita separadamente como “mau bere” – a primeira partícula, “mau”, apontando para o gênero masculino (irmão) – a palavra pode ser traduzida como “meu irmão”, enquanto “bui bere” “minha irmã”. [...] o termo era vulgarmente utilizado como um designador pejorativo em relação aos timorenses comuns, significando povo ignorante e pobre, gente menor e sem importância, de origem do campo e que não sabe ler nem escrever. Espécie de “zé ninguém” e “pé descalço” [...] estigmatizando assim timorenses não assimilados à cultura lusitana. Durante o período da ocupação indonésia, a palavra maubere também foi mobilizada pela resistência armada e diplomática. Xanana Gusmão a utilizava em seus discursos e em suas negociações com os generais indonésios durante os breves períodos de cessar fogo. Nestes momentos o líder guerrilheiro apresentava-se como representante do “povo maubere” frente aos representantes do “povo indonésio”. (Jolliffe, 1989:164). A palavra também foi utilizada fora do território, nas redes transnacionais de solidariedade à luta pela de libertação timorense. [...] a palavra maubere, justamente por ter sido mobilizada pela resistência diplomática, viajado por vários fóruns internacionais, tendo inserida sem tradução em diversos idiomas, ganhou incrível força e reconhecimento, tornando-se a única palavra de origem timorense que alcançou pretensões universais (De Lucca, 2016, p.88,89 e 90).

países do então chamado "Terceiro Mundo", situando-se na periferia do sistema internacional e regional africano e asiático. Outro ponto a destacar é que tanto Guiné-Bissau quanto Moçambique, adotaram, após a independência, regimes político-ideológicos leninistas-marxistas, bem posicionados, portanto, com o bloco comunista no contexto bipolar da Guerra Fria (CARVALHO 2016 e VISENTINI 2018). Também a própria FRETILIN, no início da luta de libertação, foi definida como um partido leninista-marxista.

Ainda que com poder e influência reduzida no cenário global, o envolvimento de Moçambique e Guiné Bissau na questão de Timor foi de fundamental importância, sobretudo nos anos da Guerra Fria. Esta contribuição africana à história da resistência timorense ainda precisa ser melhor pesquisada, sendo que os estudos sobre a solidariedade internacional à causa maubere voltam-se prioritariamente para as paisagens do Norte Global: Portugal, Austrália, Canadá, Irlanda etc. (GOMES 2010 e DE LUCCA 2018). Assim, as conexões analisadas neste trabalho focalizam prioritariamente as relações Sul-Sul, enquadradas no contexto de países considerados pobres, situados em diferentes regiões da periferia mundial, num cenário geopolítico fortemente marcado pela bipolaridade global da Guerra Fria e seu posterior desmonte.

A internacionalização da "questão de Timor" teve início com a invasão da Indonésia e desde então há uma crescente inserção do tema nos fóruns internacionais, produzindo maior impacto na ONU e na opinião pública global. O estudo de Gomes (2010; p. 071), mostra que a internacionalização da questão de Timor-Leste começou quando “após a invasão indonésia, Portugal leva, finalmente, o assunto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, dando origem ao que autor chamou de internacionalização nominal ou formal da questão de Timor-Leste”. Para Portugal era impossível solucionar o problema sozinho, tendo em conta o ambiente da política internacional, o país isolado internacionalmente resolveu internacionalizá-la. O autor também destaca que o processo de internacionalização foi gradativa, registrado pelos acontecimentos históricos entre eles, os mais importantes deste processo a apresentação de queixa formal, feita por Portugal no âmbito da ONU, contra ocupação da Indonésia; o massacre no cemitério de Santa Cruz, em 1991; a prisão, em 1991, e prisão/julgamento de Xanana Gusmão, em 1993; o prêmio Nobel da Paz, em 1996; e o referendo, conduzido pela ONU, no qual timorenses escolheram desvincular-se da Indonésia e o processo de desocupação indonésio foi marcado pela violência coletiva e mediante uma política de "terra arrasada" (CUNHA 2001, GOMES 2010 e DE LUCCA 2018).

Segundo o detalhado estudo de Cunha (2001) sobre a "questão de Timor", o tema chegou primeiro ao Conselho de Segurança das Nações Unidas sob a representação dos PALOP. Esses

mesmos países desenvolveram intervenções de peso nas Assembleias Gerais das Nações Unidas quando o assunto referia-se à Timor-Leste, debatendo na organização a situação do conflito armado e denunciando a ilegalidade em curso. Muito diferente da ex-metrópole, que teve pouco interesse imediato no assunto. Foi apenas a partir dos anos 1980 que Lisboa começou a mostrar um verdadeiro interesse no assunto (GOMES 2010). O período coincidiu com a admissão de Portugal na União Europeia (UE) que aproveitou sua inserção no bloco para denunciar o conflito em curso e, aos poucos, criticar os acordos comerciais e diplomáticos de certos países, como Inglaterra e França, com a Indonésia. A crítica e o posicionamento português, atrasado e tardio, ganharia maior vulto na década de 1990, colocando fortes obstáculos ao acordo entre UE (União Europeia) e ASEAN (Association Southeast Asian Nations) devido aos crimes cometidos pela principal economia nacional do bloco asiático (CUNHA 2001 e GOMES 2010).

De uma perspectiva mais estrutural, é possível compreender que a crescente visibilização internacional do tema, a formação de grupos da sociedade civil especializado no assunto e com mais países sensíveis à "questão de Timor", foram eventos conectados ao fim da Guerra Fria, que descongelou o sistema internacional e deu maior margem de manobra para os atores políticos até então com poucas opções, esta é uma hipótese de fundo desta pesquisa também presente nos estudos do professor Daniel De Lucca (2018; 2019). O advento de uma nova ordem mundial impactou diferentemente os contextos do Sul Global, em particular TimorLeste, Guiné-Bissau e Moçambique. No fim da década de 1980 as violações dos Direitos Humanos em Timor-Leste começaram a ganhar destaque na opinião pública internacional, ao mesmo tempo em que Guiné-Bissau e Moçambique passavam por aberturas políticas, implantando regimes multipartidários e adaptação do novo sistema governativo baseado no modelo capitalista norte-americano que impunha "ajustes estruturais" como contrapartida para poder obter de créditos de empréstimos a instituições financeiras internacionais (TERENCIANO, BRAGA e SOUZA 2016, SILVA 2017 e VISENTINI 2018).

No contexto da Guerra Fria, as conjunturas globais e regionais eram menos favoráveis à busca de uma solução pacífica para a questão de Timor-Leste, promovendo uma falta de atenção dada ao tema por parte da comunidade internacional, sobretudo os países ocidentais do bloco capitalista. Nas opiniões de Cunha (2002) e Gomes (2010) argumentam que a pouca atuação da ONU acerca do problema deve-se principalmente ao congelamento do tema no Conselho de Segurança e à falta de ação decisiva por parte das potências ocidentais. Também houve pouco interesse por parte dos gigantes da CPLP: Brasil e Portugal, no início, o governo português queria assumir sua responsabilidade, a de apoiar questões de Timor-Leste na agenda internacional.

O estudo de Cunha (2002) aponta dois motivos que nos ajudam a compreender as causas do prolongado conflito diplomático timorense na ONU. Um, é a própria omissão do governo português no assunto. O silêncio de Portugal agravou mais o tratamento do problema. Outro motivo diz respeito ao “maior peso relativo da Indonésia, um grande mercado, localizado numa região estratégica e de grande dinamismo econômico, que abrange a maior população muçulmana do mundo, membro da OPEP, fundador do Movimento dos Não-Alinhados” (CUNHA 2002, p. 151). Vários países atentos e interessados nos potenciais do mercado asiático, assumiram posicionamento mais neutros ou menos assertivos acerca da questão. Como foi o caso do Brasil, que evitava condenações mais duras à Indonésia devido aos seus interesses econômicos com a Indonésia e sua busca por acordos comerciais com a ASEAN (PEPE e MATHIAS, 2006).

No fim da década de 1990, a crise econômica do Sudeste Asiático atinge em cheio a maior economia regional, tragando a popularidade do ditador indonésio, Suharto, que, por fim, cai em 1998 (GORJÃO 2005). O presidente Habibie, novo chefe de Estado indonésio, demandando maior legitimidade interna e externa, cede às pressões internacionais e aceita o estabelecimento de um referendo conduzido pela ONU de Kofi Annan. No trabalho de Paulo Gorjão, o autor argumenta que:

Habibie viu na decisão de resolver a ilegitimidade internacional da política externa indonésia relativamente a Timor Leste uma oportunidade para alcançar prestígio internacional". Para tal, anulou "o decreto de 1976 que integrava Timor Leste na Indonésia", (GORJÃO 2005, p. 31-32).

Vale a pena abrir um parêntese para compreender a atuação ou a estratégia política de Habibie nos que diz respeito à questão de Timor-Leste: internacionalmente, o presidente busca apresentar-se internacionalmente como um líder democrático, para ser aceite nas organizações internacionais e em outros países. O mesmo autor explica que, regionalmente, o presidente indonésio procurava maior credibilidade frente aos países vizinhos e à ASEAN. Já no âmbito doméstico, Habibie queria conquistar o apoio das elites e da população em geral, de modo a tirar proveito nas eleições gerais marcadas para o ano seguinte, em 1999. Após ter tomado essas decisões, Habibie colecionou apoios tanto por parte da população indonésia, sua elite política e militar, e também entre as próprias lideranças timorenses (GORJÃO, 2005).

Habibie foi vice-presidente de Suharto e estava envolvido com os conflitos em curso no território, mas não queria ser responsabilizado por eventuais acusações. Ao aceitar o referendo em Timor-Leste, o presidente Habibie tomava uma posição importante que impactava tanto ao nível externa quanto doméstica, já que a luta de libertação do povo timorense foi gradativamente associada à luta pela democratização na Indonésia, sobretudo nos espaços universitários. Mas

como Gorjão (2005, p. 34) explica, “as estratégias internas e internacionais de Habibie fracassaram completamente e ele não chegaria a ser o primeiro presidente da Indonésia eleito democraticamente”. Apesar de não ser mais a mesma desde o tempo da invasão, parte significativa da elite indonésia não aceitava a perda de *Timor Timur*. Nem todos receberam as decisões do presidente interino com bons olhos. Seja como for, a estratégia adotada por Habibie é que se proporcionou o referendo, em 1999, e posteriormente a restauração da independência de Timor-Leste, em 2002.

## **Capítulo II**

### **3. O envolvimento de Moçambique na questão de Timor-Leste**

A luta de libertação pela independência de Timor-Leste incrementou o debate no cenário internacional nas décadas de setenta, oitenta e noventa. Discussões sérias eram feitas em fóruns internacionais, encabeçadas por Estados pró-Timor que, credenciados em diversas organizações internacionais e regionais, defendiam a autodeterminação dos povos que ainda sofriam com o imperialismo, seja ele ocidental ou mesmo regional. Neste sentido, Moçambique e a representação de outros países, protestaram contra a política de anexação de Timor-Leste pela Indonésia e manifestaram seus apoios à luta de libertação em diversas organizações e fóruns internacionais: ONU, ASEAN, MNA, CPLP, PALOP (ZECA 2015, DE LUCCA 2018). Além disso, moçambicanos reclamaram os direitos maubere não apenas por meio dos líderes políticos e das delegações diplomáticas, mas também por meio da organização social e formas inéditas de associativismo civil (CIDAC 1992, TL 1664 e TL 3055-07). Este capítulo explora o envolvimento de Moçambique na questão de Timor-Leste, destacando características gerais da política externa do novo Estado africano e chamando atenção para o esforço da diplomacia e da sociedade civil moçambicana neste envolvimento, sempre a partir dos materiais encontrados no acervo do CIDAC.

#### **3.1. Política Externa Moçambicana**

A República Popular de Moçambique desempenhou um papel importante durante a luta de libertação do povo maubere. A questão de Timor-Leste integrava a política externa moçambicana ao lado de outros tópicos de relevância para os interesses estratégicos da FRELIMO. O país recém independente voltava-se sua atenção para o fortalecimento do Estado nacional e para a garantia de sua soberania no âmbito doméstico e internacional. Neste sentido, o difícil e conflituoso ambiente regional vivido na África Austral, colocava as relações com os países vizinhos no topo da agenda da política externa moçambicana.

A construção da política externa moçambicana deve ser compreendida à luz do próprio processo de formação do Estado pós-colonial moçambicano, a história de sua política externa, no século XX, pode ser dividida em duas fases: um período revolucionário e pós-independência, sob o governo de Samora Moisés Machel; e outro período de maior abertura política, com a inserção de componentes da democracia representativa multipartidária, iniciada com o segundo presidente do país, Alberto Joaquim Chissano (SILVA 2017 e VISENTINI 2018).

Silva (2017) argumenta que esta primeira fase, durante o governo de Samora Machel, entre 1975-1986, há fortes continuidades com a "diplomacia da libertação" da FRELIMO nos

anos da luta anticolonial, de modo que a política externa moçambicana assumiu uma forte posição terceiro mundista, anti-imperialista e antirracista em seus anos iniciais. Moçambique apoiou movimentos de libertação diversos. Além disso, o país acolheu exilados políticos que fugiam de regimes repressivos e autoritários na África Austral, na América Latina e em outras regiões. Neste primeiro momento, Moçambique estabeleceu uma política externa assertiva na região, estabelecendo relações com os países amigos e colocando obstáculos para aos países vizinhos governados por minorias brancas e que eram entendidos como ameaças regionais, como a África do Sul e a Rodésia (ZECA, 2015).

Antigo Chanceler durante a presidência de Samora Machel (1975-1986), Joaquim Chissano assumiu o cargo mais alto do Estado logo após a morte do ex-presidente. O governo de Chissano (1987-2004), iniciou dando continuidade à diplomacia do antecessor, mas gradativamente foi demonstrando uma postura mais conciliadora e moderada nas relações exteriores, procurando firmar alianças estratégicas no sentido de salvaguardar o país da crise econômica e solucionar o longo conflito armado interno que assolou a nação por mais de uma década (SILVA, 2017). Conduzindo Moçambique durante o fim da Guerra Fria, o governo de Chissano teve papel importante nas negociações internacionais e regionais que levaram: ao primeiro acordo de paz com a RENAMO (1992), à maior abertura política e democrática, bem como ao "ajuste estrutural" nos gastos públicos do Estado moçambicano, tal como condicionado pelo FMI para a oferta de linhas de crédito de um país que vivia então uma profunda crise econômica e social (TERENCIANO, BRAGA e SOUZA 2016, VISENTINI 2018).

Em todo caso, depois da independência de Moçambique, "a política externa e a diplomacia do país estiveram sempre assentadas no princípio de fazer mais amigos, evitar inimigos e promover parcerias" (ZECA, 2015, p. 40). Vale lembrar que as relações exteriores de Moçambique independente foram, em seus primeiros quinze anos, delineadas no contexto da Guerra Fria. Samora aproximou-se dos países socialistas, estabelecendo boas relações com Moscou, Havana e Pequim, ainda que pertencesse oficialmente ao Movimento dos NãoAlinhados (ÁFRICA 2016 e VISENTINI, 2018).

Nos estudos de Emilio Zeca (2015, p. 41) e Silva (2017) sobre a política externa e a diplomacia moçambicana pós independência apresenta desafios da construção de um Estado novo devastado pela luta armada e conflito doméstico entre FRELIMO-RENAMO, o autor assegura que "depois do IIIº congresso da FRELIMO, a política externa de Moçambique passou a dar importância ao Movimento dos Não-Alinhados, com uma nítida inclinação para uma posição anti-imperialista e a necessidade da diminuição da dependência em relação a África do

Sul”. O país buscava reafirmar sua identidade nacional no âmbito interno e externo, defender a integridade territorial da nação, proporcionar boas vivências com os demais atores externos e apoiar movimentos de libertação a nível externo como está prescrito na Constituição da República de Moçambique.

A Guerra Fria é, portanto, um quadro analítico importante para se entender a crescente onda dos embates geopolíticos no mundo, em especial no continente asiático quanto no africano. Tal fenômeno contribuiu seriamente para a generalização dos conflitos domésticos e regionais, sobretudo na zona austral africana (SILVA, 2017). Nesta região, os movimentos contra revolucionários, também chamados de “Contra”, recebiam suporte econômico e militar do regime racista sul africano, a exemplo da guerra civil moçambicana no qual a RENAMO buscava desestabilizar o governo de Maputo (MINTER, 1998; SILVA, 2017; MASSANGAIE, 2017). O governo moçambicano era visto como ameaça aos regimes aliados às potências ocidentais, para combatê-lo era necessário apoiar os grupos internos "contrarrevolucionários". Mesmo assim, o Estado moçambicano continuou apoiando os movimentos libertacionistas regionais e extra regionais. Contudo, esta política externa francamente terceiro-mundista, antiimperialista e antirracista trouxe grandes custos ao país, dificultando suas relações com os EUA e a própria África do Sul. Nos momentos mais difíceis da "guerra de desestabilização", Moçambique passou por graves crises de abastecimento, com fome generalizada, sofrendo ataques terroristas organizados pelo serviço secreto de Pretória. De modo que, no final dos anos 1980, Moçambique tornou-se um dos países mais pobres do mundo.

Até os anos 1990 o Estado moçambicano viveu tensões políticas na região, devido aos conflitos na Rodésia, atual Zimbabué, onde se lutava contra a minoria branca do governo racista de Ian Smith, também o regime do *apartheid* na vizinha África do Sul, além da ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul e a agressão desta última à soberania angolana (MINTER, 1998, LIBERATTI, 2001 e SILVA, 2017). Estes eventos foram marcantes na formação do Estado e na condução da política externa moçambicana, concentrando seus esforços nas resoluções dos dilemas regionais. Estes desafios também adentraram no território moçambicano. E se Angola tinha de lidar com as agressões sul-africanas que atuavam conjuntamente com a UNITA para derrubar o MPLA do poder, em Moçambique, a RENAMO, apoiada logística e financeiramente por Pretória e Washington, também buscava destituir a FRELIMO do governo.

A política externa da República Popular de Moçambique esteve direcionada para o fortalecimento da paz e da democracia nos países parceiros, respeitando os princípios de não intervenção nos assuntos de outros países, continuando a contribuir com a assistência dos movimentos que lutam pela autodeterminação dos povos nos diversos lugares tais como: antiga



O mapa do Oceano Índico acima apresentado mostra que Moçambique e Timor-Leste são os únicos países lusófonos que margeiam o oceano Índico facilitando seu espaço de integração marítima e sua comunicação com os demais países.

Mas no contexto pós Revolução dos Cravos por exemplo, as relações entre estes territórios do oceano Índico não eram mais tuteladas pelo império colonial português. O Estado moçambicano teve papel notório em defesa da libertação do povo maubere, desde do início da ocupação da Indonésia, sobretudo considerando a demora do Estado português em posicionarse perante a questão Timor-Leste. Neste contexto, o protagonismo da política internacional de Moçambique e outros países de PALOP foram fundamentais por intercederem na luta de libertação do povo maubere nos fóruns internacionais e regionais (CUNHA 2001 e MAGALHÃES 2007). Para compreender a atuação da política e diplomática da nação moçambicana de maneira perfeita, seria melhor voltar para a constituição.

Considerando a grande instabilidade interna e externa moçambicana no último quartel do século XX, derivada sobretudo dos conflitos regionais, fica a questão: como é que Moçambique conseguiu efetivar seu apoio à luta de libertação de Timor-Leste, uma luta tão distante, tendo em conta a conjuntura e as turbulências políticas e econômicas do período? Quais meios usados pelo governo moçambicano para efetivar sua assistência em defesa da questão de Timor? De que forma este apoio se expressou na documentação encontrada no CIDAC? Estas questões orientam os problemas levantados no decorrer deste capítulo.

O conflito militar instaurado no território timorense, seja pela guerra civil entre UDT e FRETILIN, seja pela longa invasão indonésia, promoveu o deslocamento de muitos timorenses em fuga (CUNHA 2001, PRESTES 2012 e GOMES 2010). Aqueles que puderam saíram do país, transformando-se em imigrantes ou refugiados no exterior. Parte desta diáspora integrou na frente externa da chamada Resistência Diplomática timorense com intuito de apoiar ativamente a luta de libertação timorense por meio da representação diplomática nos fóruns internacionais, a mobilização da opinião pública global e sensibilização de outros governos e Estados para a causa maubere (DE LUCCA, 2018). Reconhecida como "Resistência Diplomática Timorense", esta frente buscava cativar apoio político da comunidade internacional, obter oportunidade de se apresentar nos meios de comunicação e nos espaços da ONU, com a finalidade de denunciar crimes de violências em curso na ilha, para então propor soluções para questão de Timor-Leste, buscando caminhos para a construção da paz e a independência do país.

Nesta busca por ajuda, apoio e solidariedade internacional, Moçambique se apresentou como mais que um aliado político, tornou-se um território-chave, espécie de "país santuário"

para timorenses nacionalistas em fuga. Moçambique acolheu a terceira maior diáspora timorense, sendo que a Austrália acolheu a maior, Portugal a segunda maior (DE LUCCA, 2018). Neste contexto, Maputo se transformou no quartel general Delegação Externa da FRETILIN para suas representações em diversos fóruns internacionais, sobretudo nos países então chamados de Terceiro Mundo.

Ao que tudo indica, a aproximação entre as lideranças políticas dos dois países começou com a iniciativa timorense. É o que revela, por exemplo, um documento encontrado no acervo do CIDAC. Logo em 1975, o primeiro partido independentista de Timor-Leste, a ASDT (Associação Social-Democrata Timorense), que logo se tornaria FRETILIN, enviou uma carta para a direção do FRELIMO (CIDAC 1974, TL 3171). Trata-se de uma carta de apresentação, na qual o movimento libertacionista timorense se apresenta como um “país irmão” na luta anticolonial e pede apoio e o reconhecimento internacional como um movimento legítimo que busca a independência tal qual Moçambique buscou a sua. Um aspecto importante deste documento é que ele evidencia como a experiência e os saberes ligados à diplomacia da libertação moçambicana constituíam um capital político valorizado e desejado pelas lideranças timorenses. Assim, a carta expressava o interesse dos timorenses na transmissão de conhecimentos sobre as estratégias de luta de libertação utilizadas pela FRELIMO. A direção da ASDT/FRETILIN anunciava o envio de timorenses à Moçambique e pedia informações e materiais sobre a experiência política e diplomática moçambicana, acenando para a importância de intercâmbios e trocas de saberes com a direção da FRELIMO, sobretudo no que diz respeito à política externa moçambicana durante os anos da luta anticolonial.

Procuramos, tendo em conta as considerações de caráter geopolítico atrás mencionadas, o vosso máximo apoio e empenho no seio das várias organizações da ONU e em todas aquelas que a vossa política tenha conseguido erigir, no sentido de que a nossa posição seja conhecida no mundo e defendida por todos os países militantes anticolonialistas a fim de evitar ingerências de qualquer país estrangeiro e permitir que nosso ideário seja cumprido na íntegra - um Timor livre, progressivo e independente. Desejamos com todo ardor conhecer a vossa experiência política e estamos tentando estadia de 2 delegados que visitarão o vosso país a fim assistir ao momento histórico da vossa independência e recolher experiência, conhecimento e reforçar laços com um povo irmãos. Pedimos desde já, na medida da vossa possibilidade, que nos enviem textos e publicações relacionadas com a vossa experiência emancipatória, nomeadamente os textos teóricos que o vosso movimento tenha produzido na análise do colonialismo, imperialismo, experiência a nível educativo, cultural, agropecuário, sanitária, etc. (ASDT, 1974, p. 2-3).

O envio de uma Delegação timorense à cerimónia de independência de Moçambique ocorreria em breve, num encontro que aproximaria as lideranças anticoloniais portuguesas situadas nas duas margens do oceano Índico. A imagem que se segue revela o encontro de Samora Machel (à esquerda) com uma delegação timorense composta por quatro membros por

ocasião da cerimónia da proclamação da independência de Moçambique. Da direita para a esquerda vemos os representantes timorenses Mari Alkatiri, Nicolau Lobato, Roque Rodrigues e Francisco Xavier do Amaral, (DE LUCCA, 2018).

**Figura 10:** Imagem da delegação timorense e moçambicana



A imagem 4. Ver a equipe de dois movimentos revolucionários: Moçambique e Timor-Leste Samora M. Machel encontra a delegação da FRETILIN em Maputo, para a cerimónia de independência de Moçambique. Da Direita para a esquerda vemos os timorenses Mari Alkatiri, Nicolau Lobato, Roque Rodrigues e Francisco Xavier do Amaral. (DE LUCCA, 2018).

### **3.3. A diplomacia moçambicana e a questão de Timor-Leste**

Além de usar seu aparato diplomático para defender seus próprios interesses nacionais e a construção da soberania do novo Estado socialista e pós-colonial africano, a diplomacia moçambicana também trabalhou em defesa da luta de libertação de Timor-Leste e de outros movimentos libertacionistas durante o período em estudo. Moçambique ingressou em diferentes organizações regionais e internacionais e, sobretudo durante o governo de Samora Machel, utilizou esta inserção internacional para se posicionar e propor mudanças na ordem política e econômica mundial. Neste ambiente, a questão de Timor tornou-se constante prioritária na diplomacia moçambicana.

Como membro do Movimento dos Não-Alinhados, Moçambique independente apresentava sua posição perante questões internacionais e buscava mobilizar o apoio dos países membros. Durante a V Conferência do Movimentos dos Países Não-Alinhados (MNA), realizada em 1976 no Sri Lanka, na primeira aparição do novo chefe de Estado moçambicano no referido movimento, Samora Machel usou o microfone para alertar aos congressistas da necessidade de se lutar contra o imperialismo e neocolonialismo vigente. Em seu discurso o presidente moçambicano apresentou um panorama dos conflitos e das guerras em curso, demonstrando solidariedade aos povos em luta e afirmando que o Estado moçambicano condena a barbárie (MACHEL 1976)<sup>16</sup>.

Tematizando as lutas em várias regiões do Terceiro Mundo, Samora Machel pronunciou-se explicitamente contra a política de anexação do território timorense à Indonésia e contra os ataques desumanos ocorridos na ilha. O presidente fez lembrar que a guerra para libertação não havia acabado porque ainda perpetuavam em alguns países a luta pela liberdade, os países que ainda estavam sob governos autoritários, racistas e imperialistas. A intervenção moçambicana constrangia a delegação indonésia, país que gozava de influência histórica no MNA, devido ao seu protagonismo na Conferência de Bandung. Este constrangimento se repetiu em outras Conferências e gradativamente foi lapidando a influência e autoridade moral indonésia entre os membros do MNA.

Os documentos encontrados no CIDAC revelam algumas faces desta diplomacia ativa e solidária em relação à Timor-Leste. Os documentos encontrados abordam desde temas ligados às burocracias das Nações Unidas e outros fóruns internacionais, até manifestações de alento e apoio emocional aos timorenses. Este último aspecto revela-se, por exemplo, numa troca de cartas entre FRETILIN e FRELIMO, em 1979, evidenciando os sentidos da solidariedade internacional num contexto de perda, dor e luto (CIDAC 1979, TL 3241). Por ocasião do assassinato de Nicolau Lobato, então presidente na República Democrática de Timor-Leste, abatido num ataque indonésio à base da resistência timorense no interior montanhoso da ilha, a direção de FRELIMO dirige uma mensagem de condolência ao Comité Central da FRETILIN e ao povo timorense. A carta enviada pelo comité central da FRELIMO à FRETILIN, em 1979, trata de uma mensagem de pêsames, escrita pelo presidente Samora M. Machel, no qual

---

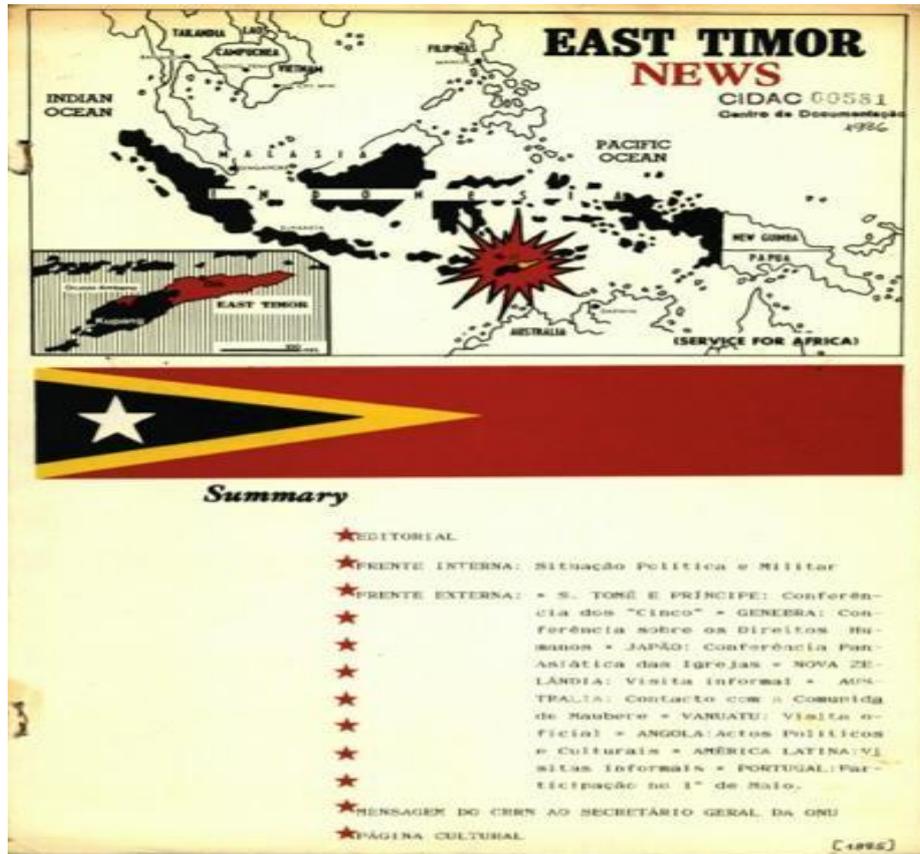
<sup>16</sup> Posição de Moçambique nas organizações internacionais em defesa dos movimentos revolucionários a nível global e a questão de Timor-Leste era prioritária. Disponível em: [http://www.mozambiquehistory.net/people/samora\\_speeches/1976/19760829\\_smm\\_speech\\_nam.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/people/samora_speeches/1976/19760829_smm_speech_nam.pdf). Acesso em: 09/02/2021.

expressa o sentimento da perda do herói da revolução maubere. Na mesma mensagem o presidente lamenta a morte em nome do país irmão no qual dizia:

O inimigo alvejou o presidente Nicolau Lobato julgando que, com a sua morte, a luta do povo maubere terminara. Mas no dia a dia de cada dirigente, de cada quadro, de cada combatente, e de cada elemento do povo maubere, ficará sempre gravada a figura jamais esquecida daquele que soube regar com o seu próprio sangue as sementes da sua vida. Eles, desafiando as pragas inimigas, saberão reproduzir-se para reforçar cada vez mais os alicerces inabaláveis da revolução maubere. Tal como os povos de Moçambique, da Guiné-Bissau e da República Árabe Saharian Democrática souberam vingar a morte dos seu mais destacados dirigentes, traiçoeiramente engendrada pelo inimigo Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral e El Gauli, respectivamente, também o povo maubere saberá castigar de uma forma implacável o inimigo pelo crime tenebroso que praticou, como forma de honrar a memória do seu mais eminente dirigente continuando assim a obra imperecível realizada pelo presidente Nicolau Lobato (CIDAC 1979, TL 3241, s. p.).

Moçambique também apoiava a diplomacia da libertação de Timor-Leste por outros meios, ajudando financeiramente na produção de materiais impressos, de denúncia e divulgação internacional a respeito da situação de Timor-Leste. Isso fica claro na *East Timor News*, *newsletter* cuja publicação era apoiada por Maputo e que apresentava análises de conjuntura e as últimas notícias relativas à luta de libertação de Timor-Leste.

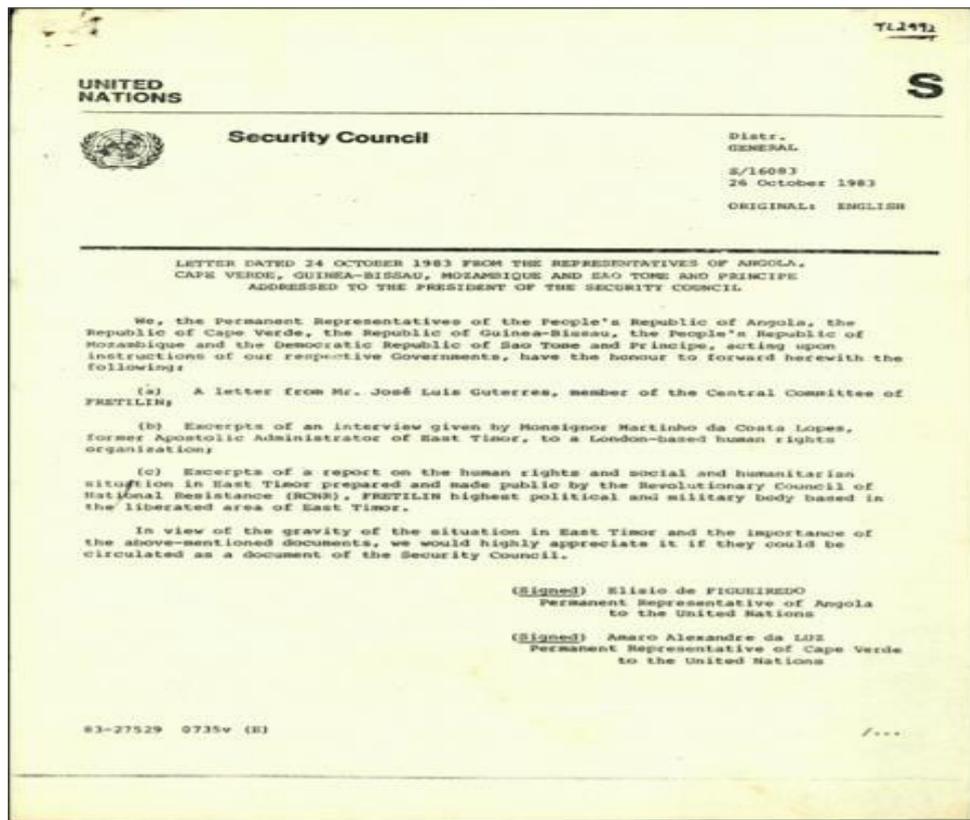
**Figura 11:** ajudando financeiramente na produção de materiais impressos, de denúncia e divulgação internacional a respeito da situação de Timor-Leste.



Fonte: ParT07-X, CDPM EAST TIMOR NEWS (MOÇAMBIQUE) East Timor News (Moçambique): Delegação Permanente da Fretilin em Maputo. Moçambique: Delegação Permanente da Fretilin em Maputo, 1985. Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerT07-X.pdf>. 1985, sem n.º PERIÓDICOS-timorenses--Moçambique—1985.

Nos âmbitos da ONU, MNA, PALOP e posteriormente CPLP, Moçambique sempre se posicionou perante a questão de Timor-Leste, advogando pelos direitos do povo maubere e denunciando a ocupação ilegal da Indonésia naquele território. Logo após a invasão, Moçambique fez várias denúncias tanto no Conselho de Segurança quanto no âmbito da assembleia geral da ONU. Com frequência, a delegação timorense na ONU - liderada por José Ramos-Horta - foi acolhida no gabinete da chancelaria de Moçambique, para acompanhar o desencadeamento das denúncias e dos debates na Organização (MAGALHÃES, 2007).

Um documento encontrado no acervo "Timor online" do CIDAC, destaca uma carta oficial, enviada em 1983, pelos chefes de Estados dos PALOP, ao Conselho de Segurança da ONU. A carta encaminha denúncias sobre violências contra o povo timorense e pede formalmente uma intervenção imediata do Conselho de Segurança na resolução do problema.

**Figura 12:** Imagem da carta de denúncia enviada para o Conselho de Segurança da ONU

**Fonte:** TL 2992, CDPM. ANGOLA, MISSÃO PERMANENTE JUNTO DAS NU ; CABO VERDE, GUINÉBISSAU, MOÇAMBIQUE, S.TOMÉ E PRÍNCIPE. *Letter dated 24 October 1983 from the representatives of Angola, Cape Verde ... addressed to the President of the Security Council: S/16083 / Elisio de Figueiredo [et al.] - [s.l.] : United Nations, 1983.-19p; A4. Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2992.pdf>. Documentos: (a) letter from Mr. José Luis Guterres; (b) Interview Mons. Martinho da Costa Lopes; (c) excerpts of a report ...by CNRM. PLATAFORMAS INTERNACIONAIS-PALOPs ou CPLP / ONU-Conselho de Segurança.*

A década de 1990 é um momento importante de transformações na geopolítica global. Na primeira metade desta década, negociações internacionais foram intensificadas com vistas à criação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), que por fim seria estabelecida em 1996. O Estado moçambicano aproveitou o ambiente destas negociações para incentivar o apoio dos países membros nos fóruns internacionais, sobretudo na ONU, nas votações da Assembleia Geral sobre as resoluções a respeito da questão de Timor, ou mesmo pressionando o Conselho da Segurança para uma rápida solução.

Em 1991, uma carta-manifesto contra a ocupação militar indonésia em Timor-Leste, foi assinada por Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal e enviada para o Conselho de Segurança protestando contra a barbárie ocorrida no território timorense. A carta de repúdio,

protagonizada por Moçambique e encaminhada ao senhor Secretário Geral da ONU Javier Perez de Cuellar, relatava o seguinte:

Com profunda consternação recebemos a notícia dos reiterados massacres executados em Timor-Leste pelas forças indonésias de ocupação contra populações indefesas. Os moçambicanos vivem diariamente o luto causado pela barbaridade de uma guerra que ceifa já milhares de vidas. Também no nosso país a violência se abate indiscriminadamente contra civis inocentes sem outro objetivo senão o de semear o terror e assassinar a esperança por um futuro melhor. A brutalidade e o massacre tendem, nos nossos países, a tornar-se factos comuns com o objetivo de impor o caos e generalizar o genocídio como arma de dominação. Cientes da importância da solidariedade que sempre foi bandeira de luta dos nossos povos, apelamos a uma intervenção de V. Exa. para a convocação imediata do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Estamos certos que, a exemplo do que tem sido prática constante de V. Exa., todos os esforços serão empenhados para a aplicação das resoluções do Conselho das Seguranças e da Assembleia Geral sobre Timor-Leste garantindo-se ao povo maubere, sem mais delonga ou evasivas, o usufruto do direito inalienável da soberania e liberdade (CIDAC 1991, TL 2465-2 p. 11).

No ano de 1992, Maputo e Jacarta firmaram acordo de cooperação, formalizando as relações diplomáticas entre Moçambique e Indonésia. Este acordo foi criticado pela sociedade civil moçambicana. O argumento apresentado pela FRELIMO era de que o governo sempre procurou estabelecer as relações políticas e diplomáticas com todos os Estados, mesmo aqueles cujo ideologias são contrários aos que defendem a FRELIMO (CUNHA, 2001).

De fato, a situação no início dos anos 1990 era diferente daquela dos anos 1970. O desmoronamento da Guerra Fria e o descongelamento da rígida geopolítica de então abriu espaço para novas manobras e operações diplomáticas no cenário internacional. Este foi um importante momento de abertura política, econômica e diplomática em várias partes do mundo, também na África e na Ásia. O governo moçambicano era consciente da posição de liderança regional indonésia, bem como sua crescente projeção geopolítica e o peso de sua economia nacional no contexto do Sudeste Asiático. Também, a FRELIMO estava preocupada em bloquear quaisquer possíveis interferências externas em favor da RENAMO durante o processo da abertura ao multipartidarismo no país. O Acordo Geral de Paz com a RENAMO seria estabelecido naquele mesmo ano e o governo de Joaquim Chissano não queria nenhuma influência indesejada nos debates nacionais, sobretudo nos resultados do pleito que estava programado (CIDAC 1992, TL: 1664). De modo a frear possíveis interferências externas, por meio de eventuais aproximações entre a Indonésia de Suharto e as lideranças da RENAMO, a FRELIMO decidiu estabelecer com Jacarta, reconhecendo o "princípio de não interferência". Tal princípios seriam válidos tanto para as questões domésticas moçambicanas quanto para as indonésias, incluindo nesta última o problema da soberania de Timor-Leste.

Entre os fatores que condicionaram este deslocamento da política externa moçambicana, Cunha (2001) destacou o longo período de conflito armado entre FRELIMO e RENAMO, e a mudança na presidência do país, implicando na renovação das relações exteriores e sua abertura à aproximação com Estados que tradicionalmente distantes de Moçambique.

### **3.4. Timor-Leste nas manifestações da sociedade civil moçambicana**

A formação da sociedade civil moçambicana se deu no período colonial, sobretudo em resposta à dominação do Estado português (MONJANE, 2016). Contudo, os ideais nacionalistas criados neste período foram impactados após a independência, com a construção de um regime do partido único, sob uma justificativa do necessário fortalecimento do novo Estado africano. O novo regime pós-colonial acabou enfraquecendo muitos os movimentos sociais locais e autônomos, uma vez que agora eram todos representados por um único partido no poder. Este enfraquecimento das organizações da sociedade civil moçambicanas é um tema complexo e delicado, e não se pode generalizar conclusões. Importa destacar, por exemplo, que durante os primeiros anos da independência de Moçambique, outros movimentos da sociedade civil mantiveram-se ativos e não se vincularam ao ideal da FRELIMO, como o Conselho Cristão de Moçambique CCM, a Caritas de Moçambique ou mesmo a União Nacional de Camponeses UNC (MONJANE, 2016).

O mesmo autor explica que na década de 1990, durante o governo de Joaquim Chissano, a maior abertura democrática possibilitou mudanças drásticas sobre os direitos da cidadania, impactando sobretudo no campo dos direitos civis e políticos. Tais mudanças impulsionaram os movimentos sociais para a garantia e a conquista das novas liberdades adquiridas. Este processo suscitou a criação de várias Organizações Não-Governamentais no país. As mesmas tentaram preencher as lacunas deixadas pelo antigo regime através das suas ações.

Destacamos aqui manifestações de duas organizações da sociedade civil moçambicana que posicionaram em relação à Timor-Leste na última década do século XX: a Associação Cultural da Casa Velha ACCV e o Conselho Islâmico Moçambicano CIM (MONJANE 2016). Em momentos específicos estas organizações uniram suas vozes com outras associações civis do mundo, tal como ocorria na Austrália, Brasil, Indonésia e Portugal, exercendo papel importante na pressão interna ao governo de seu Estado, devido às relações deste com a Indonésia (CIDAC 2004).

Quanto à atuação da ACCV, foi de intensificar sua participação internamente, fazer pressões ao Estado moçambicano no sentido de não abandonar o povo de Timor e de informar, pela opinião pública e internacional, para se juntar na luta pela independência da ilha de Timor.

Sendo assim, a partir de 1995 a ACCV moçambicana conseguiu mobilizar apoio interno e externo para colocar pressões ao governo moçambicano que vinha desfrutando do seu apoio na luta de libertação de Timor (MONJANE 2016).

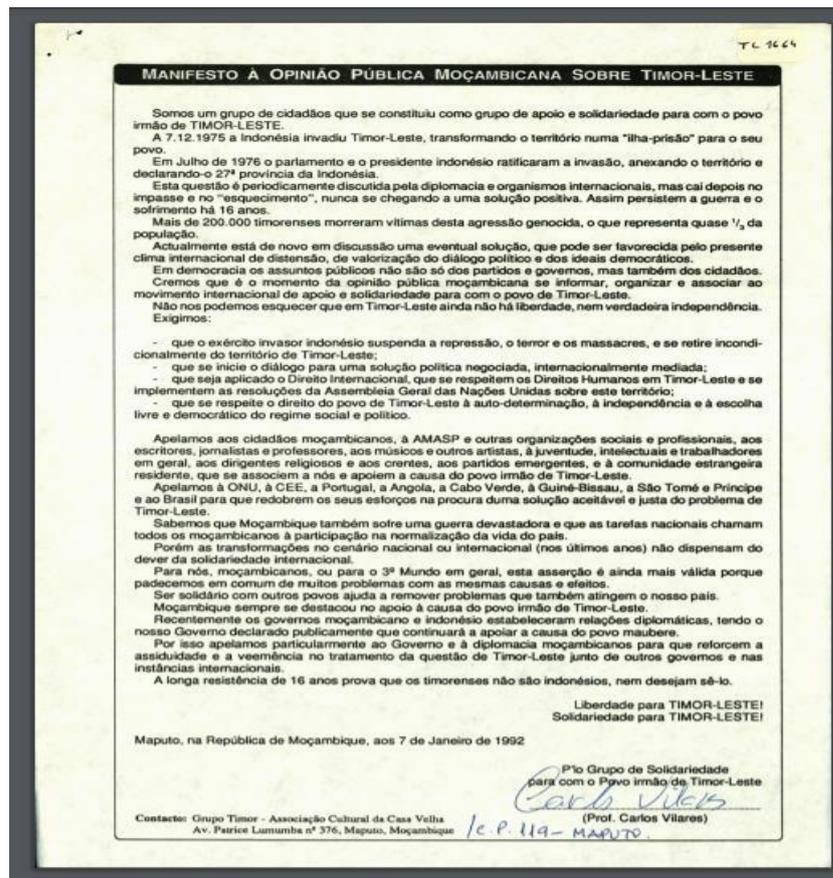
Por ocasião da participação de alguns de seus membros nas "VI Jornadas de Timor", promovida pela Universidade de Porto, a Associação Cultural Casa Velha (ACCV) publica um "Manifesto à Opinião Pública Moçambicana sobre Timor-Leste". Constituída majoritariamente por estudantes moçambicanos, o manifesto convergia com o posicionamento de outras organizações da sociedade civil que participavam das "Jornadas de Timor", organizadas na exmetrópole pelo professor Barbedo Magalhães, intelectual português fortemente engajado na luta pelo direito do povo maubere. Entre outras coisas o manifesto destaca:

Somos um grupo de cidadãos que se constituiu como grupo de apoio e solidariedade para com o povo irmão de Timor-Leste (...)

Atualmente está de novo em discussão uma eventual solução, que pode ser favorecida pelo presente clima internacional de distensão, de valorização do diálogo político e dos ideais democráticos. Em democracia os assuntos públicos não são só dos partidos e governos, mas também dos cidadãos. Cremos que é o momento da opinião pública se informar, organizar e associar ao movimento internacional de apoio e solidariedade para com o povo de Timor-Leste. (...)

Sabemos que Moçambique também sofre uma guerra devastadora e que as tarefas nacionais chamam todos os moçambicanos à participação na normalização da vida do país. Porém as transformações no cenário nacional ou internacional (nos últimos anos) não dispensam do dever da solidariedade internacional. Para nós, moçambicanos, ou para o Terceiro Mundo em geral, esta asserção é ainda mais válida pois padecemos em comum de muitos problemas com as mesmas causas e efeitos. Ser solidário com outros povos também ajuda a remover problemas que atingem nosso país. Moçambique sempre se destacou no apoio à causa do povo irmão de Timor-Leste. Recentemente os governos moçambicanos e indonésio, estabeleceram relações diplomáticas, tendo o nosso governo declarado publicamente que continuará a apoiar a causa do povo maubere. Por isso apelamos particularmente ao governo e à diplomacia moçambicanos para que reforcem a assiduidade e a veemência no tratamento da questão de Timor-Leste junto de outros governos e nas instâncias internacionais. A longa resistência de 16 anos prova que os timorenses não são indonésios, nem desejam sê-lo" (CIDAC 1992, TL 1664, p. 01).

Figura 13: Imagem da carta grupo de solidariedade internacional para questão de TimorLeste em Moçambique.



Fonte: disponível em: <https://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1664.pdf>. Acesso em: 18/06/2020.

O manifesto expressava uma consciência das transformações estruturais do sistema internacional no período, reconhecia as próprias limitações e dificuldades vividas em Moçambique e valorizava a democracia e a importância de uma opinião pública informada e combativa. Neste sentido, o autointitulado "Grupo Timor", da Associação Cultural Casa Velha, chamava a atenção para o perigo da aproximação diplomática entre Jacarta e Maputo. Se de um lado, o acordo de cooperação bilateral estabelecido entre estes países visava enquadrá-los sob os princípios do Movimento Não-Alinhado, destacando aí o princípio de não interferência nos assuntos internos de outros países; por outro lado, o acordo foi uma estratégia indonésia para conter as constantes reclamações e reivindicações da delegação moçambicana em fóruns internacionais, em especial na ONU.

O grupo apontou que aproximação de Jakarta-Maputo foi construída por dois momentos: em 1991-92 após o governo moçambicano ter afirmado acordo diplomática entre Moçambique-Indonésia o país tentou equilibrar o seu posicionamento internacionalmente nos dois lados, o que quer dizer que, havia fraca participação da República Popular de Moçambique em apoio à resolução do problema de Timor Leste; de 1993-94 (CUNHA 2001). O país limitava a sua

presença nas votações de resoluções em favor da independência de Timor e não levava embate direto contra Jakarta em função do acordo diplomático firmado nos anos anteriores. Depois de 1992 o governo moçambicano tornou-se de fato marionete da Indonésia, as decisões tomadas politicamente nos cenários internacionais favoreciam o governo de Jakarta (CIDAC 1995, TL 5698).

Já outro documento encontrado no CIDAC destaca a organização de uma "Conferência Internacional Islâmica sobre o problema de Timor", ocorrida em 1996 em Moçambique. Nesta conferência, o presidente do Conselho Islâmico Moçambicano, Hassan Ismail Makda, mostrou claramente a insatisfação da comunidade islâmica moçambicana em relação à ocupação Indonésia, país com o maior número de muçulmanos no mundo. Em seu discurso enfatizou que nenhuma religião do mundo compactuaria com a violência em curso em Timor-Leste, e com o islamismo não seria diferente.

O Islam é a religião que luta pela justiça, pois acredita segundo o Quram que Allah é o maior justiceiro e ele jamais permitirá a injustiça entre as suas criaturas... O Islam não permite a violação de direitos humanos, nem dos animais, pois aquilo que acontece em algumas partes, onde massacram animais para divertirem-se, o Islam condena, pois eles também são como nós. Infelizmente, há pessoas e organizações que falam dos direitos humanos, mas entre eles muitos são hipócritas, pois para eles alguns são humanos e outros não. Quando os direitos de alguns são violados eles fazem barulho, mas quando o direito dos outros são violados simplesmente ignoram, aí dão preferência aos seus interesses. Há países em que os regimes oprimem os próprios muçulmanos, tiram a liberdade, violam os seus direitos, e, contudo, são abençoados pelo ocidente. Por isso devemos ser sinceros, manifestarmos a nossa solidariedade para com o povo de Timor Leste e não só, não devemos esquecer todos aqueles povos oprimidos e que estão a lutar pelos seus direitos pela sua autodeterminação, liberdade e justiça como exemplo é o caso da Chechênia, Bósnia, Cashmere, etc. (Aminuddin, 1996, p. 1, 2 e 3)

Com isso, o Conselho Islâmico Moçambicano afirmou sua solidariedade para com o povo maubere e outros povos que lutassem em busca da sua autodeterminação. Argumentou ainda que todos os crentes muçulmanos devem respeitar as leis religiosas, combatendo a violência e a injustiça.

### **Capítulo III**

#### **4. O envolvimento de Guiné-Bissau na questão de Timor-Leste**

Este capítulo trata do envolvimento de Guiné-Bissau na questão de Timor-Leste. Assim, buscamos explorar como se deu esse envolvimento e como este apoio se expressou na documentação analisada. O capítulo inicia contextualizando a política externa de Guiné-Bissau no período pós-independência, em seguida aborda a aproximação diplomática entre as lideranças políticas dos dois países e então destaca as formas do apoio guineense na luta de libertação de Timor-Leste.

##### **4.1. Política Externa Guineense**

Uma primeira etapa da política externa de Guiné-Bissau pode ser demarcada entre os anos de 1973 a 1980, com o primeiro governo oficial de Luís Cabral, cujo o mandato foi caracterizado por indicadores importantes na política externa guineense e com o crescente prestígio internacional herdado devido à liderança de Amílcar Cabral, seu irmão (VISENTINI, 2018). Na opinião semelhante de Carvalho (2016) também argumenta que o apogeu da política externa Bissau-guineense se deu no período logo após a proclamação da independência. Neste primeiro período, Guiné-Bissau conquistou um lugar notável nos fóruns internacionais, símbolo da sua visão política contra o autoritarismo, o racismo, o colonialismo e na defesa intransigente da autodeterminação dos povos.

Tal como vimos em Moçambique, a nova política externa do Estado pós-colonial guineense também estabelecia continuidades com a diplomacia da libertação desenvolvida no período anterior de luta pela libertação. Ela “objetivava um estabelecimento das relações de amizade, a cooperação para nova agenda na reconstrução do país e também continuar na mobilização de luta anticolonialista,” (VISENTINI, 2018; p.162). O país recém independente, com suas necessidades de formação de um novo Estado, também precisava criar infraestruturas nacionais adequadas e que eram, até então, quase inexistentes. Daí a prioridade aos temas da cooperação técnica internacional. Assim, estabeleceu-se um programa para a reconstrução nacional e o desenvolvimento, de inspiração socialista, que contou com o apoio da URSS, da China e também dos países nórdicos (ÁFRICA 2016 e VISENTINI 2018). No que se refere à assistência aos movimentos de libertação estrangeiros, o país sentiu-se responsável moralmente pela sua experiência traumática na luta de libertação e buscava converter esta experiência para apoiar movimentos insurgentes que lutavam contra regimes autoritários, racistas e imperialistas.

Muitos dos princípios defendidos na política externa guineense também eram compartilhados por Moçambique, entre eles o de firmar acordos diplomáticos sempre embasado

no respeito ao direito internacional, também a proximidade com o Movimento dos Não Alinhados (MNA), bem como o apoio aos movimentos de libertação. Ainda que Guiné-Bissau não vivesse os conflitos regionais que avizinhavam Moçambique, a proximidade entre as diretrizes da política externa dos dois países não era por acaso. A formação de boa parte de seus quadros diplomáticos se fez no contexto da luta de libertação e após a independência não só estes princípios permaneceram ativos nas chancelarias de Maputo e Bissau, mas também seus quadros (CUNHA 2001 e MAGALHÃES 2007). Além disso, estes dois países continuariam coordenando suas ações no âmbito internacional por meio dos PALOP, uma associação que substituiria o antigo CONCP no contexto pós-independência.

Esta primeira e, é marcante etapa da política externa guineense, foi caracterizada pelo apoio à vários movimentos libertacionistas internacionais, como A FRETILIN em Timor-Leste, a Frente Polisário no Saara Ocidental, a Organização para Libertação de Palestina (OLP) frente à ocupação sionista, e também o Congresso Nacional Africano (ANC) no contexto do apartheid sul-africano. Sendo assim, o Estado guineense apoiou estes movimentos e cobrou medidas urgentes no Conselho da Segurança da ONU, buscando solucionar situações vigentes de regimes opressores que configuraram nestes países acima citados, incluindo a questão de Timor-Leste (VISENTINI, 2018; p.162; MAGALHÃES, 2007).

No princípio da década de 1980, o governo de Luís Cabral é derrubado por um golpe de Estado conduzido por Nino Vieira que assume o poder presidencial e reduz a atividade e a intensidade dos trabalhos na chancelaria em Bissau (CARVALHO 2016). Em todo caso, muitos dos princípios estabelecidos no período anterior, inclusive aquele voltado à solidariedade aos movimentos libertacionistas de então, permaneceram vivos na política externa guineense, contudo com baixa intensidade. Esta segunda fase da política externa, que possui menos prestígio e reconhecimento internacional mas mantém continuidades importantes em relação ao período anterior, entre 1980 a 1996 sob administração de João Bernardo Vieira (Nino) à política externa guineense conquistou novo cara no cenário internacional embora esteja tímida, vários vitórias foram obtidas neste período destacam-se a integração regional e internacionais, no entanto os apoios prestados aos movimentos revolucionários derreteram (VISENTINI 2018).

A inserção regional acima mencionado destaca-se à integração à UEMOA, CEDEAO, entre outras organizações regionais; enquanto a nível internacional o governo da Guiné-Bissau foi aceite sua adesão ao FMI e ao mesmo tempo o país foi admitido na ONU como membro não permanente entre 1994-1996 (VISENTINI 2018). Entra-se então, numa terceira fase da política externa guineense, menos coordenada e assertiva, marcada por crises políticas internas e mais vulnerável aos interesses estrangeiros. A partir desse momento a tensão aumentou entre partidos

políticos, no período pós-guerra civil o país passou a ser governado pelos militares levou o Estado guineense a uma profunda crise política, diplomática e socioeconômica, o país. A diplomacia e a política externa guineense pós-democrática começou a viver tensões internas, devido às instabilidades na política doméstica o país mergulhou na guerra civil conhecida internacionalmente como 7 de junho de 1998 e a tentativa de tirar Nino Vieira da presidência (CARVALHO 2016 e GONZALES 2018). Desta feita, acontece que à PE e diplomacia guineense perdeu credibilidade regional e internacional, isolado a nível mundial, já não tem direito de votar e ser votado.

No que se refere à FRETILIN, mesmo a debilidade ou decadência político e ideólogo da nação guineense o PAIGC permanece concedendo seu apoio político, ideológico e diplomático, reclamando sobre a questão de Timor-Leste na ONU denunciando a invasão militar indonésia e as violações dos direitos do povo maubere (MAGALHÃES, 2007; p.5023). No entanto, após de 1996 com a emergência de crise político o apoio político e ideológico prestado para os movimentos revolucionários a nível global derreteu, o país desaparece no cenário político internacional após a guerra civil de 1998 (GONZÁLE 2018).

#### **4.2. Aproximações entre Guiné-Bissau e Timor-Leste**

De forma similar àquela vista no capítulo anterior, as aproximações entre os líderes da ASDT/FRETILIN e do PAIGC ocorreram através de trocas de correspondências. Uma carta datada do dia 6 de agosto de 1974, e encontrada no acervo "Timor online" do CIDAC (TEL 3173), apresenta a então ASDT como o único movimento de libertação de Timor-Leste. É uma carta de apresentação na qual os timorenses pediam ao PAIGC o compartilhamento e a transmissão do conhecimento relativo às questões políticas e diplomáticas que poderiam contribuir para a conquista da independência do país no Sudeste Asiático (CIDAC 1974, TL 3173).

Na carta, a ASDT expressa as principais dificuldades vividas pelo movimento de então, a começar por sua fragilidade tanto interna quanto externa. Neste último aspecto destaca a delicada posição geográfica de Timor, entre dois grandes países aliados do imperialismo norteamericano. A carta reconhece deficiências do próprio movimento libertacionista timorense, destacando a falta do conhecimento sólido em matéria de revolução, atuação diplomática, entre outros saberes que consideravam importantes. Esta seria a razão pela qual a ASDT, na pessoa do Francisco Xavier do Amaral, representante máximo da associação (e que meses depois transformaria-se no primeiro presidente da República Democrática de Timor-Leste), formaliza o pedido de apoio ao PAIGC e ao povo de Guiné-Bissau e Cabo-verde. Assim,

a carta de apresentação busca aproximar as lideranças políticas de ambos países, valorizando temas de interesse compartilhado, e destacando três pontos principais de grande utilidade para timorenses: apoio diplomático no âmbito internacional, troca de experiências políticas e formação educacional, intelectual e política no campo da luta contra o imperialismo:

- 1º “Procuramos, tendo em conta as considerações de carácter geopolítica mencionadas, o vosso máximo empenho no seio das várias organizações da ONU e em todas aquelas que a vossas atividades políticas tenha conseguido erigir no sentido a nossa posição seja conhecido no mundo e defender por todos os países militantemente anti colonialista a fim de evitar ingerência de qualquer país estrangeiro e permitir que o nosso ideário seja cumprido na íntegra - UM TIMOR LIVRE”;
- 2º Desejamos com todo o ardor conhecer a vossa experiência política e estamos tentando a estadia de dois (2) delegados que visitarão o vosso país a fim de assistir ao momento histórico da vossa independência e recolher experiências, conhecimentos e reforçar laços com um povo irmão;
- 3º Pedimos desde já, na medida das vossas possibilidades, nos enviem textos e publicações diversas relacionados com a vossa experiência emancipalista, nomeadamente os textos teóricos que o vosso movimento tenha produzido na análise do colonialismo e imperialismo, experiências a nível educativo, cultural e agropecuário, sanitário, etc... (CIDAC 1974, TEL 3173, p. 02)

Esta mensagem parece ter sido o início da aproximação e dos desenvolvimentos políticos entre o PAIGC e FRETILIN. Esta ascendência guineense fica explícita, por exemplo, em carta enviada por Abílio Araújo, à época integrante do Comitê Central da FRETILIN. Enviada por ocasião do III Congresso do PAIGC em Bissau, Abílio Araújo ressalta a importância e o papel da revolução guineense que teria servido como modelo inspirador não só para países africanos, mas também para Timor-Leste. Ainda na mesma carta, Abílio pedia ajuda da direção do PAIGC para derrotar os aviões inimigos, um problema vivido dramaticamente em Timor-Leste, mas que foi enfrentado durante a luta de libertação de Guiné-Bissau graças à cooperação militar com Moscou, que havia enviado artilharia antiaérea. Nos 24 anos de ocupação indonésia, nunca a resistência armada timorense teve acesso a esta tecnologia bélica, de modo que os bombardeios indonésios, com tecnologia norte-americana, causaram grande destruição em todo território.

Mesmo sem poder contribuir com grande ajuda financeira e militar, Guiné-Bissau era um aliado importante que os timorenses não queriam perder. Isso fica evidente, por exemplo, ao ler as frequentes cartas de felicitação, enviadas pela FRETILIN, por ocasião dos periódicos Congressos do PAIGC. Mais que o conteúdo das cartas, que apresentavam pouca variação, importa destacar sua recorrência, demonstrando como a diplomacia da libertação timorense estava permanentemente atenta e trabalhava pela manutenção dos laços entre os dois partidos.

### **4.3. A diplomacia guineense e a questão de Timor-Leste**

De fato, o governo guineense atuou ativamente, oferecendo suporte político, diplomático e ideológico em defesa da questão de Timor-Leste, se manifestando sobre o tema na ONU e também nos PALOP. (MAGALHÃES, 2007). Esta última designação abrange os cinco países africanos que conquistaram a autodeterminação na luta contra o colonialismo português. Desde suas independências, os cinco países africanos apresentaram alinhamento político com a ex-colônia portuguesa do Sudeste Asiático, destacando uma aproximação não estabelecida somente pela língua, mas também por uma história colonial e de luta anticolonial compartilhada, além do próprio alinhamento ideológico associado ao pensamento revolucionário, socialista e terceiro mundista, que foi forte entre as décadas de 1970 e 1980 (CUNHA 2001).

Nas conferências de chefes de Estados do PALOP e nos outros fóruns internacionais, Guiné-Bissau denunciava a situação vivida em Timor-Leste e solicitava o apoio dos chefes de Estados e dos governos presentes. Também, Guiné-Bissau começou a exigir do governo português o exercício do seu papel e sua responsabilidade histórica na busca da resolução do conflito vivido no território timorense, sua ex-colônia. Por outro lado, pedia solidariedade junto a atores regionais e internacionais, não só para o problema de Timor, mas também para outros conflitos internacionais (CIADC 1983, TL 3300).

Guiné-Bissau desenvolveu uma série de ações que visavam mobilizar apoio em defesa do povo timorense. Destaca-se o fato de que o país criou uma comissão de acolhimento da delegação timorense dentro da ONU. Como a proclamação de independência de Timor-Leste, efetuada em 1975, não havia sido reconhecida pela comunidade internacional e não poderia se auto representar na Organização, a chancelaria guineense acolheu a delegação timorense no trato com as burocracias internacionais, cedendo o espaço no seu gabinete aos enviados especiais de FRETILIN, mesmo possuindo poucos recursos econômicos e considerando o alto custo destes serviços.

Em verdade, por ocasião da Conferência de chefes de Estados e governos dos PALOP, realizada em dezembro de 1983 em Bissau, a delegação da FRETILIN outorgou poderes de representação aos países africanos de expressão portuguesa, no que se refere à defesa dos direitos do povo maubere. Os mesmos poderiam solicitar reuniões oficiais com autoridades, organizações regionais e internacionais em qualquer cidade e país, onde se encontrariam um ou dois embaixadores destes cinco Estados para tratarem do problema de Timor-Leste (CIDAC, 1983, TL 3300).

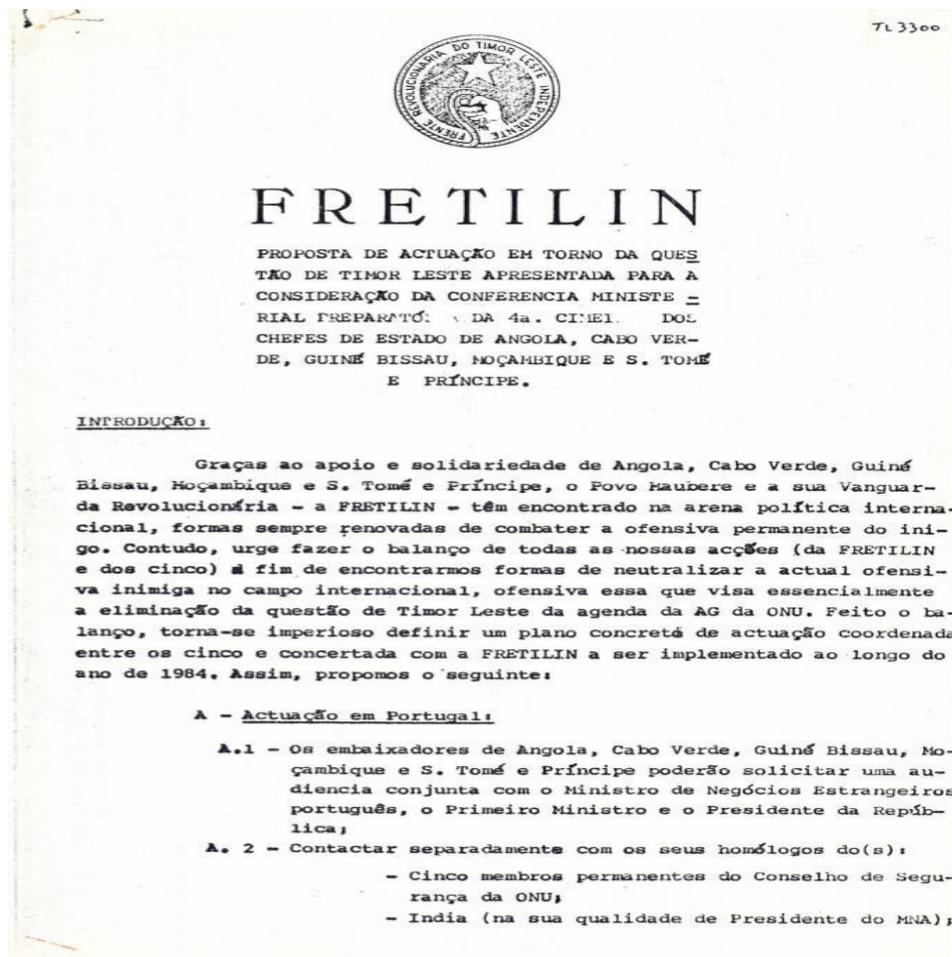
É interessante notar que esta mesma mensagem da FRETILIN à Conferência apresentava uma visão geopolítica sofisticada, a respeito do tipo de atuação que seus aliados poderiam se engajar nas relações internacionais e organizações regionais em África. Por exemplo, no caso específico dos países de SADCC:

Cabe a Angola e Moçambique a actuação junto dos países que compõem esta organização. O objetivo fundamental aqui é o de encontrar junto dos membros deste grupo, países que se disponham a apresentar o problema de Timor-Leste nas reuniões da comunidade britânica (Commonwealth) como forma de se começar a incomodar alguns dos seus membros, nomeadamente Austrália e Nova Zelândia.

Os países de Sahel neste grupo específico e, visando os francófonos em geral, Caboverde e Guiné-Bissau poderão desempenhar um papel diversos importantes, em conjugação e concertação de esforços com São Tomé e Príncipe e Angola (CIDAC 1983, TL3300, p. 03).

Atribuições destes poderes também permitiam que houvesse espaço para cobranças ao governo português tendo em vista “suas responsabilidades históricas, políticas e jurídicas relativamente à questão de Timor-Leste” (CIDAC 1983, TL 3300, p. 3 - 4).

**Figura 14:** Imagem da carta que a FRETILIN apresentou para Angola, Moçambique e outros Estados africanos de expressão portuguesa que outorga legitimidade de atuar nas organizações regionais em defesa da questão do povo maubere, confira.



Foram encontrados vários documentos referentes à atuação guineense por meio dos PALOP, sobretudo datando do início da década de 1980. A leitura dos documentos mostrou que o grupo dos PALOP funcionava não só como uma instância formal para se acessar a ONU, mas também como um espaço de apoio político e até mesmo incentivo moral por parte dos líderes africanos que manifestavam sua solidariedade e demonstravam compreensão em relação às dificuldades e perdas vividas pelos timorenses.

Talvez seja no âmbito dos PALOP onde o papel diplomático guineense seja mais evidente em relação à questão de Timor-Leste. Na ocasião da cimeira dos Estados e governos dos PALOP ocorrida em Bissau, o PAIGC acolheu timorenses e suas reivindicações, desenvolvendo estratégias de atuação na ONU e também perante Portugal. Na Cimeira de 1983, José Luís Guterres, membro do Comité Central da FRETILIN e representante deste junto aos PALOP, pede para o grupo enviar uma carta para ao presidente do Conselho de Segurança da ONU em nome do próprio José Alexandre (Xanana) Gusmão, que à época estava tornando-se uma importante liderança da resistência armada nas montanhas de Timor-Leste. A carta era uma denúncia. Informava sobre a quebra do cessar-fogo por parte dos indonésios e o retorno de tropas militares ao território timorense, explicando que o exército invasor já havia intensificado ataques no interior do país, aumentando gravemente os números de mortos, sendo as perdas humanas majoritariamente as mulheres e crianças. Além de denunciar os maus tratos direcionados aos prisioneiros capturados pelos indonésios e a crescente falta de suprimentos alimentares no território, a carta informava que mulheres e crianças timorenses foram obrigadas a entrarem no serviço militar obrigatório das forças armadas indonésias. Medidas urgentes eram então cobradas em nome de todos os PALOP (CIDAC 1983, TL 2992-2).

No dia 22 de outubro de 1984 os representantes de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe enviaram uma outra mensagem ao presidente do Conselho de Segurança, denunciando a grave situação da ocupação militar permanente no território de Timor-Leste. Os signatários cobravam respostas, representantes de chefes de Estados do PALOP na ONU, 1984 (CIDAC, 2014)<sup>17</sup>.

Guiné-Bissau também desenvolvia pressões perante a ex-metrópole, para esta se manifestar em relação à questão de Timor-Leste. O governo português demorou a se posicionar mais firmemente perante o tema, já sua sociedade civil foi mais ativa, organizando sessões sobre

---

<sup>17</sup> Site do CIDAC. Disponível em: <http://sirius.bookmarc.pt/CIDAC/tl/sirius.exe/queryp>. Acesso em: 10/11/2020.  
Idem. <http://sirius.bookmarc.pt/CIDAC/tl/sirius.exe/queryp>  
Idem. <http://sirius.bookmarc.pt/CIDAC/tl/sirius.exe/queryp>  
Idem. <http://sirius.bookmarc.pt/CIDAC/tl/sirius.exe/queryp>  
Idem. <http://sirius.bookmarc.pt/CIDAC/tl/sirius.exe/queryp>

Timor-Leste num Tribunal Permanente dos Povos estabelecido em Lisboa. Numa dessas sessões, ocorridas entre 19-21 de junho de 1981, um integrante do Comitê Central da FRETILIN, Mari Alkatiri, agradeceu os representantes dos partidos e governos PALOP por sua solidariedade em participar da sessão de julgamento no Tribunal Permanente do Povo-TPP. Segundo Alkatiri, a presença destes representantes testemunhava a veracidade dos fatos apresentados no tribunal (CIDAC 1981, TL 4621).

É importante termos apresentado aqui alguns documentos levantados no site da CIDAC, esses documentos fizeram menções sobre o desenvolvimento da política internacional guineense e isso ajudarão a nossa percepção sobre o assunto ao longo das nossas narrativas.

Um outro documento registrando a intervenção do então embaixador da Guiné-Bissau em Portugal, Leonel Vieira, em 25 de março de 1984, destaca o apoio de seu país e dos PALOP na luta de libertação de Timor-Leste. A intervenção ocorreu em função do Encontro Internacional de Solidariedade com Timor-Leste e ali, o embaixador fez retrospectivas dos acontecimentos desde 1975 e 1983 e responsabilizou a comunidade Internacional, nomeadamente ONU, que deveria assumir suas responsabilidades na garantia da autodeterminação dos povos, o representante da diplomacia guineense clamou aos PALOP que reforçassem seus apoios no plano internacional pela independência de Timor (CIDAC 1984, PP0831).

Em Carta à Javier Perez Cuellar, então Secretário Geral da ONU, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal denunciaram conjuntamente o massacre de Santa Cruz ocorrido em Timor-Leste, em novembro de 1991. Os reclamantes demandam reunião urgente do Conselho de Segurança para discutir o problema (CIDADC 1991, TL 2465-2, p. 11). O massacre tem repercussão negativa internacional graças às filmagens do massacre amplamente divulgadas nos meios de comunicação. A deterioração da imagem indonésia ganha maior impulso a partir deste evento crítico.

Em fins da década de 1980, quando Portugal começou a assumir a sua responsabilidade histórica nos problemas vividos pelo povo timorense, a diplomacia da ex-metrópole mobilizou alianças pós-coloniais lusófonas como plataforma de apoio para fortalecer sua posição perante o tema em outros fóruns internacionais, nas Nações Unidas e na Comunidade Europeia (CUNHA 2001 e GOMES 2010). Assim foi criada a CPLP, em 1996, tornando-se também mais um espaço de atuação para a diplomacia guineense trabalhar a favor da luta de Timor-Leste. O país ocupado do Sudeste Asiático tornou-se membro observador da CPLP e a questão ascendeu ao topo das preocupações da Comunidade e de seus Estados membros que se encontravam distantes do tema, como o Brasil. A CPLP serviu de suporte para o desenvolvimento da política

dos Estados membros no apoio à causa maubere e, por parte da delegação timorense permanente, a organização foi utilizada como uma plataforma de denúncias acerca das violações dos direitos humanos ocorridas no território timorense.

Os documentos aqui analisados refletem movimentos da diplomacia guineense face à luta de libertação de Timor-Leste. Devido às crises institucionais e às dificuldades internas nas quais o país mergulhou, o Estado guineense perdeu o prestígio, a voz e autoridade moral internacional que havia herdado do protagonismo de Amílcar Cabral e que gozou nos primeiros anos pós-independência (GONZÁLES 2018). A diplomacia da República da Guiné-Bissau de 1973 até a primeira metade da década de 80 não é a mesma que se viu depois de 1990 em diante, aquele Estado que propunha mudanças na arena internacional desapareceu do debate sobre os rumos da política internacional, desde dos anos 90 até nos dias de hoje (VISENTIN 2018).

## **5. Considerações finais**

### **5.1. O envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau em perspectiva comparada**

O envolvimento dos países africanos ainda é pouco discutido nos estudos sobre a solidariedade internacional e a luta pela libertação de Timor-Leste. Mas eles desempenharam um papel fundamental, sobretudo nos anos da Guerra Fria, fazendo com que a questão não saísse da pauta do Conselho de Segurança da ONU, levando petições e denúncias, e funcionando como porta-vozes das lideranças timorenses nos fóruns internacionais, sobretudo durante o período em que Portugal não assumia uma posição mais firme sobre o tema. Sobre isso, Magalhães, um dos poucos autores que chamam atenção para o protagonismo destes países africanos, afirma que “perante o abandono e a oposição de muitos Estados e a descrença portuguesa, Moçambique e a Guiné-Bissau e outros países de expressão portuguesa desempenharam papel fundamental na manutenção da questão de Timor na agenda da ONU” (MAGALHÃES, 2007, p. 501), tal como havíamos mostrado nos capítulos anteriores. O protagonismo africano na questão de Timor-Leste decresce com o fim da Guerra Fria, devido às dificuldades vividas por estes países, mas também devido à abertura de um contexto internacional mais receptivo ao diálogo e à defesa dos Direitos Humanos

Mas como Moçambique e Guiné-Bissau se envolveram com a questão de Timor-Leste? O que estes países ofereceram em termos de recursos e possibilidades para os timorenses? Como qualificar a solidariedade internacional destes países na luta de libertação de Timor-Leste? E em nome de quê essa solidariedade acontecia?

Tais perguntas nortearam o processo de pesquisa, mas não podem ser respondidas completamente a partir do material aqui analisado, que deveria ser ampliado. Nesta seção pretende-se identificar aspectos de contraste e contraponto entre o envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau na questão de Timor-Leste. Sabendo do caráter limitado dos documentos encontrados no arquivo do CIDAC, a perspectiva comparada aqui adotada não busca uma comparação total e sistemática, mas relativa, destacando as semelhanças e as diferenças entre as formas de engajamento dos dois países africanos relatadas nos capítulos anteriores.

No que tange os aspectos comuns do envolvimento dos dois países chama a atenção a própria configuração histórica e política, determinada pelo colonialismo português e a luta anticolonial, que estabeleceu condições para a união, troca e intercâmbio entre os movimentos independentistas africanos e o timorense em suas estratégias diplomáticas numa geopolítica da descolonização mais ampliada, tal como relatamos no primeiro capítulo. Daí os princípios da

luta anti-imperialista e do internacionalismo socialista integrarem a política externa dos dois países africanos, pelo menos nos primeiros anos de independência, o que construiu pontes de solidariedade com a causa do povo maubere. Os dois países africanos, também assumiram regimes políticos socialistas e de partido único, uma tendência também desenvolvida pela FRETILIN em Timor-Leste, como se vê logo após vencer a guerra civil com a UDT. A solidariedade à Timor-Leste era apresentada, inicialmente, por ambos estados africanos como parte de uma luta mais ampla contra o imperialismo e o colonialismo. Mas esta maior aproximação com o bloco socialista, ao mesmo tempo em que fortalecia o vínculo entre os países africanos e a FRETILIN, por meio de ideias políticas, também dificultava o avanço da luta de libertação, que não era bem vista pelos países do bloco ocidental no contexto da Guerra Fria.

Para CUNHA (2001), Moçambique e Guiné-Bissau apoiaram a luta de libertação de Timor-Leste de diversas maneiras, mas no primeiro país observam-se formas de atuação não identificadas no segundo. Chama a atenção que Moçambique acolheu uma diáspora timorense, que passou a viver, estudar, trabalhar e desenvolver atividades políticas em Maputo (MAGALHÃES, 2007; DE LUCCA, 2018). Por outro lado, não foi encontrado no arquivo nenhuma manifestação da sociedade civil guineense em relação à Timor-Leste. O que sugere que o envolvimento para além do Estado foi um aspecto diferencial na experiência moçambicana, fazendo estas duas realidades de alimentarem, timorenses conviveram com a sociedade moçambicana e a sociedade civil moçambicana tematizou Timor-Leste. Assim, a solidariedade internacional ofertada por Moçambique ultrapassou as ações estatais e parece ter sido mais diversificada.

Durante a pesquisa, foram encontrados no acervo "Timor online" do CIDAC mais documentos relativos à Moçambique que à Guiné-Bissau. E para além do trabalho da diplomacia entre os Estados e Organizações Internacionais, o Moçambique acolheu timorenses no exílio, ofereceu apoio financeiro para as lideranças, e deu suporte para a publicação de materiais de divulgação. A troca de cartas entre FRELIMO e FRETILIN, sobre a morte de Nicolau Lobato também evidencia um tipo de cumplicidade mais estreita entre os dois partidos, os líderes e suas aspirações nacionais. Esta cumplicidade não se viu no caso da Guiné-Bissau, mas chama a atenção para como as relações políticas e diplomáticas destes Estados extrapolam a frequente abordagem realista e pragmática das relações internacionais, sobretudo entre os Estados que dizem agir exclusivamente baseados em seus "interesses nacionais".

A participação da sociedade civil moçambicana no apoio à causa maubere deve-se também ao fato de que a busca pela paz e a consolidação dos Direitos Humanos tornaram-se

um tema importante no debate político moçambicano, sobretudo com o fim da Guerra Fria e a possibilidade de um acordo de paz com a RENAMO, no início dos anos 1990. Mas, esta aparente maior proximidade de Moçambique com Timor-Leste também se deve a fatores geográficos e históricos, visto que ambos compartilham as margens Sul do Oceano Índico e as conexões entre estes territórios já haviam sido estabelecidas ainda durante o período colonial (DE LUCCA 2018; 2019).

Ao que tudo indica, depois da morte de Samora Machel e com o governo de Joaquim Chissano, o Estado moçambicano torna-se menos assertivo na questão de Timor-Leste. O momento máximo de afastamento da questão é entre 1992 -1995, em função do acordo diplomático entre Jacarta e Maputo. Este acordo efetivamente aproxima Moçambique da Indonésia, sendo que o segundo país se compromete a construir um hospital na província de Nampula e um banco na capital moçambicana (CIDAC 1995 TL 5698). É neste sentido que as manifestações da sociedade civil se fazem, exigindo esclarecimento por parte do Estado moçambicano. O governo moçambicano é provocado a prestar declarações sobre o assunto demonstrando que houve má interpretação na matéria da política externa moçambicana, já que o país continua apoiando Timor-Leste. Trata-se de uma manobra política na qual buscava-se evitar a interferência externa de Jacarta e um possível apoio à RENAMO no processo eleitoral de 1994. Após este período, o governo moçambicano retoma seu apoio de maneira efetiva à questão de Timor.

No caso de Guiné-Bissau, a aproximação com as lideranças da FRETILIN se fizera desde 1974, num caminho similar àquele traçado em Moçambique. Isso também se deve ao fato que a nação guineense foi a primeira colônia portuguesa a se tornar independente e a ter um assento garantido na ONU (CUNHA 2001). Nesta posição o país não poupou esforços no apoio aos movimentos libertacionistas e revolucionários que se reverberam no mundo. Por outro lado, o país encontra-se numa configuração regional muito distinta de Moçambique. As relações com seus países vizinhos estão mais pacificadas e as antigas colônias francesas da costa ocidental africana possuem relações muito mais afastadas com a questão de Timor-Leste. Mais afastadas, por exemplo, do que os países da África Austral que integram a Commonwealth e possuem relações diretas com Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, países ocidentais aliados e com influência sobre Jacarta.

O Estado guineense apoiou as lideranças nacionalistas timorenses sobretudo em questões diplomáticas, políticas e ideológicas, já que o país não possuía condições financeiras que permitissem nada além disso. Assim, o pouco apoio econômico de Guiné-Bissau às lideranças timorenses, se comparada à Moçambique, se deve à fragilidade da própria economia

guineense. De modo que o suporte oferecido por este país concentra-se no campo político, diplomático e ideológico. Também em função da instabilidade vivida naquele país, bem como o declínio na política externa guineense, a partir de 1996, o apoio prestado pelo Estado guineense com vista ao problema da ocupação indonésio recuou.

Com as sucessivas crises políticas e domésticas, a guerra civil de 1998 e a ascensão dos militares ao poder, registrou-se um período da desorientação na política externa guineense, e os movimentos que eram suportados pelo Estado guineense tiveram de ficar por conta própria (CARVALHO 2016 e GONZÁLES 2018). Em consequência, por meio do desgaste da política interna guineense, o país perdeu seu direito de voto nas organizações regionais e internacionais nas tomadas de decisões muito importantes, estes aspectos registraram o início do afastamento do Estado guineense das ideologias que defendiam.

Não foram encontrados documentos que registrem manifestações da sociedade civil guineense, tal como foram encontrados em Moçambique. Mas é digno de nota que também nos anos 1990, a diplomacia guineense trabalhou no sentido de estabelecer algum acordo com a Indonésia, talvez, também preocupada com as eleições multipartidárias que teriam lugar no país e possíveis ganhos e perdas que poderiam advir do posicionamento indonésio. Esta aproximação de Bissau com Jacarta provocou manifestações da sociedade civil, contudo, não a guineense. Num documento datado de 24 de setembro de 1996, emitido pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere, de Lisboa, e direcionado para o então presidente guineense, lê-se o seguinte:

Tendo tomado conhecimento da visita oficial do ministro guineense da Juventude e Desportos, Sr. Ibraima Só, à Indonésia na segunda quinzena de Agosto (alegadamente na sequência de contactos iniciados por Manuel Macedo, o empresário português que dirige a Associação de Amizade Portugal-Indonésia), vimos por este meio manifestar-lhe o nosso mais vivo protesto. A visita deste alto dignatário a Timor-Leste indica um reconhecimento tácito da anexação indonésia do território, o que muito nos surpreendeu.

Temos dificuldades em reconhecer nesta conduta do Governo da Guiné-Bissau a postura que tem vindo a assumir ao longo dos anos, nomeadamente em julho último na reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Lisboa. Veríamos por isso com bons olhos o exercício de uma maior pressão por parte da Guiné-Bissau sobre o governo indonésio, quer no âmbito da CPLP, quer no seio da Conferência Islâmica (CIDAC 1996, TL 3059, p. 01).

Sobre este tema o governo português também se manifesta, alegando que se Guiné-Bissau afirmasse o acordo com a Indonésia a questão de Timor-Leste passaria para o segundo plano, o que implicaria uma derrota internacional e seria uma vergonha para os países

defensores da causa (CUNHA 2001). Seja como for, em 1996, foi assinado um acordo diplomático entre Bissau e Jacarta.

## **5.2. O envolvimento de Timor-Leste nas questões de Moçambique e Guiné-Bissau**

A independência timorense foi um esforço coletivo tanto a nível interno quanto externo. Privilegiou-se a criação de um canal da comunicação estável em busca de uma solução pacífica entre diferentes atores nacionais e internacionais que buscavam projetar o país ao novo horizonte, propondo uma nova visão que priorizasse o desenvolvimento da política externa e cooperação internacional (CUNHA 2001, MAGALHÃES 2007 e CORTE-REAL e BRITO 2006).

No fim da década de 1990, com a ruína do mundo bipolar, o desgaste dos Estados Unidos na luta para travar o avanço comunista no Sudeste Asiático, uma grave crise econômica naquela região impactaria o já decadente regime ditatorial de Suharto. Neste processo, o desgaste internacional indonésio contou muito, levando ao referendo (GORJÃO, 2005). A conquista da independência de Timor-Leste passa então por várias condicionantes. E uma delas foi que o então líder máximo da resistência timorense no território, Xanana Gusmão, propôs a formação do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), órgão que deslocou a centralidade atribuída anteriormente à FRETILIN como representante maior da nação e do povo maubere. Assim, neste esforço de convergência nacionalista e despartidarização do CNRT, o nacionalismo timorense foi abandonando seu vínculo histórico com ideais políticos socialistas ou mesmo sociais-democratas.

Após a restauração da independência de Timor-Leste, em 2002, a nova Constituição destacou a importância de se privilegiar as relações exteriores com os países da CPLP que contribuíram para a independência da República Democrática de Timor-Leste. Na primeira década do milênio, a política externa timorense buscou apoio para o desenvolvimento por meio de Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e estabeleceu acordos de cooperação com os países do Norte e Sul Global no domínio de saúde e educação, tido como setores primários. Nesta onda, Portugal e Brasil tiveram papel crucial no desenvolvimento da educação timorense (PEPE e MATHIAS 2006).

Mas se é verdade que Moçambique e Guiné-Bissau se envolveram de modos diferenciados com a questão de Timor-Leste, este país também buscou ajudar os dois países africanos em alguns de seus problemas. De certo modo, isso já pareceu ocorrer no fim dos anos 1990, ainda durante a ocupação na Indonésia. Em 1998, em decorrência do dramático conflito militar que ficou conhecido em Guiné-Bissau como "guerra de 7 de junho", o então presidente

do CNRT Xanana Gusmão, que, à época, já havia sido visitado por Nelson Mandela em sua prisão na Indonésia e gozava de grande prestígio internacional, dirigiu mensagem de solidariedade ao "povo irmão", apelando à paz na Guiné-Bissau aos líderes daquele país para que haja uma solução possível de resolver o problema.

Falamos da paz, lembramo-nos que o povo irmão da Guiné-Bissau. Com mais de duas décadas de guerra, do qual incontáveis sofrimentos compõem a lembrança de velho e a vivência de jovem, Timor-Leste solidariza-se com a Guiné-Bissau neste novo difícil período da sua existência como país soberano e independente. O povo maubere faz votos para que todas as forças sociais e políticas da Guiné-Bissau deem tudo de si para que a paz volte a reinar nos corações dos irmãos guineenses. O povo maubere expressa sua esperança que os líderes da Guiné-Bissau saberão encontrar a fórmula da paz e o verdadeiro progresso para o seu povo (CIDAC 1998, TL 4420).

Esta mensagem de solidariedade foi proferida na ocasião da celebração do "dia de Timor" perante a comunidade timorense em Portugal. Na ocasião, o líder do CNRT aproveitou a oportunidade para chamar atenção do governo português e suas responsabilidades na busca de soluções pacíficas na Guiné-Bissau.

Anos depois, já em 2013, com pouca experiência na organização de eleições e nenhuma experiência em missões internacionais, o governo timorense conduziu uma missão da ONU à Guiné-Bissau. Expressando sua solidariedade para com o povo guineense, Timor-Leste conduziu o processo eleitoral naquele país africano sendo a missão capitaneada por José Ramos-Horta, representante do Secretário Geral da ONU naquele território (TIMOR-LESTE 2014). O Estado timorense enviou para o governo guineense kits de duzentas máquinas de recenseamento eleitoral biométrico incluindo laptops, tablets digitais, cento e cinquenta geradores entre outros materiais junto ao Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE) como órgão responsável para gerenciar os investimentos.

No ato de entrega dos equipamentos o representante do Estado de Timor-Leste para o processo eleitoral na Guiné-Bissau, Tomás da Rosa Cabral, proferiu as palavras dizendo o seguinte: “compramos alguns kits de reforço pois vamos entregar todo material ao governo, porque somos irmãos devemos apoiar uns aos outros como foi o apoio da Guiné-Bissau durante a luta da independência de Timor-Leste”<sup>18</sup>. Ainda o representante oficial do governo timorense ressaltou que o Estado timorense havia investido pouco mais de 5 milhões de dólares

---

<sup>18</sup> Guiné-Bissau: Timor-Leste reforça apoio com kits de recenseamento eleitoral. Disponível em: <https://eglobal.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-timor-leste-reforca-apoio-com-kits-de-recenseamentoeleitoral/>. Acesso em: 20/01/2021.

americanos durante o processo eleitoral guineense, configurando como um dos países nãoocidentais que mais presta ajuda à Guiné-Bissau.

**Figura 15:** Imagem da oferta de kits de recenseamento biométrico do governo timorense para as eleições de 2014 na Guiné-Bissau.



Fonte: Disponível em:

<https://descentralizaun.files.wordpress.com/2013/08/comunicado-1-misc3a3o-deapoio-ao-processo-eleitoral-na-guinc3a9-bissau.pdf>. Acesso em: 12/01/2021.

Figura 16: Imagem de recenseamento em curso



Fonte: Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=recenseamento+na+guinebissau+2013+GTAPE&rlz=1C1FCXM\\_pt-PTBR944BR944&sxsrf=ALeKk01DmvwV\\_4Y7k6T3lxwXU15CJfInyw:1617660378077&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjm987BjuvAhXfHLkGHfBIBTcQ\\_AUoAnoECAEQBA&biw=1396&bih=605#imgrc=pPLtUCWIOFRVUM](https://www.google.com/search?q=recenseamento+na+guinebissau+2013+GTAPE&rlz=1C1FCXM_pt-PTBR944BR944&sxsrf=ALeKk01DmvwV_4Y7k6T3lxwXU15CJfInyw:1617660378077&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjm987BjuvAhXfHLkGHfBIBTcQ_AUoAnoECAEQBA&biw=1396&bih=605#imgrc=pPLtUCWIOFRVUM). Acesso em: 19/02/2021.

Idem. [https://www.google.com/search?q=delega%C3%A7%C3%A3o+timorense+na+guinebissau+2014&tbm=isch&ved=2ahUKEwjrz\\_mQj-jvAhVEE7kGHUPoBWwQ2cCegQIABAA&oq=delega%C3%A7%C3%A3o+timorense+na+guinebissau+2014&gs\\_lcp=CgNpbWcQA1C3eljopgFg6K4BAjwAHgAgAHoAYgBgQySAQMyLTeYAQCgAQQGqAQtd3Mtd2l6LWltZ8ABAQ&sclient=img&ei=gIprYOuPG8Sm5OUPw9CX4AY&bih=657&biw=1396&rlz=1C1FCXM\\_pt-PTBR944BR944#imgrc=b35hGAU36uLgsM](https://www.google.com/search?q=delega%C3%A7%C3%A3o+timorense+na+guinebissau+2014&tbm=isch&ved=2ahUKEwjrz_mQj-jvAhVEE7kGHUPoBWwQ2cCegQIABAA&oq=delega%C3%A7%C3%A3o+timorense+na+guinebissau+2014&gs_lcp=CgNpbWcQA1C3eljopgFg6K4BAjwAHgAgAHoAYgBgQySAQMyLTeYAQCgAQQGqAQtd3Mtd2l6LWltZ8ABAQ&sclient=img&ei=gIprYOuPG8Sm5OUPw9CX4AY&bih=657&biw=1396&rlz=1C1FCXM_pt-PTBR944BR944#imgrc=b35hGAU36uLgsM).

A ajuda da República Democrática de Timor-Leste durante o processo de recenseamento biométrico proporcionou ou impulsionou com grande clareza a realização e apuramento dos resultados durante as últimas duas eleições no país. Pode-se dizer que a fraude, no caderno eleitoral, é quase inexistente se comparada aos anos anteriores.

Timor-Leste também se envolveu com os problemas de Moçambique. Com a consolidação do Estado timorense, após 2002, o país aproximou-se de Moçambique como forma de reconhecer e retribuir a ajuda prestado nos vinte e quatro anos de ocupação indonésia (MAGALHÃES, 2007). Esta solidariedade se manifestou efetivamente com a grande destruição

causada pelos ciclones Idai e Kenneth, que passaram no centro e no norte do território de Moçambique no ano de 2019. Na ocasião, o governo e a sociedade civil timorenses mobilizaram fundos financeiros para enviar à Moçambique. Além disso, o chefe do Estado manifestou seu pesar e condolências para com o povo Moçambicano e Indonésio. Como diz uma matéria:

Em nome do povo de Timor-Leste, o Governo apresentou condolências às famílias e amigos das vítimas do ciclone Idai em Moçambique e das inundações na província de Papua na Indonésia. (...) O Governo de Timor-Leste louva o trabalho das autoridades dos países afetados no seu trabalho de busca e salvamento, em condições de extrema dificuldade. O Porta-Voz do VIII Governo Constitucional, Ministro de Estado Ágio Pereira, afirmou que "os nossos sentimentos vão para as famílias que perderam entes queridos e saudamos aqueles que continuam determinados na busca de sobreviventes. Timor-Leste está solidário com os Governos e o povo da República de Moçambique e da República da Indonésia, nestes dias difíceis e em relação aos desafios que se apresentam para as próximas semanas e meses"<sup>19</sup> (TIMOR-LESTE S.A S. P)

Figura 17: Imagem do Ciclone Idai em Moçambique.



Fonte: Disponível: <https://horadopovo.com.br/onu-alerta-ciclone-afetou-185-milhao-de-mocambicanos/>. Acesso em: 24/02/2021.

<sup>19</sup> **Governo manifesta a sua solidariedade com Moçambique e Indonésia. Presidência do Conselho de Ministros. Comunicado de Imprensa Governo manifesta a sua solidariedade com Moçambique e Indonésia** Em nome do povo de Timor-Leste, o Governo apresenta condolências às famílias e amigos das vítimas do ciclone Idai em Moçambique e das inundações na província de Papua na Indonésia. O balanço provisório da passagem do ciclone Idai em Moçambique indica a morte de pelo menos 84 pessoas e mais de mil feridos, mas as autoridades nacionais adiantam que a escala do desastre é enorme e que poderá atingir o milhar de vítimas mortais. Na Beira, capital da província de Sofala, 90% da cidade e arredores terá sido danificado ou destruído. O ciclone, com fortes chuvas e ventos de até 170 quilómetros por hora atingiu, além de Moçambique, o Zimbabué e o Malauí causando pelo menos 200 mortos, centenas de desaparecidos e dezenas de milhares pessoas isoladas. Na província indonésia da Papua as inundações provocadas pelas fortes chuvas do último sábado, causaram pelo menos 50 vítimas mortais, cerca de 70 feridos e mais de quatro mil desalojados. Pontes, estradas e dezenas de casas ficaram danificadas pelas enchentes, prevendo-se que o impacto do desastre e o número de vítimas possa ainda aumentar. O Governo de Timor-Leste louva o trabalho das autoridades dos países afetados no seu trabalho de busca e salvamento, em condições de extrema dificuldade. O Porta-Voz do VIII Governo Constitucional, Ministro de Estado Ágio Pereira, afirmou que "os nossos sentimentos vão para as famílias que perderam entes queridos e saudamos aqueles que continuam determinados na busca de sobreviventes. Timor-Leste está solidário com os Governos e o povo da República de Moçambique e da República da Indonésia, nestes dias difíceis e em relação aos desafios que se apresentam para as próximas semanas e meses." **FIM. Disponível em:** <http://timor-leste.gov.tl/?p=21343>. Acesso em: 28/03/2021.

O governo timorense, e distintos setores da sociedade, também deputados, ex-líderes políticos e dirigentes da FRETILIN uniram-se na mobilização do fundo para o apoio às vítimas do desastre ambiental que atingiu o território moçambicano. Entre as organizações da sociedade civil timorense que buscaram apoio financeiro para ajudar as vítimas da calamidade pública em Moçambique, foi a Associação de Moçambicanos e de Amigos de Moçambique em TimorLeste (AMAMOTIL), um ator fundamental na campanha timorense e na mobilização da ajuda à catástrofe dos ciclones Idai e Kenneth.

Questionado sobre os apoios dos demais países membros de CPLP, o escritor Mia Couto, que à época do evento parecia agir como uma espécie de embaixador informal da assistência internacional à Moçambique, demonstrou sua decepção sobre a quantia da contribuição ofertada pelo Brasil:

É uma contribuição e temos que ser gratos. Mas eu esperava que fosse mais significativa. Timor Leste, outro país de língua portuguesa, deu 10 vezes mais e não tem a economia na escala do Brasil, que é uma das maiores do mundo. Fiquei surpreso de forma negativa com a intervenção do Governo brasileiro"<sup>20</sup> (COUTO 2019, s. p.).

---

<sup>20</sup> Mia Couto diz ter ficado surpreso de forma negativa com a resposta do Brasil ao ciclone Idai. O escritor moçambicano Mia Couto afirma ter ficado surpreso de forma negativa com a resposta do Governo brasileiro às inundações provocadas pela passagem do ciclone Idai pela região centro do seu país. Em entrevista ao portal G1 da rede Globo, Couto, que é natural da Beira, a cidade mais afectada pelo ciclone, e cuja fundação que preside desenvolve uma campanha de apoio às vítimas do ciclone, esclarece que não pode ser deselegante, mas que a resposta de Brasília não corresponde à relação histórica entre os dois países. "Fiquei espantado com a quantia de 100 mil euros, que foi doada pelo Brasil a Moçambique. Não corresponde à relação histórica e afectiva entre os dois países e ao desejo dos brasileiros de contribuir", afirmou Mia Couto. Ele acrescentou que não pode ser "deselegante". "É uma contribuição e temos que ser gratos. Mas eu esperava que fosse mais significativa. Timor Leste, outro país de língua portuguesa, deu 10 vezes mais e não tem a economia na escala do Brasil, que é uma das maiores do mundo. Fiquei surpreso de forma negativa com a intervenção do Governo brasileiro", expressou o escritor que é muito conhecido no Brasil. A Fundação Fernando Leite Couto, que leva o nome do pai do escritor, fez uma parceria com a Cruz Vermelha para conseguir apoios para os afectados pelo Idai, através de uma campanha dentro e fora de Moçambique. Mia Couto disse ter escolhido a Cruz Vermelha por uma questão de credibilidade. "A questão da credibilidade e a crença da pessoa que vai doar é fundamental. As pessoas têm o desejo de ser solidárias, mas às vezes desistem porque não têm confiança no agente. Por isso, a importância de prestar contas e ser transparentes. Estamos conseguindo angariar recursos", afirmou, que anunciou a abertura de "uma conta no Brasil em reais para que os brasileiros possam fazer as doações". Questionado se uma tragédia na África é subestimada e não desperta a comoção da comunidade internacional, Couto respondeu que "10 pessoas que morrem numa cidade europeia merecem uma atenção que mil pessoas que morrem na África não merecem. Há uma desvalorização da vida nestes lugares que são distantes. Não existe o mesmo critério de importância à vida humana". Mia Couto é uma das vozes mais respeitadas de Moçambique e um dos mais prestigiados escritores de língua portuguesa, tendo ganhado em 2013 o prémio Camões, o mais importante do mundo lusófono. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/mia-couto-diz-ter-ficado-surpreso-de-forma-negativa-com-a-resposta-dobrasil-ao-ciclone-idai/4855046.html>. Acesso em: 05/04/2021.

Figura 18: Imagem de solidariedade da AMAMOTIL para Moçambique no Ciclone Idai

**SOLIDARITY FROM TIMOR-LESTE TO MOZAMBIQUE**

A group of Friends of Mozambique in Timor-Leste are collecting contributions for assistance to the Victims of Cyclone Idai. Each person contributes with what he/she can. Every dollar counts!

You can leave your contribution at Pau de Canela restaurant at Timor Plaza or at ProEma in Lecidere. Contributions will be sent to the National Institute of Calamities Management in Mozambique.

Alternatively you can contact Nurima Alkatiri via messenger, phone and whatsapp (74011398) or email (nurima@hotmail) to arrange collection of the contribution until Tuesday, 26 March 2019.

**LET'S JOIN FORCES AND TOGETHER SHOW OUR SOLIDARITY!**



**Fonte:** Disponível em:

<https://www.facebook.com/nurimaribeiroalkatiri/photos/pcb.1752863484813746/1752862884813806/>.

Acesso em: 20/03/2021.

Esta ajuda a Moçambique, e mesmo a missão eleitoral na Guiné-Bissau, deve ser enquadrada numa história mais alongada das relações internacionais. Estas ações também revelam algum tipo de protagonismo, ou busca de protagonismo, na política externa timorense, um esforço de maior inserção internacional na segunda década de independência formal da RDTL, tentando levar uma imagem positiva do país para o exterior por meio do fortalecimento de antigas relações. Hoje, na ONU, o Estado timorense destaca-se pelo seu posicionamento em favor da solidariedade internacional e dos povos do Sul Global que ainda vivem e lutam contra a ocupação estrangeira, tais como Saara Ocidental, Palestina e Irian Jaya (Papua Ocidental).

Este estudo analisou o envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau na questão de Timor-Leste por meio da bibliografia e da pesquisa de arquivo digital no acervo "Timor online". Considerando as relações internacionais contemporâneas entre estes países, a pesquisa também revelou como a política externa é um tipo de ação estatal que muitas vezes não gera retornos imediatos, nem da mesma natureza daqueles que foram investidos inicialmente. Durante vinte

e quatro anos, a atividade desenvolvida em prol da questão de Timor-Leste não se baseava no pragmatismo característico da política internacional fundada no *win-win*. É difícil imaginar que os dois países africanos buscavam algum ganho material objetivo em função do trabalho e do investimento prestado em relação à questão de Timor-Leste. O envolvimento de Timor-Leste nas questões de Guiné-Bissau e Moçambique revelam, então, como as relações de amizade e solidariedade entre as nações constituem processos cujas temporalidades podem se estender, ultrapassando situações políticas e governos episódicos. É o que demonstra a solidariedade de Timor-Leste independente, em relação aos países que ofereceram solidariedade quando ele mais precisava.

## REFERÊNCIAS

**África(s), Cinema e Revolução (2016: São Paulo, SP).** *África(s): cinema e revolução / [curadoria da mostra e organização do catálogo de] Lúcia Ramos Monteiro.* — São Paulo: Buena Onda Produções Artísticas e Culturais, 2016. f.196.

ASSOCIAÇÃO DE MOÇAMBICANO E DE AMIGOS DE MOÇAMBIQUE EM TIMORLESTE. Disponível em: [https://www.facebook.com/amamotil/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/amamotil/?ref=page_internal). 12/03/2021.

BUENO, E. de P.; FREIRE, M.; OLIVEIRA, V. A. P. de. As origens históricas da diplomacia e a evolução do conceito de proteção diplomática dos nacionais. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, vol. XVII, 2017, pp. 623-649.

CARDOSO, Carlos. A formação da elite política na Guiné-Bissau. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002.

CARNEIRO, Wellington Pereira. Por uma teoria dos emergentes: países emergentes e segurança nas relações internacionais. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.gti.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/843/711>. Acesso em: 04/04/2021.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **SEGURANÇA REGIONAL NO CHIFRE DA ÁFRICA: CONFLITOS, AGENDAS E AMEAÇAS.** *Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos.* – Ano 1, n. 2 (jul./ dez. 2016). – Porto Alegre: UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2016.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais" CPLP & CEDEAO"(1973-2014). 2016.

CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. "**Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde.**" (2014) **Capítulo II—Agronomia, a Casa dos Estudantes do Império, e a experiência na Guiné-Bissau e Angola:** 91-f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais)  
– Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), São Paulo, 2014.

CIDAC. TL 3055-07. CDPM. AMINUDDIN, Munir. Conferência Internacional da Comunidade Islâmico Moçambicana em Lisboa - Portugal. TL3055-07. 1996. Disponível em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3055-07.pdf>. Acesso em: 17/05/2020.

CIDAC. TL 3171. CDPM. Carta de Francisco Xavier do Amaral e Rogerio Lobato para direção da FRELIMO. TL 3171. 1974. Disponível em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3171.pdf>. Acesso em: 11/06/2020.

CIDAC. TL 3171. CDPM. **AMARAL, Francisco Xavier do** [carta para] *Presidente da FRELIMO / Francisco Xavier do Amaral - Dili: Associação Social-Democrata Timorense,*

1974. - 3 p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3171.pdf>. Acesso em: 16/05/2020.

CIDAC. TL 3241. CDPM. Carta de condolência da direção da FRELIMO para a direção da FRETILIN no do Assassinato do presidente Nicolau dos Reis Lobato. 1979. Disponível em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3241.pdf>. Acesso em: 04/08/2020.

CIDAC. TL 3300. CDPM. Conferencia de chefes dos Estados e governos de PALOP. 1983. TL3300. Disponível em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3300.pdf>. Acesso em: 12/07/2020.

CIDAC. TL 3055-07. CDPM. **AMINUDDIN, Munir** *A intervenção de Sheikh Aminuddin* - [s.l.] 210, [s.l.cs.n.], 1996. 3p; A4. Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3055-07.pdf>. Acesso em: 11/09/2020.

CIDAC. TL 1664. CDPM. **GRUPO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO IRMÃO DE TIMOR-LESTE** *Manifesto à opinião pública moçambicana sobre Timor-Leste* / Grupo de Solidariedade para com o Povo irmão de Timor-Leste. Maputo: GSPITL, 1992. - 1p; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1664.pdf>. Acesso em: 20/01/2020.

CIDAC. TL3300. CDPM. **FRETILIN** *Proposta de actuação em torno da questão de Timor Leste...* / FRETILIN. - Bissau: FRETILIN, 1983. - 4 p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3300.pdf>. Acesso em: 04/06/2020.

CIDAC. TL 5698. CDPM. **INDONÉSIA VS. TIMOR-LESTE** *Indonésia vs. Timor-Leste: quem marcou pontos em Maputo?* / grupo moçambicano de solidariedade. - [s.l.]210, [s.l.cs.n.], 199X. - 3 p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL5698.pdf>. Acesso em: 30/07/2020.

CIDAC. TL 4621. CDPM. **CIDAC** *Reunião entre uma delegação da FRETILIN e representantes dos Governos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe: Comunicado de imprensa.* - Lisboa: CIDAC, 1981. - 1 p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4621.pdf>. Acesso em: 19/05/2020.

CIDAC. TL 2465-2. CDPM. **[CARTAS PARA] PEREZ DE CUELLAR, SECRETÁRIO GERAL DA ONU** *[Cartas para] Perez de Cuellar, Secretário Geral da ONU: No momento em que chegam." [ & ] Com profunda consternação.* - [s.l.]210, [s.l.cs.n.], 1991. - [12] p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2465-2.pdf>. Acesso em: 27/06/2020.

CIDAC. TL 2992. CDPM. **ANGOLA, MISSÃO PERMANENTE JUNTO DAS NU; CABO VERDE/GUINE-BISSAU/MOCAMBIQUE/S.TOME E PRINCIPE.** *Letter dated 24 October 1983 from the representatives of Angola, Cape Verde ... addressed to the President of the Security Council: S/16083* / Elisio de Figueiredo [et al.] - [s.l.] : United Nations, 1983. - 19p; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2992.pdf>. Acesso em: 14/02/2020.

CIDAC. TL 2403. CDPM. **FRETILIN-DFSE** *Relatório da delegação do Comité Central da FRETILIN em missão de serviço no exterior do país.* - [s.l.]: FRETILIN-DFSE, 1982. - 70p; 15x21. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2403.pdf>. Acesso em: 13/08/2020.

CIDAC. PP0831. APPTL. **GUINÉ-BISSAU.LEONEL VIEIRA, EMBAIXADOR EM LISBOA**

*Intervenção proferida por S. Ex. o Embaixador da República da Guiné-Bissau... Na sessão de abertura do Encontro Internacional de Solidariedade com Timor-Leste / Leonel Vieira, Embaixador da República da Guiné-Bissau.* - Lisboa, 1984. - 3 p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0831.pdf>. Acesso em: 26/05/2020.

CIDAC. TL 3173. CDPM. **AMARAL, Francisco Xavier do** [carta para] *Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau / Francisco Xavier do Amaral.* - Dili: Associação Social-Democrata Timorense, 1974. - 3 p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3173.pdf>. Acesso em: 14/05/2020.

CIDAC. TL 2992. CDPM. **ANGOLA, MISSÃO PERMANENTE JUNTO DAS NU; CABO VERDE/GUINE-BISSAU/MOCAMBIQUE/S.TOME E PRINCIPE**, Letter dated 24 October 1983 from the representatives of Angola, Cape Verde ... addressed to the President of the Security Council: S/16083 / Elisio de Figueiredo [et al.]. - [s.l.]: United Nations, 1983. - 19p; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2992.pdf>. Acesso em: 23/07/2020.

CIDAC. TL 2465-2. CDPM. **[CARTAS PARA] PEREZ DE CUELLAR, SECRETÁRIO GERAL DA ONU** [Cartas para] *Perez de Cuellar, Secretário Geral da ONU: No momento em que chegam.. " [&] Com profunda consternação".* - [s.l.]210, [s.l.cs.n.], 1991. - [12] p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2465-2.pdf>. Acesso em: 18/01/2020

CIDAC. TL 4420. CDPM. **CNRT - CONSELHO NACIONAL DA RESISTÊNCIA TIMORENSE** *Xanana Gusmão apela a paz na Guiné Bissau / Roque Rodrigues (contacto) .* - Lisboa: CNRT, 1998. - 1 p.; A4.. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4420.pdf>. Acesso em: 19/12/2020.

CIDAC. TL 3059. CDPM - **COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE** [carta para] *Presidente [da República da Guiné-Bissau] / Cristina Cruz .* - Lisboa : CDPM, 1996. - 1p; A4 . - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3059.pdf>. Acesso em: 20/11/2019.

CIDAC. TL 4621. CDPM. **CIDAC** *Reunião entre uma delegação da FRETILIN e representantes dos Governos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe: Comunicado de imprensa.* - Lisboa: CIDAC, 1981. - 1 p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4621.pdf>. Acesso em: 09/08/2020.

CIDAC. TL 3173. CDPM. **AMARAL, Francisco Xavier do** [carta para] *Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau / Francisco Xavier do Amaral.* - Dili: Associação Social-Democrata Timorense, 1974. - 3 p.; A4. - Disponível na Internet em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3173.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

CIPRIANO, Leandro. A Gênese da FRELIMO os grupos e interesses na formação da Frente de Libertação Moçambicana (1964-1974). 2010. PhD Thesis. Academia Militar. Direção de Ensino.

CORTE-REAL, Benjamim; BRITO, Regina Helena Pires de. Aspectos da política linguística de Timor-Leste. Desvendando contracorrentes. 2006.

CUNHA, João Solano Carneiro da. A QUESTÃO DE TIMOR-LESTE: ORIGEM E EVOLUÇÃO. João Solano Carneiro da Cunha. – Brasília: FUNANG/TRBr. 2001. 249 p. Coleção de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. ISBN: 85-87480-15-4.

CONCP. Disponível em: [http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concp-a-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-coloniasportuguesas-15-jun-16-14h30-18h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt](http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concp-a-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-coloniasportuguesas-15-jun-16-14h30-18h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt). Acesso em: 20/03/2021.

CONCP. Disponível em: [http://www.mozambiquehistory.net/people/marcelino/20200214\\_marcelino\\_sempre.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/people/marcelino/20200214_marcelino_sempre.pdf). Acesso em: 18/03/2021.

COUTO, MIA. ENTREVISTA, DIZ TER FICADO SURPRESO DE FORMA NEGATIVA COM A RESPOSTA DO BRASIL AO CICLONE IDAI. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/mia-couto-diz-ter-ficado-surpreso-de-forma-negativa-com-a-resposta-do-brasil-ao-ciclone-idai/4855046.html>. 12/03/2021.

DA SILVA, Nilce. Título1: Eduardo Chivambo Mondlane no século XXI: E a luta continua! 2/Title: Eduardo Chivambo Mondlane in XXI century: And the struggle goes on! Titre: Chivambo Eduardo Mondlane au XXI e siècle-Et la lutte continue. Mocambas, v. 3, n. 6, p. 14-68, 2009.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African decolonization, 1950–1980**. Duke University Press, 2010.

DA SILVA, Zimmermann Viviane. AVANTE GUINE! O PAIGC E A LUTA ANTICOLONIAL. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

DA SILVEIRA, Alexandre Cohn. O Papel da Língua Portuguesa na Composição de uma Elite Política em Timor-Leste: Subsídios para uma Discussão Político-Linguística sobre Lusofonia. Linguagens-Revista de Letras, Artes e Comunicação, 2017, 11.1: 043-063.

DE LUCCA, Daniel, “Moçambique em Timor e Timor em Moçambique: diáspora, guerra e revolução nas margens do Índico”, In: MACÊDO, Tânia (org.), África: perspectivas, FFLCH-USP, São Paulo, 2018. Link: [http://cea.ffe.usp.br/sites/cea.ffe.usp.br/files/e-book\\_WORD\\_A%20-%2028%20NOVEMBRO%202018.pdf](http://cea.ffe.usp.br/sites/cea.ffe.usp.br/files/e-book_WORD_A%20-%2028%20NOVEMBRO%202018.pdf). Acesso em: 14/11/2019.

De Lucca, Daniel, 1979-D388t A timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste / Daniel De Lucca Reis Costa. – Campinas, SP: [s.n.], 2016.

Diário de Notícia, 1960. Disponível em: <<<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/09-nov2019/kennedy-foi-eleito-presidente-dos-eua-11495426.html>>>. Acesso em: 14/07/2020.

e-GLOBAL. Notícias em Português. Disponível em: GUINÉ-BISSAU: TIMOR-LESTE REFORÇA APOIO COM KITS DE RECENSEAMENTO ELEITORAL. Disponível em: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-timor-leste-reforca-apoiocom-kits-de-recenseamento-eleitoral/>. Acesso em: 11/03/2021

e-GLOBAL. Notícias em Português. EXECUTIVO DE TIMOR-LESTE NOMEIA TOMÁS CABRAL COMO REPRESENTANTE ESPECIAL PARA AS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO NA GUINÉ-BISSAU. 2018. Disponível em: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guinebissau/executivo-de-timor-leste-nomeia-tomas-cabral-como-representante-especial-para-aseleicoes-de-novembro-na-guine-bissau/>. Acesso em: 11/03/2021.

FERNANDES, Santos. **As lideranças na Guiné-Bissau: avanços e recuos**. Chiado Editora. Editor: Rita Costa Composição gráfica: Francisca Silva Capa: Francisca Silva Revisão: Santos Fernandes Impressão e acabamento: Chiado, 2017.

FRETILIN-DFSE: RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRETILIN EM MISSÃO DE SERVIÇO NO EXTERIOR DO PAÍS. Delegação do comitê central da FRETILIN no exterior. TL 2403. Disponível em: <https://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2403.pdf>. Acesso em: 15/07/2020.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida. **CAP: II A Gênese, o Desenvolvimento e a Consolidação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)**. PhD Thesis. Universidade de São Paulo. 2009. P 67-100.

FRELIMO. Secretariado do comité central. Alguns dados biográficos do Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, fundador e primeiro presidente do FRELIMO o arquiteto da unidade nacional. Maputo, 2009. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/54164695/vida-e-obra-de-eduardo-mondlane-pdf>>. Acesso em: 09/07/2020.

GOMES, J. J.” Internacionalização da Questão de Timor-Leste”, *Relações Internacionais* n.25, Lisboa mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n25/n25a07.pdf>. Acesso em: 17/06/2020.

GONÇALVES, Williams Da Silva. História das Relações Internacionais. **História das Relações Internacionais**. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, 13. P 13-41.

GONÇALVES, Williams Da Silva. História das Relações Internacionais. **História das Relações Internacionais**. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, 13. P 13-41.

GONZÁLES, Yoslán Silveiro. **ÁFRICA OCIDENTAL: CRISIS VS ESTABILIDAD POLÍTICA**. Cap: VIII, Guinea Bissau: militares, golpes de Estado y crisis políticas indefinidas? Porto Alegre. Ed. palmarinca e SEBRAÁFRICA2018. F,314, pp 155-168.

GOVERNO DE TIMOR-LESTE. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=21343>. 12/03/2021.

GORJÃO, Paulo. Mudança de regime e política externa: Portugal, a Indonésia e o destino de Timor Leste. *Análise social*, 2005, 174: 07- 35.

JUBRAN, Bruno Mariotto; LEÃES, Ricardo Fagundes; VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos*. Porto Alegre, RS. Maio, 2015.

LIBERATTI, Marco Antônio. A PRIVATIZAÇÃO DOS CONFLITOS NA ÁFRICA: O CASO DE ANGOL. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 22-23: 157-172, 1999/2000/2001.

MACEDO, José Rivair. *Desvendando a história da África. apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994)*. Editora da UFRGS, 2008. P 138-157.

MAGALHÃES, Barbedo, “O movimento pró-democracia indonésio e a solidariedade internacional: sua importância para a autodeterminação de Timor-Leste”, In: *Povos e Culturas*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Lisboa, 2001. [livro Magalhães, p.501-5].

MARQUES, Guilherme Bez. Velhos e novos atores: as relações internacionais de Vestfália ao século XXI. **Curitiba: Revista Ius Gentium**, 2008. Disponível em: <http://www.iusgentium.ufsc.br/revista/artigo01.pdf>. Acesso em: 25/09/2020.

MASSANGAIE, Arnaldo Timóteo. A política externa de Moçambique e sua inserção no processo de integração regional na África Austral. 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168604/001044240.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10/08/2020.

Mazzuoli, Valerio de Oliveira Curso de direito internacional público. O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. Valeria de Oliveira Mazzuoli. -- 9. ed. rev., atual. e ampl. -- São Pulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. P. 481-655.

MISSÃO TIMORENSE DE APOIO AO PROCESSO ELEITORAL NA GUINÉ-BISSAU. Disponível em: <https://www.facebook.com/missaotimorensedeapoioaoprocessoeleitoralgb/>. Acesso em: 11/03/2021.

MISSÃO DE APOIO POCESSE ELEITORAL NA GUINÉ-BISSAU COMUNICADO AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Disponível em: <https://descentralizasaun.files.wordpress.com/2013/08/comunicado-1-missc3a3o-de-apoio-aoprocesso-eleitoral-na-guinc3a9-bissau.pdf>. Acesso em: 11/03/2021.

MINTER, W. *Os Contra do Apartheid: as raízes da guerra em Angola e Moçambique*, Maputo, 1998.

- Monjane, B. (2016). **Movimentos sociais, sociedade civil e espaço público em Moçambique**: uma análise crítica. *Cadernos CERU*, 27(2), 144-155. Recuperado de disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/125080>. Acesso em: 27/08/2019.
- OLIVEIRA, Caio Augusto Guimarães; RAMÃO, Henrique Sanches; DE ALMEIDA, Victor Ferreira. A invasão da Indonésia no Timor- Leste: uma análise construtivista. *Revista Alabastro*, v. 1, n. 7, p. 31-45, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Vladimir/Downloads/116373-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Vladimir/Downloads/116373-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 20/07/2020.
- PEPE, Leandro Leone; MATHIAS, Suzeley Kalil. O envolvimento do Brasil na questão timorense. **Lusotopie**, v. 13, n. 2, p. 47-58, 2006. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=PEPE%2C+Leandro+Leone%3B+MATHIAS%2C+Suzeley+Kalil.+O+envolvimento+do+Brasil+na+quest%C3%A3o+timorense.+Lusotopie%2C+v.+13%2C+n.+2%2C+p.+47-58%2C+2006.&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=PEPE%2C+Leandro+Leone%3B+MATHIAS%2C+Suzeley+Kalil.+O+envolvimento+do+Brasil+na+quest%C3%A3o+timorense.+Lusotopie%2C+v.+13%2C+n.+2%2C+p.+47-58%2C+2006.&btnG=). Acesso em: 17/02/2021.
- PEIXOTO, Carolina Barros Tavares; MENESES, Maria Paula. Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique. *Topoi* (Rio de Janeiro), 2013, 14.26: 86-104.
- PINHEIRO, Leticia; VEDOVÉLI, Paula. Caminhos cruzados: diplomatas e acadêmicos na construção do campo de estudos de política externa brasileira. **Revista Política Hoje**, v. 21, n. 1, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Vladimir/Downloads/3793-8250-1-PB.pdf>. Acesso em: 22/01/2021.
- PINTO, Simone Martins Rodrigues. A Construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente. **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, v. 2, n. 3, p. 212-234, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Vladimir/Downloads/11483-Texto%20do%20artigo-14357-1-10-20120513.pdf>>. Acesso em: 25/05/2019.
- PRESTES, Laura. TIMOR LESTE E A INVASÃO INDONÉSIA. 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaapolitica/07.pdf>. Acesso em: 10/10/2020.
- SANSONE, LIVIO. A CONSTRUÇÃO DA BIOGRAFIA DE UM ANTIRRACISTA: ciências sociais, autenticidade, internacionalismo e luta de memória na rica e complexa vida de Eduardo Mondlane (VERSÁFO EM INGLÁSS). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 15, n. 25, p. 73-83, 2018. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/636/pdf](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/636/pdf). Acesso em: 20/09/2020.
- SARFATI, Gilberto. Teorias das relações internacionais: Teoria Crítica. São Paulo, 2014. P 249-258.
- \_\_\_\_\_ A Teoria Construtivista das Relações Internacionais. São Paulo, 2014. P. 259-276.
- SEMEDO, Odete da Costa Soares. EDUCAÇÃO COMO DIREITO. 2005.
- SILVA, Antônio E. Duarte. Cadernos de Estudos Africanos: 9/10 | 2006 Memórias Coloniais. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. 2006.

SHUBIN, Vladimir. **ÁFRICA DO SUL: CENÁRIO POLÍTICO ATUAL1**. Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 1, n. 2 (jul./ dez. 2016). – Porto Alegre: UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2016.

SILVA, Igor Castellano. “Estado, Elites e Política Externa em Moçambique (1975 2015)”, In: **Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. CEBRAFRICA/UFRGS, 2017.

TERENCIANO, Fidel. BRAGA, Maria Do Socorro Souza e SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E COMPETIÇÃO POLÍTICA NA ÁFRICA DOS ANOS 1990: OS CASOS DE Moçambique E ZÂMBIA** Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 1, n. 2 (jul./ dez. 2016). – Porto Alegre: UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2016.

TERENCIANO, BRAGA E SOUZA. **PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E COMPETIÇÃO POLÍTICA NA ÁFRICA DOS ANOS 1990: OS CASOS DE Moçambique E ZÂMBIA** Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 1, n. 2 (jul./ dez. 2016). – Porto Alegre: UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2016

THE CONSTRUCTION OF THE BIOGRAPHY OF AN ANTI-RACIST: social sciences, authenticity, internationalism and memory struggle in the rich and complex life of Eduardo Mondlane. 2018. Disponível em: <<[https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/viewFile/636/pdf](https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/viewFile/636/pdf). Acesso em: 13/07/2020>>.

VISENTINI, Paulo Fagundes. As Relações diplomáticas da Ásia. A Guerra Fria. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. GUIA DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS AFRICANOS: Comunidade Economica dos Estados da África Ocidental. Guiné-Bissau. Porto Alegre, 2018. F,329. pp 123-209.

WALDMAN, Maurício. Geografia do Timor Leste. 2003. Disponível em: [http://mw.pro.br/mw/geog\\_timor\\_leste.pdf](http://mw.pro.br/mw/geog_timor_leste.pdf). Acesso em: 12 /08/2020.

ZECA, Emílio, Notas Sobre Política Externa e Diplomacia de Moçambique: Princípios, Objetivos e Mecanismos de Implementação, 2015. Disponível em: <http://www.isctac.ac.mz/revista/index.php/revistacientifica/article/view/48>. Acesso em: 22/03/2020.